

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

FABIANO CATALDO DE AZEVEDO

A POLÍTICA DE SELEÇÃO DO  
REAL GABINETE PORTUGUÊS DE LEITURA:  
IDENTIFICAÇÃO A PARTIR DA COMPILAÇÃO DE ATAS E RELATÓRIOS  
DO PERÍODO DE 1837 – 1847

Rio de Janeiro

2007

FABIANO CATALDO DE AZEVEDO

A POLÍTICA DE SELEÇÃO DO  
REAL GABINETE PORTUGUÊS DE LEITURA:  
IDENTIFICAÇÃO A PARTIR DA COMPILAÇÃO DE ATAS E RELATÓRIOS  
DO PERÍODO DE 1837 – 1847

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Escola de Biblioteconomia da Universidade do Rio  
de Janeiro como requisito parcial à obtenção do grau  
de Bacharel em Biblioteconomia

Orientador: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Simone da Rocha Weitzel  
Co-orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz

Rio de Janeiro  
2007

**FABIANO CATALDO DE AZEVEDO**

**A POLÍTICA DE SELEÇÃO DO  
REAL GABINETE PORTUGUÊS DE LEITURA:  
IDENTIFICAÇÃO A PARTIR DA COMPILAÇÃO DE ATAS E RELATÓRIOS  
DO PERÍODO DE 1837 – 1847**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Escola de Biblioteconomia da Universidade do Rio  
de Janeiro como requisito parcial à obtenção do grau  
de Bacharel em Biblioteconomia

Aprovado em

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Simone da Rocha Weitzel – Orientadora  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

---

Prof<sup>a</sup>. ESP. Iris Abdallah Cerqueira  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

---

Prof<sup>a</sup>. MSc Maura Esandola Tavares Quinhões  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Em memórias das gerações que fizeram do Real Gabinete Português de Leitura o que ele representa a cultura nacional.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida, pela saúde e clareza de raciocínio; meus avós Demétrio Barros de Azevedo (*in memoriam*), Magdalena Alves de Azevedo (*in memoriam*), João Francisco Cataldo (*in memoriam*) e Anri Ribeiro Cataldo: a gênese; a João Carlos Barros de Azevedo e Sonia Maria Cataldo de Azevedo, meus pais, pela compreensão, apoio e confiança; a Sheila Cataldo de Moares, pelos doces e ternos incentivos; meus irmãos; a Dr<sup>a</sup>. Sulyr Regina Pinho, por tantos momentos de esclarecimento e apoio; a Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Simone de Sousa Mesquita, nossa! quantas coisas!; a Helena Lúcia Cardoso, pelas boas palavras e carinho maternal; a Ozana Hannesh, mestre que contribuiu para meus primeiros passos na conservação de papel e pela confiança; a Lúcia Alves da Silva Lino e Telma Carvalho Pains de Mattos, por todo apoio, atenção e respeito que sempre me dedicaram; ao Museu de Astronomia e Ciências Afins, sem a bolsa recebida nesta Instituição meu percurso na graduação não teria o mesmo resultado; a Prof.<sup>a</sup> Ms<sup>a</sup> Ana Virginia Pinheiro da Paz, por despertar em mim o prazer e a honra de ser bibliotecário e servir de mestre em minha iniciação no universo da biblioteconomia de acervos raros; as amigas Laura Klemz Guerreiro e Stefanie Cavalcanti, companheiras de vários momentos de alegria e outros nem tanto; a Kátia Marina da Cunha e Silva, pela enorme colaboração; a Marcelia de Castro, José Marcio Rangel e Eduardo Moutinho, parceiros; ao Dr. António Gomes da Costa, pela confiança; a Vera Lúcia de Almeida e Carla Rosa Gonçalves, bibliotecárias do Real Gabinete Português de Leitura, pela atenção, colaboração e carinho que sempre me dispensaram, assim com ao Sr. Orlando Ignácio; a Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Sheila Moura Hue, responsável pelo meu ingresso no RGPL e amiga que contribuiu para minha formação como pesquisador; a Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Gilda Santos; ao Prof. Dr. Richard Romancini, pela acolhida durante os períodos de pesquisa na USP e por suas palavras de orientação; ao Prof. Dr. Nelson Schapochnik, primeiro por sua tese, responsável pela formalização das idéias desse TCC e por sua enorme atenção e paciência diante das minhas dúvidas; a todos os colegas e professores da Unirio; e a outros queridos amigos, as quais não nomeio aqui mas estão presentes em minha trajetória; e finalmente, as professoras doutoras Simone da Rocha Weitzel e Tânia Bessone pelo aceite na orientação e co-orientação, senti-me lisonjeado em tê-las ao meu lado durante esse longo percurso, e faço votos que sejamos parceiros em outros momentos dentro da academia.

## RESUMO

Identifica aspectos da Política de Seleção desenvolvida no século XIX no âmbito do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, utilizando como base fontes manuscritas da Instituição. Apresenta, através da revisão de literatura, a Formação e Desenvolvimento de Coleções sendo aplicada muito antes da consolidação teórica da Biblioteconomia e enfatiza a necessidade de estudos epistemológicos acerca dessa disciplina. Descreve o processo de seleção e negociação com mercado livreiro no Rio de Janeiro e em Portugal. Define o perfil do público leitor da Instituição, assim como seus interesses e influências culturais. Destaca, por amostragem, os instrumentos auxiliares de seleção que os selecionadores disponham na época. Conclui afirmando a expressa necessidade da formalização de uma Política de Seleção para o adequado desenvolvimento de um acervo e destacando o pioneirismo do grupo que fundou o Real Gabinete em pensar os critérios que norteariam a formação do acervo.

Palavras-chave: Formação e Desenvolvimento de Coleções. Política de Seleção. Real Gabinete Português de Leitura. Rio de Janeiro. Século XIX. Portugal.

## RÉSUMÉ

Cette monographie identifie des aspects de la Politique de Sélection développée dans le siècle XIX dans le contexte du Real Gabinete Português de Leitura de Rio de Janeiro, utilisant une base de sources manuscrites de l'Institution. Avec la révision de littérature présente la Formation et le Développement de Collections en étant appliquée beaucoup d'avant la consolidation théorique du Bibliothéconomie et souligne la nécessité d'études épistémologiques environ de cette discipline. Il décrit le processus d'élection et la négociation avec le marché libraire à Rio de Janeiro et dans le Portugal. Il définit le profil du public lecteur de l'Institution, ainsi que leurs intérêts et influences culturels. Il détache, par échantillonnage, les instruments auxiliaires d'élection qui les seleccionadores disposent à l'époque. Il conclut en affirmant l'expresse nécessité de la formalisation d'une Politique de Sélection pour l'approprié développement d'une quantité et en détachant le pionierisme du groupe qui a établi le Real Gabinete à penser les critères qui guideraient la formation de la quantité.

Mot clé: Formation et le Développement de Collections. Politique de Sélection. Real Gabinete Português de Leitura. Rio de Janeiro. XIX<sup>e</sup> siècle. Portugal.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1	Assinaturas de José Marcelino da Rocha Cabral e Francisco Eduardo Alves Vianna .....	39
Ilustração 2	Trecho da Ata de criação do GPL .....	28
Ilustração 3	Relatório apresentado à Assembleia da Sociedade do Gabinete Portuguez de Leitura.....	45
Ilustração 4	Timbre para as apólices.....	52
Ilustração 5	Relatório apresentado à Assembleia da Sociedade do Gabinete Portuguez de Leitura.....	85

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Acervos consultados .....	14
QUADRO 2	Relação das Atas Indexadas .....	15
QUADRO 3	Fontes utilizadas .....	21
QUADRO 4	Critérios de seleção segundo Vergueiro .....	35
QUADRO 5	Alternativas para a organização das atividades de seleção .....	36
QUADRO 6	Fases da Seleção .....	53
QUADRO 7	Público do GPL, 1837-1847 .....	63
QUADRO 8	Ocorrências de doações, 1838-1847 .....	79
QUADRO 9	Comissão de Seleção do GPL em 1837 .....	84
QUADRO 10	Orçamento para junho a dezembro de 1837 .....	87
QUADRO 11	Relação entre Assuntos e Número de Títulos .....	91
QUADRO 12	Dados do Suplemento .....	93
QUADRO 13	Relação de assunto mais representativos e número de títulos .....	94
QUADRO 14	Relação de idioma com números de publicação .....	96
QUADRO 15	Procedência e título dos periódicos .....	100
QUADRO 16	Critérios de seleção.....	103

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	11
1.1	<i>O modus operandi da pesquisa: as fontes e a metodologia</i> .....	14
1.2	<i>Métodos e procedimentos</i> .....	22
2	REVISÃO DE LITERATURA .....	23
2.1	<i>Um breve panorama histórico da Formação e Desenvolvimento de Coleções</i> .....	23
2.2	<i>Considerações dos teóricos modernos</i> .....	30
3	O GABINETE PORTUGUÊS DE LEITURA DO RIO DE JANEIRO .....	39
3.1	<i>O Gabinete Português de Leitura como objeto de pesquisa</i> .....	40
3.2	Esboço da gênese da <i>Biblioteca Portuguesa do Brasil</i> .....	42
4	POLÍTICA DE SELEÇÃO .....	49
4.1	<i>Delineando o público-leitor do GPL</i> .....	49
4.1.1	Alguns pressupostos teóricos .....	50
4.1.2	Em busca do perfil do público-leitor do GPL .....	52
4.2	<i>Instrumentos auxiliares de seleção</i> .....	64
4.2.1	Catálogos .....	66
4.2.2	Resenhas .....	68
4.2.3	Anúncios de leilões .....	73
4.2.4	Bibliografias .....	75
4.3	<i>Critérios de Seleção</i> .....	78
4.3.1	Breve preâmbulo acerca da forma da composição do acervo do GPL .....	78
4.3.2	O estabelecimento de critérios de seleção .....	81
4.3.3	O Catálogo de 1844 como reflexo dos critérios de seleção .....	91
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	105
	REFERÊNCIAS .....	108

## 1 INTRODUÇÃO

Para compreender a história é necessário saber mergulhar sob as ondas<sup>1</sup>.

O Real Gabinete Português de Leitura (RGPL) Casa *Mater* da literatura e da língua portuguesa no Rio de Janeiro, com um dos acervos mais importantes no Brasil não tem sido privilegiado pela biblioteconomia como objeto de estudo.

O *leitmotiv* para principiar uma investigação acerca da formação do acervo do RGPL surgiu exatamente com a leitura das seguintes palavras:

[...] como, quando e onde “começa” uma biblioteca nacional?” “Que livros constituíram o ponto de partida para a formação e desenvolvimento da Biblioteca Nacional brasileira? Quem foram os bibliotecários que garantiram à sua geração e à nossa – a leitura dos livros? Que biblioteca é esta, que, perpetuada e enobrecida pela mão do leitor, denuncia o fazer literário e científico e tem a dimensão de monumento nacional?<sup>2</sup>.

Nesse trabalho a bibliotecária e pesquisadora Ana Virgínia Pinheiro explora amiúde a história da formação do acervo da Biblioteca Nacional desde sua origem na *Real Bibliotheca*. Transpondo e parafraseando a autora propusemos as seguintes ponderações: “Como nasce um Gabinete de Leitura?” e ainda “Que livros constituíram o ponto de partida para a formação e desenvolvimento do Gabinete Português de Leitura?”.

Assim, na ocasião, delimitamos o Real Gabinete Português de Leitura (RGPL) como **objeto de investigação**. Em paralelo ao maciço levantamento bibliográfico, no período de 2005 a 2007, durante o estágio curricular, tivemos oportunidade de ler e indexar 1806 *Actas da Sessão da Directoria do Gabinete Portuguez de Leitura*.

Quando tomamos contato com o universo do RGPL chamou atenção o mar de histórias cujas ondas em alguns momentos foram extremamente revoltas e em outros faltaram. Seria quase um ato herético assumirmos nessas breves laudas – de caráter expositivo – uma postura que pretendesse esgotar um tema tão enleado.

<sup>1</sup> BURKE, Peter. *A Escola dos Annales, 1929-1989: a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: EDUSP, 1997, p. 48.

<sup>2</sup> PINHEIRO, Ana Virgínia. Da Real Biblioteca à Biblioteca Nacional. In: PEREIRA, Paulo Roberto (Org.). **Brasileira da Biblioteca Nacional: guia de fontes sobre o Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. p. 241.

A definição do Gabinete como objeto de investigação não foi tarefa fácil, uma vez que vislumbrávamos poucos referenciais teóricos em biblioteconomia sobre o tema. Diante de todos os dados que havíamos recolhido tivemos que fazer escolhas bem definidas e rígidas, pois não tínhamos um amadurecimento acadêmico suficiente para um tipo de investigação como essa.

Gaston Bachelard sugere que “em primeiro lugar é preciso saber formular problemas, [...] na vida científica os problemas não se formulam de modo espontâneo”<sup>3</sup>. E de fato não foi. Durante o processo de leitura das fontes e da literatura, depois de longo percurso chegamos ao **problema da pesquisa**: identificar os critérios que propiciaram a política de seleção do Gabinete Português de Leitura. E a partir desses, estabelecermos a Política de Seleção que foi praticada pelo gabinete.

Ao formularmos o problema dessa pesquisa trouxemos a reboque uma série de dificuldades que foram se agregando a nossa pouca prática nessa seara de fontes manuscritas. Atendo-nos aos limites formais de um TCC não podíamos propor uma análise muito contundente de todo conteúdo extraído das fontes. Acresce ainda a responsabilidade de tratar de um conjunto de informações praticamente inédito. Por isso para execução do trabalho, de forma a produzir resultados satisfatórios, e para geração de subsídios para a compreensão do panorama que tínhamos, optamos por uma forma de redação exploratória e expositiva. Evitamos, desse modo, interpretações e priorizamos a transcrição literal do conteúdo das fontes. O objetivo é levar ao pesquisador mais abalizado, que por ventura tiver acesso a essa pesquisa, meios isentos para suas próprias interpretações e causar nele o interesse de uma investigação mais acurada nas origens. Buscamos coadunar, todavia, nossos objetivos aos parâmetros estabelecidos pela academia a um TCC.

Bacellar escrevendo para historiadores, observou que o trabalho com as fontes manuscritas deixa o pesquisador encantado ao “ler os testemunhos de pessoas do passado, ao perceber seus pontos de vistas, seus sofrimentos, suas lutas cotidianas”<sup>4</sup>. De fato, não só aos colegas da história, esse prazer é facultado, pois foi a mesma sensação que tivemos ao ter contato com as fontes que utilizamos para essa pesquisa. A diferença – lamentável – é a falta do treinamento na grade curricular para lidar com esse tipo de documento sob o ponto de vista

---

<sup>3</sup> BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

<sup>4</sup> BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: FONTES históricas. São Paulo: Contexto, 2005. p. 24.

histórico. Essa foi uma das grandes dificuldades que encontramos ao longo desse trabalho monástico de leitura paleográfica, interpretação e análise da documentação compulsada.

De acordo com Lopes:

[...] ao ser formulado, o problema de pesquisa é automaticamente inserido em determinada orientação teórica que lhe provê o quadro de conceitos disponíveis e assim organiza o *objeto teórico* da pesquisa. Nesta segunda operação metodológica procede-se ao enquadramento teórico do objeto. Além da explanação teórica do objeto feita a partir de determinado paradigma científico, faz-se também necessário situar o problema em relação às pesquisas existentes, mesmo de orientações teóricas diferentes. Trata-se de descrever o que se chama de “estado de conhecimento” do problema, o que pressupõe a realização de uma *pesquisa bibliográfica* específica<sup>5</sup>.

Desta feita, dentro da biblioteconomia o assunto em questão seria inserido em **Formação e Desenvolvimento de Coleções** (FDC). Essa disciplina, com seu *corpus* metodológico proporcionaria o “enquadramento teórico do objeto”<sup>6</sup>, muito embora tenhamos aferido a escassez de produção que tratasse de acervos retrospectivos. Essa constatação revelou um estado da arte voltado ao acervo corrente, tal fato aumentou ainda mais nosso desafio, pois que estávamos entrando num terreno arenoso o qual nossa área de concentração teceu poucos comentários.

Embora a base do suporte metodológico dessa pesquisa esteja alicerçada na biblioteconomia, diante de alguns aspectos intrinsecamente ligados à história luso-brasileira solicitamos a co-orientação de uma historiadora.

Segundo Goldenberg “quanto mais se recorta o tema, com mais segurança e criatividade se trabalha”<sup>7</sup>, assim, verificou-se que o assunto estava muito amplo e diante o volume de material compilado extrapolaríamos os limites de um TCC. Analisando o conjunto de informações colhidas nas Atas da Diretoria tomamos a deliberação de fazer um recorte no assunto de modo a ater-nos aos tópicos essenciais de FDC. Por essa razão restringimos a abordagem a **Política de Seleção**. Nesse momento também, delimitamos o período para dez anos, isto é, de 1837 a 1847.

Todavia, ao assumirmos a **Política de Seleção do RGPL** como assunto tínhamos uma questão a ser resolvida: não houve uma Política de Seleção formalizada no RPGL. Havíamos que “reconstruí-la” com base nos documentos que iríamos analisar quase que de maneira

<sup>5</sup> LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. **Pesquisa em comunicação**. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2003. p. 139, grifo da autora.

<sup>6</sup> LOPES, loc. cit.

<sup>7</sup> GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 8. ed. Rio de Janeiro: São Paulo: Record, 2004. p. 72.

arqueológica. Esse quebra-cabeça seria montado lentamente, compilando as informações das fontes manuscritas que dispúnhamos.

O **objetivo geral** desta investigação é expor a FDC no século XIX e a maneira como essa prática, mesmo ainda não formalizada esteve presente desde o início da fundação do primeiro gabinete português de leitura no Brasil. E nosso **objetivo específico** é por meio dos relatos escritos pelos membros da diretoria do RPGL ao longo do período estabelecido, elaborar a Política de Seleção do RGPL.

Como dissemos, não encontramos reflexo na biblioteconomia de estudos acerca do objeto proposto e na forma de abordagem do assunto. Por isso acreditamos que ao postular e tentar desenvolver esse trabalho estaremos de alguma maneira contribuindo para trazer à área discussões sobre seu *modus faciendi* no século dezenove. A **justificativa** dessa pesquisa subjaz no desejo de uma contribuição teórica a Ciência da Biblioteconomia. Além disso, justifica-se no campo da epistemologia da biblioteconomia por recuperar conceitos e práticas que contribuíram para a formalização da ciência. No que respeita a história do Gabinete Português de Leitura o assunto proposto tem sua pertinência porque recupera vários fatos desconhecidos que revelam a argúcia, o zelo e a *anima* do grupo fundador.

### 1.1 *O modus operandi da pesquisa: as fontes e a metodologia*

Para essa pesquisa lançamos mão, tanto da documentação manuscrita quanto de um vasto conjunto bibliográfico. A recuperação da informação foi realizada nas seguintes instituições:

<b>Rio de Janeiro</b>	<b>São Paulo</b>
Real Gabinete Português de Leitura	Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP)
Fundação Biblioteca Nacional	Escola de Comunicação e Artes (ECA/USP)
Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro	Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH/USP)
Associação Comercial do Rio de Janeiro	
Arquivo Nacional	

Quadro 1: Acervos consultados.

O acervo do Real Gabinete constitui a base da pesquisa e nele foi possível identificar grande quantidade de bibliografia referente a biblioteconomia no século XIX. Além dessa bibliografia, utilizamos as fontes que compõem a “Memória do Real Gabinete”.

O conteúdo da documentação principal que foi utilizado na redação deste trabalho é oriundo das *Actas Sessão da Directoria do Gabinete Portuguez de Leitura*. Como parte da metodologia, as atas foram agrupadas em volumes de acordo com o período que cobrem, a saber:

<b>Volume</b>	<b>Período</b>	<b>Nº de Atas</b>
1	Maio 1837 – Jan. 1847	197
2	Fev., 1847 – Nov., 1860	149
3	Jan., 1869 – Dez. 1880	212
4	Dez., 1880 – Jun., 1897	428
5	Jul., 1897 – Mar. 1906	171
6	Abr., 1906 – Dez., 1918	184
7	Jun., 1919 – Ago. 1926	101
8	Ago., 1926 – Dez., 1931	122
9	Dez., 1931 – Jun., 1934	116
10	Jul., 1934 – Dez., 1937	126
		<b>Total: <u>1806 Atas</u></b>

Quadro 2: Relação das Atas Indexadas.

Nossa relação com essas fontes antecede – como já dissemos – ao estabelecimento do problema dessa pesquisa. Como parte das atividades do estágio curricular, realizamos a leitura e indexação desses documentos. No total foram indexadas 1806 Atas do período de 1837 a 1937. Durante esse processo, atemo-nos aos seguintes assuntos: formação do acervo; planejamento para a construção do prédio na Rua Luís da Camões e fatos históricos relacionados ao Gabinete Português de Leitura.

A pesquisa para esse TCC levou em consideração apenas os volumes 1 e 2, compreendendo, seguindo o recorte histórico de 1837 a 1847. A razão para a escolha desse período é o fato de termos constatado que representa o momento de maior atividade quanto a formação do acervo – como se observará em detalhes nas seções que seguem.

Esses documentos contêm as deliberações da diretoria do RGPL que foram redigidas pelo secretário e chanceladas por ele, pelo presidente e/ou pelo vice<sup>8</sup> – depois de um tempo tornou-se costume toda a diretoria assinar. Nelas constam vários trâmites de atividades e ações que foram empreendidas. As Atas desses dez anos que escolhemos para pesquisa são

<sup>8</sup> SCHAPOCHNIK, Nelson. **Os jardins das delícias: gabinetes literários, bibliotecas e figurações da leitura na corte imperial**. 1999. 270 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. p. 112.

extremamente ricas em detalhes acerca da maneira como tudo foi organizado. Por isso foi possível praticamente reconstituir os procedimentos de formação do acervo. A respeito desse volume das Atas há que fazer um esclarecimento: a “Ata de Fundação”, datada de 14 de maio de 1837, foi lavrada sob o título *Primeira Sessão da Assembleia Geral dos Accionistas* [...]. Nesse primeiro momento houve sessões da assembléia geral em 28 de maio de 1837 e 04 de junho de 1837. Depois dessas datas as sessões passaram a ser distintas, ou seja, reunia-se a Diretoria e os Acionistas, inclusive os livros para relatar as considerações e decisões foram separados. Assim, a partir de 06 de junho de 1837 que temos as sessões da *Directoria*.

A essa documentação somou-se a compilação dos dados do *Relatório apresentado à Assembleia da Sociedade do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro*, datado de 10 de setembro de 1837. Constitui esse relatório o primeiro documento formal publicado pela Instituição e como se verá ao longo da seção que tratará dos Critérios de Seleção, assumiu quase que o papel de “Proto-Política de Seleção”.

Taborda, que nos anos 30 do século XX serviu por alguns anos de secretário do Gabinete, oferece a seguinte informação o dito documento:

[...] deste curioso documento guarda o Gabinete um exemplar que o seu actual Tesoureiro adquiriu dum colecionador. Ainda que bastante escurecidas as suas folhas, pela acção do tempo e pelo manuseamento que deve ter sofrido, e danificado em alguns pontos pela traça ou por quaisquer outros parasitas do papel, o precioso livro pode considerar-se perfeito e lê-se completamente, da primeira à última das palavras do seu texto<sup>9</sup>.

Esse relatório – que hoje repousa solenemente numa vitrine da Sala da Diretoria do RGPL – foi apresentado na Sessão Extraordinária da Assembleia Geral dos Acionistas e possui a firma de José Marcelino Cabral – então presidente a Instituição. Numa primeira parte composta pelas sessões: “Objectos de Leitura”, que se divide em dois sub-itens, “Livros” e “Periódicos”; “Escripturação e Objectos da Secretaria”; “Edificio”; “Mobilia”, estrutura os procedimentos e no que tange ao acervo, alicerça as bases para as tomadas de decisões quanto à seleção e aquisição ao longo de alguns decênios. A última sessão intitulada “Serviço do Gabinete” o texto assume aspectos de discurso, suas palavras possuem detalhes que corroboram para delinear a motivação, objetivos e missão da Instituição nascente.

---

<sup>9</sup> TABORDA, Humberto. **História do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro**. [Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 1937]. p. 35.

Ambos os documentos, Atas e Relatório, constituem a espinha dorsal dessa pesquisa. Foram exaustivamente examinados no objetivo de entender o processo de formação do acervo mediante os critérios de seleção.

Para o estudo da maneira que o acervo evoluiu e como reflexo da Política de Seleção os catálogos impressos do RGPL foram essenciais. Para nossa abordagem, os mais importantes são os catálogos de 1840, 1844 e 1846.

Notamos pelas Atas, que a elaboração de Catálogos sempre foi uma preocupação do RGPL. O primeiro, foi impresso em 1840, organizado por José Pedro da Silva Camacho<sup>10</sup>. Durante a elaboração dessa investigação não conseguimos localizar nenhum exemplar desse catálogo, contudo, após o fecharmos das seções um exemplar foi encontrado. Vale dizer que ao que parece é o único conhecido. Em seu conteúdo falta a seção referente aos periódicos. Optamos, porém, por trazer a essa pesquisa os dados do *Catalogo dos livros do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro, seguido de um Supplemento das obras entradas no Gabinete depois de começada a impressão*, de 1844. Seus dados foram um norteador para termos uma idéia de como a coleção se desenvolveu seguindo os critérios de 1837 ao longo de sete anos. Perscrutar suas páginas nos relevou um panorama até então inédito visto que ele jazia desaparecido há uma boa dezena de anos. A decisão por essa escolha se justifica pelo fato de que entre os anos de 1840 e 1844 não ter havido – a crer pelo que depreendemos das Atas – nenhum processo de descarte na coleção. O que já ocorre nos anos de 1839 e 1845. Além disso, 1844 situa-se quase no limiar do período estabelecido para nossa pesquisa.

A respeito dos Catálogos de 1840 e 1844 cabe aqui uma breve digressão, pois constam nas Atas algumas informações ainda não conhecidas. Aos fatos: em 29 de maio de 1839, a diretoria decidiu pela impressão de um catálogo “com livros existentes no acervo”<sup>11</sup>, quase dois anos depois, em 27 de abril de 1841, a diretoria deliberou a impressão de 1000 exemplares do catálogo da biblioteca<sup>12</sup>. No espaço entre essas datas não há menção alguma ao assunto nas Atas das Sessões da Diretoria. Em novembro do mesmo ano, há informação de que foi deliberado a impressão do suplemento do “catalogo de livros do Gabinete”<sup>13</sup>. Aproximadamente dois anos se seguiram e a 10 de agosto de 1843, vemos novamente a

---

<sup>10</sup>MONTORO, Reinaldo Carlos. Notícia histórica do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro fundado em 1837. In: CAMÕES, Luiz. **Os Lusíadas**. Lisboa: Na Officina de Castro Irmão, 1880. p. 408.

<sup>11</sup>GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. **Actas da Sessão da Diretoria**. 1837-1847. 29 maio 1839.

<sup>12</sup>Ibid., 27 abr. 1841.

<sup>13</sup>Ibid., 20 nov. 1841.

determinação para imprimir “3.000 exemplares do catálogo de livros...”<sup>14</sup>. Ernesto Senna, referindo-se ao José Pedro Vicente Camacho – presidente do Gabinete de 1857 a 1859 – afirma que fora o “principal autor do primeiro catalogo do Gabinete, trabalho de valor pela exatidão bibliographica”<sup>15</sup>. É provável que tenha sido ele o proponente de um plano “de classificação da bibliotheca”<sup>16</sup> – baseado como se perceberá pela tabela o sistema de Brunet<sup>17</sup> na Sessão da Diretoria de 18 de outubro de 1840. Humberto Taborda relata que em 1840, ou seja, três anos após sua fundação, o RGPL, mandou imprimir “um catálogo das obras reunidas até a data da publicação. Êste catálogo foi, depois completado pelos seus suplementos que se editaram em 1844 e 1846”<sup>18</sup>.

Por isso, não obstante o catálogo de 1858 representar a síntese dos publicados em 1840, 1844, 1846 e 1852, decidimos pelo suplemento de 1844 pela amostragem, tanto por sua representatividade quanto pela adequação ao período proposto nessa pesquisa.

O mais surpreendente conjunto documental que tivemos a ventura de localizar foram cinco listas com pistas de leitores e livros locados no RGPL<sup>19</sup>. A saber:

- a) Relação das obras que faltaram na entrega que do Gabinete fez Fran.<sup>co</sup> de Paula Cunha a Manoel Pereira de Carvalho – abril, 1842.
- b) Relação das obras que faltaram na entrega que do Gabinete fez Fran.<sup>co</sup> de Paula Cunha a Manoel Pereira de Carvalho – abril, 1842<sup>20</sup>.

<sup>14</sup>Ibid., 10 ago. 1843.

<sup>15</sup>SENNA, Ernesto. Gabinete Portuguez de Leitura. In: \_\_\_\_\_. **Notas de um repórter**. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1895. p. 62, grifo nosso.

<sup>16</sup>GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. **Actas da Sessão da Diretoria**. 1837-1847. 18 out. 1840.

<sup>17</sup>Jacques Charles Brunet organizou uma forma de classificação no século XIX, inspirada no sistema formulado pelo jesuíta Jean Garnier, publicado em 1678 na obra *Systema bibliothecae collegii Parisiensis* (SCHAPOCHNIK, 1999, p. 119). O *Manuel du libraire et de l'amateur de livres*, era um manual orientado para livreiros, desenvolvido “a partir de uma rotina que já era muito praticada nas bibliotecas européias e que ainda era utilizada no final do século, uma vez que algumas bibliotecas do Rio de Janeiro assim dividiam os temas que compunham seus acervos [...]” Esse sistema seguia o seguinte esquema: “1. Teologia: escrituras, liturgias, concílios, teologia, Israel, outras religiões, heresias; 2. Jurisprudência: direito natural, direito político, direito civil, direito francês, direito comparado, direito canônico, defesa oral; 3. Ciências e artes: filosofia, ciências físicas, ciências naturais, medicina, matemática, artes, música; 4. Belas-letras: lingüística, retórica, poesia, teatro, filologia, letras, poligrafias, romances; 5. História: geografia, viagens, história das religiões, história antiga, história da França, história do mundo, arqueologia, jornais, história da nobreza, generalidades; 6. Periódicos; 7. Não identificados” (FERREIRA, op. cit., p. 179).

<sup>18</sup>TABORDA, op. cit. 1937, p. 97.

<sup>19</sup>Esses cinco documentos foram localizados dentro de um armário localizado na secretaria do GPL. Estavam inseridos entre as folhas de um Livro Caixa. Nossa reação diante desse “achado” foi a de total espanto e ao mesmo tempo de profunda alegria, pois tínhamos consciência da relevância para história da leitura de listagens que continham nomes; livros e ainda mais, livros e nomes dos leitores.

<sup>20</sup>A listagem “a” é duplicada, sendo que a segunda lista “b” encontram-se dados mais esclarecedores.

- c) Obras que se acham fora com bilhetes – abril, 1842, de autoria de Francisco de Paula Cunha.
- d) Relação das obras fora do Gabinete com recibos dos Snr<sup>s</sup> Socios e Subscriptores na ocasião do Balanço p.<sup>a</sup> a entrega q. faço do mesmo Gabinete ao Snr. João de Oliveira – julho, 1845.
- e) Relação das obras faltosas na entrega que faço do Gabinete Portuguez de Leitura ao Snr. João de Oliveira, a saber – julho, 1845.

Essas listagens foram compiladas pelo “Guarda da Biblioteca”, funcionário responsável por um trabalho administrativo no âmbito acervo<sup>21</sup>. Este funcionário atendia os consulentes, localizava os livros nas estantes e recebia os formulários de pedidos. Ao bibliotecário estavam instituídas funções mais administrativas, intelectuais e técnicas. Segundo as normas de uso da biblioteca impressas no Catálogo de 1844, o sócio ou acionista desejoso de locar uma obra deveria preencher um formulário. É possível que essas listagens tenham sido compostas com base nesse formulário que deveria ficar no Gabinete até o retorno da obra<sup>22</sup>.

Todos os cargos do Gabinete eram postos a disposição quando da eleição de uma nova diretoria, com os “Guardas” não era diferente. Assim, ao passarem os cargos tinham que prestar conta de sua gestão. Por uma breve análise desse conjunto documental, podemos concluir que representam justamente essa prática.

Há três listas elaboradas pelo Sr. Francisco de Paula Cunha. Temos notícia de que a 26 de junho de 1837 ele encaminhara à diretoria um ofício postulando a cargo de “Guarda da Biblioteca”, porém os diretores indeferiram o pedido, pois havia um concurso em trâmite para o preenchimento da vaga<sup>23</sup>. Um pouco mais de um mês depois, em 12 de julho esse acionista foi aprovado ao cargo.

Pelas Atas não fica clara a distinção entre os cargos “Guarda da Biblioteca”; “Guarda Livros” e “Guarda do Gabinete”. Ao admitirem o Sr. Paula Cunha, mencionam que este será “Guarda Livros” e “Guarda da Biblioteca”. Porém em outros momentos o reputam como

<sup>21</sup> Cf. GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. **Estatutos**. Rio de Janeiro: Typ. Americana de I. P. da Costa, 1841.

<sup>22</sup> Cf. GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. **Catálogo dos livros do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro seguido de um suplemento das obras entradas no Gabinete depois de começada a impressão**. Rio de Janeiro: Typ. Americana de I. P. da Costa, 1844.

<sup>23</sup> GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. **Actas da Sessão da Diretoria**. 1837-1847. 26 jun. 1837.

“Guarda do Gabinete”, como em 16 de agosto de 1838, quando é aprovado aumento de seu ordenado. Em 25 de novembro de 1839 a diretoria deliberou a separação da função de “Guarda Livros” e “Guarda do Gabinete”. Doravante não encontramos mais a expressão “Guarda da Biblioteca”.

As listagens “d” e “e” foram entregues ao Sr. João de Oliveira. A respeito desse acionista, só localizamos a informação de que em 22 de março de 1845 seria admitido como “Ajudante de Guarda”.

Retornando dessa divagação, esses documentos de “prestação de contas” permitem uma série de abordagens e análises quanto as leituras e interesses dos sócios. Por isso, atendendo-nos a nosso objetivo que é a Política de Seleção, optamos por uma breve consideração exploratória e expositiva e apresentar alguns dados como reflexo – por amostragem – do uso da coleção. Outras análises serão feitas em pesquisa na pós-graduação. Essa foi a razão de elegemos a listagem “c”, de 1842 e 4, de 1845 por além de apresentarem obras, constam nomes dos leitores<sup>24</sup>.

Na listagem “c”, o Sr. Paula Cunha arrolou primordialmente nomes e números de tomo de 206 obras. Ele inicia, escrevendo quatro obras, porém a partir da quinta linha não prossegue com os títulos. Ao longo da lista, há momentos que ele indica, ao que parece, que obra “entrou” no Gabinete, isto é, retornou. Há outros sinais que encontramos significação até a conclusão dessa pesquisa. Com o objetivo de conhecer os títulos que haviam sido emprestados decidimos que a busca seria feita pelos números de tomos arrolados na lista. E assim, utilizando o “Relatório de Tombamento” da base de dados do Gabinete fizemos a busca título a título. Das 206 obras só foi possível localizar 30. A análise da lista revelou dois aspectos interessantes: o primeiro – e talvez o mais interessante – é a presença de mulheres, e o segundo são número de tomo repetido. Quanto ao primeiro, será discutido na seção sobre o público do GPL, já o segundo, supúnhamos que se tratava de uma prática de tomar com o mesmo número todos dos volumes de uma coleção. Fato que se confirmou durante o exame individual.

A listagem “d” é a mais completa. Apresenta os mesmos elementos da anterior, porém acrescenta os títulos das obras. Contudo, desejávamos saber se as obras voltaram para o Gabinete ou continuaram desaparecidas, assim, realizamos a mesma busca no “Relatório de

---

<sup>24</sup>Para a apreciação dos dados seguimos o seguinte procedimento: devido o estado precário de conservação que se encontram, muito mais pela ação natural da tinta ferrogálica do que pela ação do homem, fotografamos seguindo as normas prescritas para o ato; em seguida transcrevemos toda a listagem respeitando o mesmo padrão do documento.

Tombamento”. Esse documento, assim como outros desse conjunto traz ao lado de alguns nomes datas, que representam o dia, mês e ano que a obra foi emprestada. Dessas 14 obras saíram do GPL em 1842, ou seja, três anos antes do inventário. Ao lado de outros nomes, alguém diferente do relator, Sr. Manoel Pereira de Carvalho, possivelmente o Sr. João de Oliveira, escreve “Entrou” ou “/ent./”, possivelmente representando que a mencionada foi devolvida. No caso nos dois volumes dos *Anais da Marinha*, está indicado que foram “Pagos ao G. p<sup>lo</sup> Acc. J<sup>c</sup> Soares Maciel V<sup>na</sup>”<sup>25</sup>.

Enfim, existe uma série de outros elementos que optamos por não analisar nesse primeiro momento. Em se tratando da lista “d”, é claro que poderíamos aferir junto ao Catálogo de 1844 a exatidão dos títulos, contudo, esse não é nosso objetivo nesse primeiro estágio de pesquisa.

Por fim, outra fonte manuscrita utilizada foi o *Livro do Copiador*, conjunto de cartas emitidas pelo RGPL de 1837 a 1868. Esse documento foi de grande valia para a confirmação de alguns aspectos referente às negociações com o mercado livreiro em Portugal, e ainda, revelou detalhes do perfil dos acionistas da Instituição em seu papel de leitores.

Para concluir essa subseção, a guisa de ilustração, agrupamos as fontes referente ao RGPL utilizadas para a pesquisa:

<b>Impressas</b>	<b>Manuscritas</b>
Catálogo da Biblioteca (1840)	<i>Actas da Sessão da Diretoria</i> (1837-1847)
Catálogo da Biblioteca (1844)	<i>Actas da Assembleia Geral</i> (1837-1860)
Catálogo da Biblioteca (1846)	<i>Relação das obras fora do Gabinete....</i> (1846)
Relatório do GPL (1837)	<i>Obras que se achão fóra com bilhetes...</i> (1842)
Estatutos (1841)	<i>Relação das obras fora do Gabinete com recibos dos Snr<sup>s</sup> Socios e Subscriptores...</i> (1845)
Estatutos (1844)	<i>Relação das obras faltas na entrega</i> (1845)

Quadro 3: Fontes utilizadas.

<sup>25</sup>Pagos ao Gabinete pelo acionista José Soares Maciel Viana.

## 1.2 Métodos e procedimentos

Foi por um decreto de 12 de setembro de 1906 que o rei dom Carlos I, concedeu o título de “Real” a Instituição<sup>26</sup>. Por coerência ao período delimitado para a pesquisa, na redação desse trabalho utilizaremos apenas Gabinete Português de Leitura (GPL).

Nossas referências compõem-se de grande quantidade de livros e manuscritos do século XIX, por isso, nas citações, foi mantida a forma da época e na bibliografia moderna editada em Portugal respeitaremos as diferenças lingüísticas. As traduções dos textos foram realizadas apenas como forma de maior esclarecimento do conteúdo informacional, por isso não distamos tanto do sentido literal.

O sumário foi estruturado tendo por base o “Esquema do documento de política de Seleção”, proposto por Vergueiro<sup>27</sup> do qual foram destacados: a descrição institucional, caracterização do público alvo, instrumentos auxiliares de seleção e critérios qualitativos, físicos e de assuntos.

Na seção “Critérios de Seleção” a compilação dos dados das tabelas que se seguem inspiram-se no modelo utilizado por Schapochnik<sup>28</sup> ao trabalhar com dados referentes ao Catálogo de 1858<sup>29</sup>. Para essa tarefa foi necessário um trabalho essencialmente manual. Inicialmente transcrevemos os assuntos representados no catálogo de 1844 tal qual constam nele, em seguida, contamos os livros por cada assunto. Como desejávamos também quantificar o número de idiomas por assunto, assim, contamos um a um todos os títulos. Com esses dados pudemos montar da tabela.

No estudo dos instrumentos auxiliares de seleção seguimos a metodologia de Ferreira<sup>30</sup>, quando a autora analisou periódicos do XIX com o objetivo – dentre outros – de cotejar as ocorrências dos leilões e venda de livros.

Nas linhas que se seguem, será possível apreciar passo a passo a maneira com a qual estruturam as bases para a uma das Instituições mais sólidas desse país. Um projeto diferente dos modelos europeus e que sobreviveu com sucesso a muitos deles.

<sup>26</sup>Cf. TABORDA, op. cit., 1937; TAVARES, op. cit., 1977.

<sup>27</sup>VERGUEIRO, Waldomiro. **Seleção de Materiais de Informação**: princípios e técnicas. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1997. p. 124-125.

<sup>28</sup>SCHAPOCHNIK, Nelson. **Os jardins das delícias**: gabinetes literários, bibliotecas e figurações da leitura na corte imperial. 1999. 270 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

<sup>29</sup>Ainda sobre esse catálogo de 1858, ver FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. **Palácio de destinos cruzados**: homens e livros no Rio de Janeiro, 1870-1920. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999. p. 81-139.

<sup>30</sup>FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. **Palácio de destinos cruzados**: homens e livros no Rio de Janeiro, 1870-1920. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

## 2 REVISÃO DA LITERATURA

[...] Mas, dirão alguns amadores pouco criteriosos: numa biblioteca variada não é necessário um pouco de todo? Sim, sem dúvida, mas de tudo o que é bom; porque, se vocês admitiram algumas destas produções infernais [...] ou de um destes livros medíocres que, sem serem perigosos, são inúteis<sup>1</sup>.

O propósito dessa revisão de literatura é proporcionar um estofamento teórico-metodológico que possibilitará uma análise e detalhamento para lidar com os dados compilados nas fontes manuscritas a respeito da Política de Seleção do GPL. Diante das facetas desse tema, seremos extremamente rigorosos quanto à apresentação das considerações. Por isso, ater-nos-emos apenas a questões atinentes ao estabelecimento da Política de Seleção, sem nos furtar de breves apontamentos sobre FDC como um todo.

Além da bibliografia referente à formação e desenvolvimento de coleções, inicialmente faremos uma breve exposição acerca das pesquisas e monografias que tiveram o GPL como objeto de estudo.

### 2.1 *Um breve panorama histórico da Formação e Desenvolvimento de Coleções*

É necessário que voltar no curso do tempo e observar como essa atividade era vista por outros teóricos. No século passado, entre os anos 60 e 70, houve na Biblioteconomia internacional o Movimento para o Desenvolvimento de Coleções<sup>2</sup>. O Brasil, contudo, demorou a sentir a reverberação. Na época “boa parte dos bibliotecários começaram a preocupar-se com suas coleções, buscando desenvolvê-las, selecioná-las, expurgá-las, enfim, transformá-las em alguma coisa mais coerente”<sup>3</sup>.

Todavia, se não falava de “Desenvolvimento de Coleções” de modo sistemático, porém seu *modus operandi* já era aplicado há muitos anos e séculos antes, mesmo que usando uma terminologia diferente. Tanto assim que Spofford já no século XIX, considerava que “seguida da seleção e da utilização dos livros, não há nenhum assunto mais importante na administração de uma biblioteca pública do que [...] a preservação dos volumes”<sup>4</sup>.

<sup>1</sup>PEIGNOT, Gabriel. **Manuel du bibliophile, ou traité du choix des livres...** Dijon: chez Victor Lagier Libraire, 1828. p. 28, tradução nossa.

<sup>2</sup>Cf. VERGUEIRO, Waldomiro. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Pólis: APB, 1989.

<sup>3</sup>Op. cit. p. 11.

<sup>4</sup>SPOFFORD, A. R. Binding and preservation of books. In: DEPARTMENT OF THE INTERIOR. BUREAU

A respeito das diferenças terminológicas, o que Albert Cim<sup>5</sup> chama de *achat*, dentro da biblioteconomia moderna, há muito de selecionar, *choix* (escolha). No capítulo *De l'achat des livres*, há considerações extremamente importantes sobre o trabalho de selecionar para comprar (acheter), como por exemplo, a importância das obras de referência como instrumentos auxiliares de seleção.

Incontestemente por sua pesquisa detalhada, Lasso de la Vega fala de “posición psicológica”<sup>6</sup> do bibliotecário para realizar a seleção. Ele ainda orienta que “o bibliotecário deve igualmente selecionar os livros para o desenvolvimento de seus fundos”<sup>7</sup>. Sobre a importância da seleção ele é enfático ao referir-se que é “de grande interesse para o êxito da biblioteca, e de inegável valor social, [ela] deve estar a cargo de um bibliotecário arguto e bem informado”<sup>8</sup>. Poderíamos considerar que o “valor social” significa a seleção tendo o usuário sob o ponto de vista, para oferecê-lo o livro que necessita. Chama ainda atenção as características do selecionador apontadas pelo autor espanhol, “arguto e bem informado”<sup>9</sup>, isto porque é condição *sine qua non* que o bibliotecário aplicado a essa atividade deve saber relacionar-se com o mercado livreiro e editorial e precisa ter conhecimento do estado da arte dos assuntos pertinentes a coleção a qual desenvolve. Esse aspecto da seleção será exaustivamente demonstrado nas sub-seções “Instrumentos Auxiliares de Seleção” e “Política de Seleção”.

Recuando quatro séculos, em 1627 Gabriel Naudé publicou aos 27 anos *Advis pour dresser une bibliothèque*, considerada “obra de um homem jovem [...] que passou a maior parte de sua vida no meio dos livros e com homens para os quais os livros compunham a paisagem mais familiar”<sup>10</sup>. Este livro é considerado “o primeiro tratado de biblioteconomia”<sup>11</sup>, cuja relevância está “no reconhecimento da atividade de seleção enquanto procedimento

OF EDUCATION. **Public Libraries in the United States of America:** their history, condition and management. Washington: Government printing office, 1876. Part I, p. 673, grifo e tradução nossa.

<sup>5</sup>CIM, Albert. **Une bibliothèque:** l'art d'acheter les livres, de les classes, de les conserver et de s'en servir. Paris: E. Flammarion, 1902. passim.

<sup>6</sup>“postura psicológica” (tradução nossa). LASSO DE LA VEGA, Javier. **Manual de biblioteconomia:** organizacion tecnica y cientifica de las biblioteca. Madrid: Mayfe, 1952. p. 215.

<sup>7</sup>LASSO DE LA VEGA, loc. cit. Tradução nossa.

<sup>8</sup>LASSO DE LA VEGA, op. cit., p. 214. Tradução nossa.

<sup>9</sup>No original: “experto y bien documentado”.

<sup>10</sup>REVEL, Jacques. Entre dois mundos: a biblioteca de Gabriel Naudé. In: O PODER das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente. Sob a direção de Marc Baratin e Christian Jacob; tradução de Marcela Montara. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000. p. 216.

<sup>11</sup>FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Desenvolvimento e avaliação de coleções.** Brasília, DF: Thesaurus, 1998. p. 11.

técnico necessário para se organizarem coleções”<sup>12</sup>.

Dentro do âmbito histórico, Figueiredo conclui que:

[...] a atividade de selecionar livros nasceu então numa época de mudanças [Renascimento], e quando a própria natureza da biblioteconomia estava sendo formalizada. Seleção de livros tem sido considerada como uma das atividades básicas do bibliotecário, uma arte tão profundamente específica deste profissional, que nenhum bibliotecário poderia sentir-se realizado se não estivesse, de alguma maneira, praticando esta “arte”<sup>13</sup>.

Considerar essa técnica como arte pode representar somenos, ou até mesmo livre de qualquer ciência. A reboque, Vergueiro tece o seguinte comentário:

[...] por muito tempo, os profissionais consideravam a atividade de seleção como se fosse uma arte, concepção esta que trazia muitas implicações para o trabalho bibliotecário, pois sendo arte, exigia uma capacidade ou aptidão especiais, quase que uma qualidade inata do indivíduo. Felizmente essa concepção foi abandonada e a atividade de seleção passou a ser encarada como uma técnica especializada, fornecida por conhecimento e experiência, criticamente testada e acompanhando princípios gerais<sup>14</sup>.

Para completar, Figueiredo, anos depois, trata a questão da seguinte maneira:

Spiller comenta a controvérsia existente no passado sobre a atividade de seleção, se é uma “arte” ou “ciência”. A definição desta atividade como uma “arte” data do século XVII, e tem-se mantido através dos séculos, sendo ainda definida por Wheeler & Goldhor, na obra clássica *Practical administration of public libraries*, publicada em 1962. Por outro lado, Metcaf, como citado por Edelman, dizia que seleção “é a mais importante atividade pela qual o bibliotecário é responsável”<sup>15</sup>.

Nos séculos que precederam a Revolução Industrial, sobretudo o XVII e XVIII alimentou-se o “sonho de uma biblioteca reunindo todos os saberes acumulados, todos os livros jamais escritos, atravessou a história da civilização ocidental”<sup>16</sup>. Com o passar do tempo “a produção de impressos, livros e, principalmente, periódicos cresceu de tal forma que

<sup>12</sup>WEITZEL, Simone. O desenvolvimento de coleções e a organização do conhecimento: suas origens e desafios. **Rev. Perspect. Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 61, jan./jun. 2002.

<sup>13</sup>FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Desenvolvimento e avaliação de coleções**. Brasília, DF: Thesaurus, 1998.

<sup>14</sup>VERGUEIRO, op. cit., p. 38.

<sup>15</sup>FIGUEIREDO, op.cit., 1998, p. 12, grifos da autora.

<sup>16</sup>CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. 2. ed. Brasília, DF: Editora UnB, 1999. p. 67.

superou a capacidade de organizá-los”<sup>17</sup>. A atividade de seleção surge – como panacéia – no momento em que começam perceber que o sonho de uma biblioteca “enciclopedista” não seria mais possível e passam aplicar algum critério para decidir o que entra ou não no acervo.

Cim perante as dificuldades que essa situação impõe ao selecionador perguntou-se: “o que escolher no meio de tantas e tantas obras? Como se guiar nesse dédalo?”<sup>18</sup>.

Se hoje sofremos o impacto do aumento progressivo de impressos, no século XIX viveram isso da mesma maneira – obviamente que em outras proporções<sup>19</sup>. É conhecida a passagem de uma carta de Sêneca a Lucilius na qual o filósofo considera que “la multitude des livres dissipe l’esprit”<sup>20</sup>. É muito curioso que conscientemente ou não, esse pensamento virá a tona no século XIX, e essa “multitude” fomentaria a necessidade de selecionar. Ainda a esse respeito Pinheiro destaca que:

Foi no século XIX que as referências que confrontam a explosão bibliográfica com a explosão bibliográfica com a necessidade de guardar o livro para as futuras gerações, passaram a ser reveladas, configurando-se as primeiras denúncias relativas ao caos, como consequência de falta de pertinência sob o dilúvio informacional [...]”<sup>21</sup>.

Na literatura pesquisada, notamos que a partir dos 1800, vários autores associaram a abundante produção tipográfica ao ato de escolher com critérios os livros que comporiam o acervo em formação. Poderíamos arrolar vários livros dessa época que além de tratarem do tema traziam indicações bibliográficas referentes às grandes áreas do conhecimento a fim de servirem de guia ao selecionador. Em alguns deles há o conceito de selecionar o que é condizente para o acervo e, por conseguinte, com a política de seleção. No entanto, em maioria, discutem a necessidade de escolher o que é melhor dentro do universo editorial. Esses “Manuais Bibliográficos” teriam função muito específica se seus consulentes dispusessem de um plano, isto é, uma “política de seleção”. Essa diferença é primordial para

<sup>17</sup>MILANESI, Luís. **Biblioteca**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002. p. 29.

<sup>18</sup>CIM, op. cit., p. 165. Tradução nossa.

<sup>19</sup>Sobre a o aumento do movimento tipográfico no século XIX, Cf. MARTINS, Wilson. **A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca**. 3.ed. São Paulo: Ática, 2001. Sobre tudo capítulo “Os grandes tipógrafos” é muito elucidativo. Nele o autor apresenta a evolução da imprensa e a representatividade dos séculos XVI e XIX para a história da imprensa.

<sup>20</sup>“A quantidade de livros dissipa o espírito” (tradução nossa). Optamos por manter no corpo do texto o original em francês porque em outros trechos desse capítulo fazemos relações com o uso do vocábulo “multitude”.

SÉNÈQUE. **Lettres de Sénèques, à Lucilius**: lettre II. Disponível em:

<[http://ugo.bratelli.free.fr/Seneque/A\\_Lucilius02.htm](http://ugo.bratelli.free.fr/Seneque/A_Lucilius02.htm)>. Acesso em: 30 mar. 2007.

<sup>21</sup>PINHEIRO, Ana Virgínia. O espírito e o corpo do livro raro: fragmentos de uma teoria para ver e tocar.

**Revista Museu**. Disponível em: <[http://www.revistamuseu.com.br/artigos/art\\_.asp?id=1674](http://www.revistamuseu.com.br/artigos/art_.asp?id=1674)>. Acesso em: 27 jul. 2004.

uma leitura crítica desses autores.

No trabalho de levantamento bibliográfico localizamos o livro *Manuel du Bibliophile, ou Traité du choix des livres*<sup>22</sup>. Essa obra, veio à luz em 1801 e foi escrita pelo bibliotecário Étienne-Gabriel Peignot. Ele nasceu em Arn-en-Barrois em 15 de maio de 1767 e morreu em Dijon a 14 de outubro de 1849 e foi considerado um dos maiores bibliógrafos de seu tempo<sup>23</sup>.

Na obra, o autor comenta em vários trechos a “quantité exressive des livres”<sup>24</sup>. Ao longo de seu discurso vemos sua perplexidade diante de profusão de publicações, e é para guiar os que se aventuram a formar uma biblioteca que ele propõe um *Manuel*. Da mesma maneira que estavam preocupados com os efeitos progressivos da arte da impressão, julgavam que a escolha dos livros deveria ser tomada com muita atenção. Tanto assim, que escreveu esse *Traité* em cinco volumes.

[...] a imprensa é uma potência ativa, forte, mas cega, pois acolhe qualquer um que se lhe apresente, e não impõe um freio, propaga com igual indiferença e igual profusão, tanto a verdade quanto o erro, os preceitos morais e as práticas licenciosas, as produções de um gênio e a frivolidade. [...] a imprensa multiplica os livros de todos os gêneros a um ritmo acelerado e desenfreado<sup>25</sup>.

Peignot se refere a falta de critérios na impressão, quando diz “acolhe qualquer um”<sup>26</sup> e de maneira similar seu homônimo, de sobrenome Zaid<sup>27</sup>, analisa a produção desenfreada das editoras nos dias atuais. É muito particular que esse *Traité* faça parte de acervo do Gabinete. Como se verá adiante, os membros da diretoria que compuseram a Comissão de Seleção sabiam que teriam pela frente uma faina árdua e dificultosa para selecionar os livros que comporiam a biblioteca da Instituição. É imperioso que fique claro que não estamos afirmando que esse livro serviu aos selecionares do Gabinete e muito menos de norteador para suas escolhas – o que seria abusar da liberdade de inferir. A escolha dele subjaz na

<sup>22</sup>Nessa mesma obra, há uma citação de Erasmo digna de ser transcrita, por representar a conclusão do pensamento do autor a respeito da quantidade excessiva de livros e sobre a natureza das obras, “ les imprimeurs remplissent le monde de libelles, je ne dirai pas inutiles tels que peuvent être ceux que j’écris, mais de libelles insensés, ignorans, médisans, diffamatoires, furieux, impies et séditeux; leur multitude empêche de profiter de la lecture des bons livres. Quelques uns de ces ouvrages paroissent sans titre, ou, ce qui est plus scélérat, sous des titres supposés.” Esse trecho pode ser lido à luz do texto atual de Gabriel Zaid, em “Livros demais” para mostrar que o problema continua e persiste.

<sup>23</sup> WIKIPÉDIA. Disponível em: <[http://fr.wikipedia.org/wiki/Gabriel\\_Peignot](http://fr.wikipedia.org/wiki/Gabriel_Peignot)>. Acesso em: 30 mar. 2007.

<sup>24</sup> “quantidade excessiva de livros”. PEIGNOT, Gabriel. *Manuel du bibliophile, ou traité du choix des livres...* Dijon: chez Victor Lagier Libraire, 1828. p. XLV, tradução nossa.

<sup>25</sup> Ibid., p. XLIII, tradução nossa.

<sup>26</sup> No original: “accueille indistinctement”. PEIGNOT, op. cit., p. XLIII.

<sup>27</sup> Cf. ZAID, Gabriel. *Livros demais!:* sobre escrever e publicar. São Paulo: Summus, 2004.

necessidade de entendermos o panorama e pensamento biblioteconômico – mesmo que não formalmente ainda definido – daquele período.

Se hoje vivemos numa “constelação de livros”<sup>28</sup>, outrora tinham a mesma sensação. O tratado em questão, tenta demonstrar “a necessidade de seleção dentro da imensa quantidade de livros que surgem no horizonte literário”<sup>29</sup>, servia de um instrumento de seleção<sup>30</sup>.

O autor francês tem a preocupação de orientar seus leitores sobre a necessidade de estabelecer um plano de seleção, isto é, política de seleção conforme o termo contemporâneo.

Inquestionavelmente a melhor maneira de evitar similares inconvenientes [escolhas erradas na seleção], dos quais apercebe-se geralmente quando não há mais tempo para remediar, **é não fazer nenhuma aquisição sem antes estabelecer um plano; este, uma vez feito, é necessário que se prenda a ela unicamente para evitar pretextos** e deixar-se seduzir por uma encadernação elegante ou uma impressão de luxo ou privilegiando uma obra medíocre ou perniciososa, vendida a preços baixos. Isso representará uma sobrecarga inútil à biblioteca<sup>31</sup>.

Outro autor do dezenove, porém, mais conhecido na biblioteconomia de livros raros, Jacques-Charles Brunet, no prefácio da quinta edição do *Manuel du libraire et de l'amateur de livres* tece o seguinte comentário:

[...] então não é mais suficiente indicar simplesmente só os títulos, como fizemos em edições anteriores, dos escritos que diariamente aparecem em toda a Europa. Nesta edição foi necessário juntar aos títulos indicações e apreciações mais ou menos fundamentadas a respeito do mérito intrínseco ou o grau de utilidade relativa de certas obras, assim cada um poderá, de acordo com a natureza dos seus estudos, facilmente fazer uma escolha nesta massa sempre crescente de livros de méritos diversos. Para responder à esta nova necessidade do público, a bibliografia associou-se a crítica literária<sup>32</sup>.

Como se nota, essa obra destinada a “bibliófilos, bibliotecários, homens estudiosos e livreiros cultos”<sup>33</sup>, podia ser usada como um instrumento auxiliar de seleção. Assim, municiava o selecionador de meios para aferir os atributos intrínsecos das obras a serem escolhidas.

Em *De l'organisation et d'administration des bibliothèques publiques et privées*, o

<sup>28</sup>ZOID, op. cit., p. 79.

<sup>29</sup>PEIGNOT, op. cit., p. 28, tradução nossa. Optamos por “seleção” e não “escolha”.

<sup>30</sup>Cf. VERGUEIRO, Waldomiro. **Seleção de Materiais de Informação**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1997.

<sup>31</sup>PEIGNOT, op. cit., p. 5, tradução e grifos nossos.

<sup>32</sup>BRUNET, Jacques Charles. **Manuel du libraire et de l'amateur de livres**. 5. ed. Paris: Librairie de Firmin Didot Frères, 1860. v. 1, p. xvii-xiiij, grifo nosso.

<sup>33</sup>Ibid, p. v, tradução nossa.

bibliotecário é orientado a estabelecer uma comissão para seleção, tendo em vista as dificuldades inerentes à prática. Seu autor Jules Cousin, nasceu em Paris em 1830, foi o fundador da “Bibliothèque Historique de la ville de Paris”<sup>34</sup> e era conhecido por seu talento bibliófilo, segundo suas idéias:

[...] no que diz respeito às escolhas a fazerem, encarregar-se-á geralmente, para uma biblioteca pública ou semipública, uma comissão especial nomeada quer pelo município, quer pela corporação própria, e composta das pessoas mais familiarizadas com as matérias que devem ser representadas na biblioteca. Esta comissão deverá cercar-se de diferentes catálogos antigos e modernos, e também catálogos especiais, se houver necessidade. Seria bom, em todo caso, para chegar a um resultado mais satisfatório e mais completo, que cada membro tivesse um campo de investigação bem marcado. Nas suas investigações específicas, estes membros anotariam os livros dos quais a aquisição lhes parecesse mais desejável, com a indicação dos preços; seguidamente, numa reunião geral, as escolhas seriam definidas<sup>35</sup>.

Como será considerado na sub-seção Critérios de Seleção, essas orientações assemelham-se muito com o que prescreve Vergueiro<sup>36</sup>.

Diante do que expusemos, parece haver um imbricamento entre o aumento progressivo da produção editorial e da necessidade critérios de seleção. Não é possível que os acervos se elevem em qualidade se isso não for observado. A era da utopia de uma biblioteca onde caberiam todos os saberes ficou reservada às páginas da história. Vergueiro sugere que “diante da expansão desenfreada da produção editorial [...], é preciso deixar claros os critérios que norteariam a opção por determinados materiais [...]”<sup>37</sup>. Lasso de la Vega considera que em “meio a essa massa selvagem de livros que vem a público anualmente há que haver uma mão cuidadosa, amistosa e perita em *bibliopsicologia* que conduza o leitor para não se perder”<sup>38</sup>.

Vai daí a importância do estabelecimento de critérios de seleção, pois se numa primeira instância servirão de base para a criação da Política de Seleção, em outra, constituirão num “instrumento imprescindível ao desenvolvimento de qualquer coleção”<sup>39</sup>.

<sup>34</sup>Cf. ACCUEIL Paris. Disponível em: <[http://www.paris.fr/portail/Culture/Portal.lut?page\\_id=473](http://www.paris.fr/portail/Culture/Portal.lut?page_id=473)>. Acesso em: 03 mar. 2007.

<sup>35</sup>COUSIN, Jules. **De l'organisation et d'administration des bibliothèques publiques et privées: manuel théorique & pratique du bibliothécaire.** Paris, 1882. p. 21, tradução nossa.

<sup>36</sup>Cf. VERGUEIRO, 1989; 1997.

<sup>37</sup>VERGUEIRO, op.cit., 1989, p. 38.

<sup>38</sup>LASSO DE LAVEGA, op. cit., 1952, p. 214, tradução nossa.

<sup>39</sup>VERGUEIRO, op.cit., 1989, p. 41.

## 2.2 Considerações dos teóricos modernos

A título de prolegômeno a essa subseção, vale recordar – nunca será demais – os princípios elaborados por Shialy Ramamrita Ranganathan, e que constituem as cinco leis da Biblioteconomia<sup>40</sup>:

1. Os livros são para serem usados;
2. Para cada leitor, seu livro;
3. Para cada livro, seu leitor;
4. Poupe o tempo do leitor;
5. A biblioteca é uma organização em crescimento.

Pode erroneamente parecer que Formação e Desenvolvimento de Coleções está para o quinto princípio apenas, contudo, percebemos que a disciplina engloba todas elas. Seria um bom exercício relacionar cada lei com as facetas de FDC. No que tange a essa pesquisa, tendo a “Política de Seleção” como tema, a segunda e a terceira leis são especialmente importantes.

Wellard com base na terceira lei de Ranganathan, considera que “os livros, [...], são escritos para serem lidos por leitores reais, não hipotéticos”, por isso, “[o] conhecimento desses leitores deve ser levado em conta quando fazemos a análise de um livro para o selecionarmos para a biblioteca”<sup>41</sup>.

À guisa de clarificar nosso discurso vale pontuar algumas definições:

[...] desenvolvimento de coleções (*collection development*), termo mais moderno; seleção (*selection*), que é o termo mais tradicional, e aquisição (*acquisition*). Segundo Edelman, existe uma hierarquia entre esses termos. O primeiro nível é o de desenvolvimento da coleção, que pode ser interpretado como um termo que descreve o crescimento da coleção: é uma função de planejamento. O segundo nível, a seleção, é uma função direta do desenvolvimento da coleção; é o processo da tomada de decisão que diz respeito às metas estabelecidas no desenvolvimento da coleção. O terceiro nível, a aquisição, é o processo de implementação das decisões da seleção<sup>42</sup>.

No que se refere a essa investigação iremos até o segundo nível, ou seja, a seleção,

<sup>40</sup>Cf. CAMPOS, Maria Luisa de Almeida. **As cinco leis da biblioteconomia e o exercício profissional**. Rio de Janeiro: Biblioteca, Informação & Tecnologia da Informação. Disponível em: <<http://www.conexaorio.com/bitlmluiza/index.htm>>. Acesso em: 03 abr. 2007.

<sup>41</sup>WELLARD, 1937 apud FIGUEIREDO, op. cit., 1982, p. 10.

<sup>42</sup>FIGUEIREDO, op. cit., 1998, p. 360.

processo que engloba o estabelecimento de critérios e a redação de uma política. Sabemos que mesmo num exercício, como ao que nos propusemos “nem sempre isso será fácil de realizar”<sup>43</sup>, mas deve-se ter em mente sua extrema importância. Por isso, Vergueiro acredita que “dizer que não se dispõe de tempo para estabelecer critérios de seleção é uma falácia”<sup>44</sup>, tamanha a importância tem essa etapa.

Antes, porém de seguirmos na seara de nosso tema, isto é, Política de Seleção, é necessário que sejam estabelecidas certas referências para que essa etapa de FDC esteja situada dentro de um âmbito mais amplo.

Poder-se-ia correr o risco de repetição expondo algumas definições de FDC, todavia não há como se furtar disso. Segundo Maciel e Mendonça<sup>45</sup> esse processo deve ser visto como um planejamento pelo qual o conhecimento da comunidade a ser servida é de grande relevância para as tomadas de decisões e elaboração da política de seleção. Vale dizer que Vergueiro considera *critérios de seleção* como sinônimo de *política de seleção*<sup>46</sup>.

A questão de considerar o usuário é de fato grave, para Vergueiro:

[...] o estabelecimento de critérios de seleção é uma tarefa bastante individual, subjetiva mesmo, que deve ser realizada pelos profissionais levando em consideração a comunidade a que estão servindo, os recursos disponíveis para aquisição e as próprias características do assunto ou do material objeto da atividade de seleção [...]<sup>47</sup>.

Embora o autor considere que o grande critério de seleção seja o assunto<sup>48</sup>, assim como Figueiredo<sup>49</sup>, ao afirmar que a seleção é “uma atividade técnica e intelectual, cujo critério primeiro a guiá-la será, sem sombra de dúvida, a comunidade a ser servida”<sup>50</sup>, parece que equipara os dois itens. E de fato, ambos são de peculiar e óbvia relevância. Para Vergueiro, o assunto além de um grande critério é um fator que influencia a elaboração formal dos critérios para a criação da Política. Sobre a questão, ele afirma que “uma das primeiras considerações a serem feitas na seleção de materiais em bibliotecas enfocará a

<sup>43</sup>VERGUEIRO, op. cit., 1997, p. 11.

<sup>44</sup>VERGUEIRO, op. cit., 1997, p. 12.

<sup>45</sup>MACIEL, Alba Costa; MENDONÇA, Marília Alvarenga Rocha. **Bibliotecas como organizações**. Rio de Janeiro: Interciência, 2000. p. 7-27.

<sup>46</sup>VERGUEIRO, op. cit., 1997, p. 19.

<sup>47</sup>VERGUEIRO, op. cit., 1989, p. 40.

<sup>48</sup>Cf. VERGUEIRO, op. cit., 1997.

<sup>49</sup>FIGUEIREDO, 1998, p. 74.

<sup>50</sup>VERGUEIRO, op. cit., 1989, p. 41. Ver também VERGUEIRO, op. cit., 1997, p. 13.

problemática do assunto”<sup>51</sup>, continuando seu pensamento, destaca que “em momento posterior da atividade de seleção, [será necessário] definir os assuntos que sejam considerados afins à área de atuação da biblioteca, que terão representação mínima no acervo [...]”<sup>52</sup>.

Wellard afirma que “o problema da seleção de livros é fornecer ao leitor, cujos interesses e capacidades são conhecidos, o livro que se ajustar àqueles interesses e capacidades melhor do que qualquer outro livro”<sup>53</sup>. Para Vergueiro “as considerações quanto às características do usuário real ou potencial estão diretamente ligadas à definição do benefício que cada material incorporado ao acervo poderá trazer à comunidade a que a biblioteca almeja servir”<sup>54</sup>.

Vergueiro<sup>55</sup> conclui que o desenvolvimento de coleções é um processo que envolve:

- Estudo da Comunidade;
- Políticas de seleção;
- Aquisição;
- Desbastamento;
- Avaliação.

Assim, dentro do Desenvolvimento de Coleção, a seleção se agrega em conjunto com a avaliação, desbastamento, aquisição e estudo de comunidade. Usando um guarda-chuva como analogia, Weitzel esclarece de maneira muito precisa essa relação:

[...] cada etapa do processo é uma vareta e todo o processo juntamente com a política de desenvolvimento de coleções é o guarda-chuva. Dessa maneira é possível ponderar que o guarda-chuva pode não abrir se faltar uma vareta. Do mesmo modo, não é possível desenvolver coleções sem avaliar ou selecionar, por exemplo. Todas as etapas são importantes [...]”<sup>56</sup>.

Por essas palavras observa-se que a Formação e Desenvolvimento de Coleções é uma atividade sistêmica<sup>57</sup>, onde cada etapa será relevante para a seguinte e assim até completar e

<sup>51</sup>VERGUEIRO, op. cit., 1997, p. 15.

<sup>52</sup>VERGUEIRO, loc. cit.

<sup>53</sup>WELLARD apud FIGUEIREDO, op. cit., 1982, p. 15.

<sup>54</sup>VERGUEIRO, op. cit., 1997, p. 16.

<sup>55</sup>VERGUEIRO, op. cit., 1989, p. 16.

<sup>56</sup>WEITZEL, Simone. **Elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias**. Rio de Janeiro: Interciência, 2006. (c). p. 19.

<sup>57</sup>Cf. EVANS, G. Edward. **Developing library and information center collections**. 4. ed. Englewood, Colorado: Libraries Unlimited, 2000.; VERGUEIRO, op. cit., 1989, 1997.

refazer o ciclo. É interessante notar que os autores reputam FDC como um “processo”, *processus*, em latim, é um vocábulo que possui uma conotação de continuidade, progresso, avanço<sup>58</sup>.

Voltando a nossa exposição, para Vergueiro não se deve limitar o processo, tratando o “desenvolvimento de coleções como se fosse apenas as atividades de seleção e aquisição” o que para ele é um “erro muito comum em que incorrem bibliotecários desprevenidos”<sup>59</sup>. Sobre essa questão Evans<sup>60</sup> igualmente concorda, para ele tanto a seleção quanto a aquisição, embora contendo elementos da política de desenvolvimento de coleções, não contemplam importantes tópicos que a política arrolará.

É a elaboração de uma política de desenvolvimento de coleção que vai “garantir a consistência e permanência do processo”<sup>61</sup>. Essa política é um

[...] é um instrumento importante para desencadear o processo de formação e crescimento de coleções, constituindo-se um documento formal elaborado pela equipe responsável pelas atividades que apóiam o processo de desenvolvimento de coleções como um todo. Essa política deve expressar o interesse comum da instituição que a mantém e da comunidade a que serve<sup>62</sup>.

Para Vergueiro a Política para Desenvolvimento de Coleções deverá “funcionar como diretriz para as decisões dos bibliotecários em relação a seleção do material a ser incorporado ao acervo e à própria administração dos recursos informacionais”<sup>63</sup>. Essa citação já nos fornece um elo para nosso assunto seguinte, isto é, a seleção. Como é possível deprendermos pelas palavras de Vergueiro a seleção está imbricada à Política. Figueiredo clarifica a relação afirmando que “a seleção é uma função do desenvolvimento da coleção”<sup>64</sup>. Seguindo a analogia do guarda-chuva, é uma das varetas que compõem a FDC.

Prado considera a seleção como um “problema”<sup>65</sup> quando da necessidade da constituição do fundo de uma biblioteca. E é justamente essa complexidade que deve alarmar a muitos quando da elaboração de uma política de seleção. Estabelecer esse documento é de

<sup>58</sup>LEITE, J. F. Marques; JORDÃO, A. J. Novaes. **Dicionário latim vernáculo**: etimologia, literatura, história, mitologia, geografia. 2. ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Lux, 1956. p. 383.

<sup>59</sup>VERGUEIRO, op. cit., 1989, p. 16.

<sup>60</sup>EVANS, op. cit., 2000, p. 70.

<sup>61</sup>WEITZEL, op. cit., p. 18.

<sup>62</sup>Loc. cit.

<sup>63</sup>VERGUEIRO, op. cit., 1989, p. 25.

<sup>64</sup>VERGUEIRO, op. cit., 1988, p. 84.

<sup>65</sup>PRADO, Heloisa de Almeida. Aquisição e seleção de material. In: \_\_\_\_\_. **Organização e administração de bibliotecas**. 2. ed. rev. São Paulo: T. A. Queiroz, 1992. p. 26.

grande importância para abalzar o desenvolvimento do acervo. Será através dele que a função de seleção será executada com maior ou menor grau de precisão. Veremos isso claramente na seção “Política de Seleção”, na qual será exposta a forma como a Diretoria do GPL baseou suas decisões num relatório que continha alguns elementos que compõem a política. Vergueiro orienta em linhas gerais, que o documento de política deve conter:

- a identificação dos responsáveis pela seleção de materiais;
- os critérios utilizados no processo;
- os instrumentos auxiliares;
- as políticas específicas;
- os documentos correlatos<sup>66</sup>.

Já Maciel e Mendonça apontam outros elementos, tais quais:

- estabelecimento de prioridades para aquisição das diferentes coleções que a biblioteca abriga e as quais viabiliza o acesso;
- escolha de critérios para cobertura de assuntos de maior demanda [...];
- prioridades em relação ao idioma e atualização do material a ser adquirido;
- indicação do número de exemplares necessários;
- incorporação de documentos doados<sup>67</sup>.

Retornando o ponto de vista de Vergueiro – apresentado acima – a respeito dos elementos que devem compor uma Política de Seleção, tomemos os “critérios usados no processo”. Para o autor há um grupo que ele reputou como “grandes critérios de seleção”: assunto; usuário; documento e preço<sup>68</sup>. Os critérios são importantes porque garante coerência na formação do acervo e que cada material incorporado ao acervo seja feito segundo razões objetivas<sup>69</sup>. Diante dos vários critérios apresentados pela literatura, Vergueiro agrupou algumas categorias.

---

<sup>66</sup>VERGUEIRO, op. cit., 1997, p. 78.

<sup>67</sup>MACIEL & MENDONÇA, op. cit., p. 19.

<sup>68</sup>VERGUEIRO, op. cit., 1997, p. 13-17.

<sup>69</sup>VERGUEIRO, op. cit., 1997, p. 19.

Categorias	Crêterios
Quanto ao documento	Autoridade
	Precisão
	Imparcialidade
	Atualidade
	Cobertura/Tratamento
Quanto aos usuários	Conveniência
	Idioma
	Relevância/interesse
	Estilo
Quanto aos aspectos adicionais do documento	Características físicas
	Aspectos especiais
	Contribui�o potencial
	Custo

Quadro 4: Critérios de Sele o segundo Vergueiro

Fonte: VERGUEIRO, Waldomiro. **Sele o de materiais de informa o**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1997, p. 19-27. Adaptado.

Por respeito aos limites de inferências e aten o a interpreta es anacrônicas apenas algumas desses critérios serão considerados em rela o ao GPL.

Notar-se-  que no *Relatorio de 1837* que o GPL ilustra os três requisitos apontados por Vergueiro quando da estrutura o do texto da Política de Sele o, a saber: simplicidade, clareza e veracidade<sup>70</sup>.

O idioma não   somenos dentro dos critérios de sele o e muito menos desprovido de complexidade.

[...] em muitas bibliotecas está análise [defini o se a língua do documento   acessível aos usuários]   facilmente realizada por não existir tão grande diversidade de publica es em sua área de interesse e nem grupos de usuários com necessidades ling sticas específicas. Em algumas bibliotecas especializadas, no entanto, esta verifica o da língua de publica o terá necessariamente que ser feita item por item, assunto por assunto<sup>71</sup>.

Esse aspecto no bojo dos critérios   claramente abordado pelos membros fundadores do GPL. Poderemos observar que tomam a decisão pelo idioma português por uma série de razões que vão muito além do puro nacionalismo.

<sup>70</sup>VERGUEIRO, op. cit., 1997.

<sup>71</sup>VERGUEIRO, op. cit., 1997, p. 24-25.

No tocante a “características físicas” o GPL assume como critério, inicialmente incorporar no acervo além de livros, periódicos, mapas e estampas. O que vem de encontro a ponderação de Prado, quando esta afirma que “além de livros, a biblioteca deve ter também periódicos, seleções folhetos, jornais, mapas, coleção de estampas [...]”<sup>72</sup>.

Vergueiro classifica os periódicos como “materiais especiais”, e considera que na “seleção de uma publicação periódica difere basicamente da de um livro ou monografia no sentido de que na primeira estabelece-se compromisso com sua continuidade”<sup>73</sup>.

Beck entende que “a seleção aparentemente é algo fácil; mas ao mesmo tempo que realmente pode ser, geralmente é um dos mais complicados temas, pois dos 'dilemas filosóficos' de valor *versus* demanda e uso *versus* posse sempre surgem diante do selecionador”<sup>74</sup>. Esse mesmo autor, ainda no verbete *Selection*, da *Encyclopedia of Library and Information Science*, traça uma diferença muito perspicaz entre aquisição e seleção, “a distinção entre aquisição e seleção deve ser reforçada. “Aquisição” e “seleção” não são termos sinônimos. A seleção é apenas uma fase de todo o processo de desenvolvimento de coleções [...]”<sup>75</sup>.

Desse modo, por seu grau de complexidade, Vergueiro<sup>76</sup> considera que a formação de uma comissão de seleção é uma alternativa para organização da atividade de criação de uma política de seleção.

Ele sistematiza três alternativas, a saber:

Alternativa 1	Alternativa 2	Alternativa 3
Caráter <b>deliberativo</b>	Caráter <b>consultivo</b>	O bibliotecário faz a seleção.
O bibliotecário participa como membro ou coordenador/presidente	A comissão acessora o responsável pela seleção	É do bibliotecário a decisão única e exclusiva sobre o que é ou não incorporado, sem que tenha que <i>a priori</i> consultar escalões superiores.
Formada por grupo de pessoas hierarquicamente acima do bibliotecário.	Visa proporcionar ao bibliotecário suporte às decisões de seleção	

Quadro 5: Alternativas para organização das atividades de seleção.

Fonte: VERGUEIRO, Waldomiro. **Seleção de materiais de informação**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1997, p. 64-68. Adaptado.

<sup>72</sup>PRADO, op. cit., 1992, p. 27.

<sup>73</sup>VERGUEIRO, op. cit., 1997, p. 29-30.

<sup>74</sup>BECK, Willian. In: ENCYCLOPEDIA of library an information science. New York: Marcel Dekker, 1979. p. 27. p. 204.

<sup>75</sup>Ibid., p. 205.

<sup>76</sup>VERGUEIRO, 1997.

A essa comissão podem ser submetidos os itens a serem incorporados no acervo, que devem ser descritos com o máximo de detalhes. “Normalmente o procedimento mais comum é elaborar uma lista, que após a aprovação da comissão de seleção ganha a denominação de lista de desiderata”<sup>77</sup>. No GPL esse processo pode ser percebido em várias passagens que serão transcritas nas seções subseqüentes. No caso específico da Instituição luso-brasileira, lugar-comum será a própria comissão estabelecendo a lista, e submetendo ao tesoureiro que providenciava a cotação na praça do Rio de Janeiro ou na Europa, sobretudo Lisboa e Porto<sup>78</sup>.

Mesmo no século XIX o pensamento de formação de uma comissão para a seleção era algo que já se discutia e era orientado nos *Manuais* – em sua maioria franceses. Nesses, tratavam também das qualidades necessárias aos participantes da comissão.

No considerar de Vergueiro:

[...] comissões, na medida em que compostas por membros representativos da comunidade, permitem um contato maior com os usuários, funcionando como um canal permanente para a discussão de suas necessidades de informação e também como um excelente vínculo de relações públicas.<sup>79</sup>

Essa representatividade sugerida por Vergueiro fica muito patente ao analisarmos a formação da primeira comissão de seleção do GPL, formada no primeiro momento de sua fundação. Sem dúvida que a presença de um médico, um advogado e um comerciante favoreceram o desencadear da seleção, pois em conjunto respondiam às necessidades de conhecimentos sobre o mercado editorial; sobre o acervo e sobre a comunidade<sup>80</sup>.

No processo de seleção existem fatores que irão influenciar as tomadas de decisões. Dentre esses, Vergueiro comenta que o preço do material é um deles. Para o autor é imperioso “definir se a biblioteca tem condições de arcar com o custo de cada documento” e ainda que “torna-se imprescindível definir quanto a biblioteca pode comprometer-se em relação ao preço do material”<sup>81</sup>. A esse respeito Figueiredo sugere que “os aspectos de custo da coleção devem ser considerados para facilitar a elaboração do orçamento anual do setor e para que se

<sup>77</sup>VERGUEIRO, op. cit., 1997, p. 65.

<sup>78</sup>Cf. GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. *Actas da Sessão da Diretoria*. 1837-1847.

<sup>79</sup>VERGUEIRO, op. cit., 1997, p. 65.

<sup>80</sup>VERGUEIRO, 1995 apud WEITZEL. **Formação e desenvolvimento de coleções**. Rio de Janeiro, 2006. Transparências de aula da Disciplina Formação e desenvolvimento de coleções baseada na literatura do programa, oferecida no segundo semestre de 2006. Parte II. (b). p. 53.

<sup>81</sup>VERGUEIRO, op. cit., 1997, p. 17.

possa racionalizar o aproveitamento de recursos”<sup>82</sup>.

Figueiredo afirma que, para atender as necessidades dos usuários, “o ideal é que a seleção seja feita por uma comissão composta de uma representação dos usuários, da mantenedora e do pessoal que atende aos usuários e que, portanto conhece a clientela”<sup>83</sup>.

Ao longo desse TCC poderá ser observado como isso foi verdade no que se refere ao GPL. Ora, o estabelecimento imediato de critérios de seleção foi fundamental para o direcionamento da verba orçamentária nos primórdios da Instituição. Naquela ocasião não dispunham de grandes quantias e precisavam investir na aquisição de obras para compor o acervo e sedimentar seu plano. Com base ainda na política estabelecida, foi possível no ano seguinte a fundação, isto é, 1839, procederem a avaliação da coleção e determinar que livros fora de uso e não condizentes com o acervo fossem vendidos e que o resultado da venda fosse aplicado na compra de outros.

Pela análise do conjunto documental compulsado nas Atas da Diretoria do GPL foi possível perceber que, tal qual hodiernamente, o processo para se estabelecer critérios de seleção é muito complexo, mas factível. Realmente o volume de fases e etapas a considerar deve atemorizar o bibliotecário – já tão sobrecarregado em seus afazeres – mas, a exemplo do GPL a organização desses elementos será primordial para o sucesso da biblioteca. Afinal “uma coleção selecionada e desenvolvida conforme os interesses e necessidades de seus usuários torna mais fácil o acesso, a recuperação e a disseminação da informação”<sup>84</sup>.

---

<sup>82</sup>FIGUEIREDO, op. cit., 1998, p. 75.

<sup>83</sup>FIGUEIREDO, op. cit., 1998, p. 73.

<sup>84</sup>FIGUEIREDO, op. cit., 1998, p. 71.

### 3 O GABINETE PORTUGUÊS DE LEITURA DO RIO DE JANEIRO

Decorreu sem desfalecimento o labor dos homens de 1837 e dos que se lhes seguiram na direcção do novo instituto. Houve dificuldades, crises, mesmo lutas, mas de tudo triunfaram a dedicação e a pertinácia dos sucessivos dirigentes e colaboradores do Gabinete. Efectuaram-se aquisições preciosas, receberam-se dádivas magníficas, foi-se organizando o catálogo, tomaram-se louváveis iniciativas culturais, filantrópicas e cívicas<sup>1</sup>.

A citação a cima é extremamente pertinente ao propósito que delimitamos para a abordagem da criação do GPL. Embora fazendo um recorte na primeira década de sua existência, temos exata noção de como foi primordial a estruturação que o grupo de fundadores delineou para a Instituição. As palavras supra citadas, escritas cem anos após a reunião que Gabinete, corroboram para esse pensar. De fato, “decorreu sem desfalecimento” ao longo desses 170 anos o trabalho iniciado por José Marcelino da Rocha Cabral e Francisco Eduardo Viana, naquele domingo de 14 de maio de 1837<sup>2</sup>. Nas linhas a seguir será apresentado um texto meramente expositivo, privando uma análise acurada dos fatos históricos que circundaram a vinda do grupo fundador para o Brasil e da ambiência na então capital do Império, a cidade do Rio de Janeiro. Esse procedimento será aplicado no futuro em outras pesquisas. Ainda no âmbito da história do GPL, a exposição se aterá unicamente ao limite cronológico proposto para essa pesquisa. Há muitas informações referentes às várias fases do GPL que carecem de maior ponderação baseada numa metodologia mais especializada.

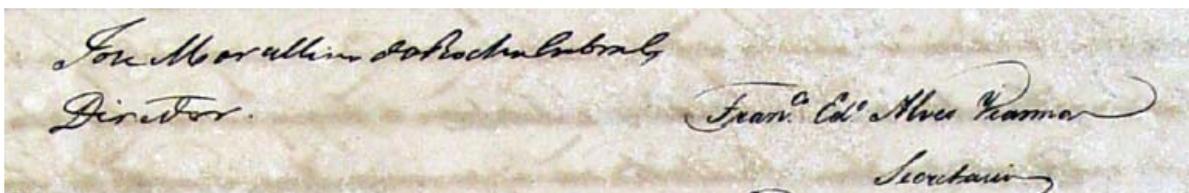


Ilustração 1. Assinaturas de José Marcelino da Rocha Cabral e Francisco Eduardo Alves Vianna cancelando a Primeira Ata da Seção do GPL, 14 maio 1837.

Foto: Luci Meri Guimarães da Silva

Acervo: RGPL

<sup>1</sup>CORREIA, António Augusto Mendes. Discurso. In: TABORDA, Humberto. **História do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro**: primeiro centenário, 1837-1937. [Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 1937]. p. 197.

<sup>2</sup>TABORDA, Humberto. **História do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro**: primeiro centenário, 1837-1937. [Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 1937]. p. 13.

### 3.1 O Gabinete Português de Leitura como objeto de pesquisa

Esse ano o GPL completou 170 anos e ao longo desses decênios alguns já se debruçaram sobre fatos que construíram sua importância. O primeiro deles, a crer pela bibliografia, foi Reinaldo Carlos Montóro, na sua Notícia Histórica<sup>3</sup>, publicada na edição comemorativa d'Os Lusíadas, de 1880. Em poucas páginas delineou em linhas gerais todas as motivações para a criação da Instituição, e para isso se valeu de sua própria memória e de seus contemporâneos. Em seguida A. A. de Barros Martins, bebendo muito nas fontes do primeiro, trouxe a livro, o *Esboço Histórico do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro*, de 1901, no qual narrou os fatos da fundação até o início do século XX. E o mesmo autor em 1913, publicou uma nova edição sob o título idêntico, porém abordando o período de 1837 a 1912<sup>4</sup>. Barros Martins, deteve-se em alguns aspectos que contribuíram para a compreensão da estrutura administrativa que foi sendo formada desde 14 de maio de 1837, quando o RGPL foi fundado até a década de 10 do século XX. Assim, como Montóro, apresentou relevantes informações sobre a formação do acervo e primou em destacar a relevância que a Instituição sempre considerou na publicação de catálogos, pois ao que parece, sabiam que além de divulgar o acervo essas publicações contribuem para “tornar a biblioteca perene”<sup>5</sup>. Como parte das comemorações do Centenário do Gabinete, Humberto Taborda publicou, em 1937, *História do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro*. O plano para essa obra surgiu em 1933 por Carlos Malheiro Dias, escritor português que na ocasião vivia no Rio de Janeiro. Seu objetivo era um trabalho que contemplasse os cem anos de história do RGPL, contudo, pouco tempo depois de iniciado, ele adoeceu gravemente até ficar totalmente incapacitado. Taborda tomou a frente do trabalho, que embora acrescente algumas notícias a respeito dos anos 20 e 30, não contribui como os anteriores para o alargamento das informações sobre a sedimentação da Instituição, restringindo-se muito nos trâmites administrativos. Anos mais tarde, António Rodrigues Tavares trouxe a lume, em 1977, *Fundamentos e Actualidades do Real Gabinete Português de Leitura*, monografia que seguiu a linha de Taborda.

<sup>3</sup> MONTÓRO, Reinaldo Carlos. Notícia histórica do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro fundado em 1837. In: CAMÕES, Luiz. *Os Lusíadas*. Lisboa: Na Officina de Castro Irmão, 1880. p. 399-422.

<sup>4</sup> BARROS MARTINS, A. A. de. *Esboço histórico do Real Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro: 1837 a 1912*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1913.

<sup>5</sup> AMADO, Maria Teresa. “Biblioteca” e ordens dos saberes: da Biblioteca-Livraria à Biblioteca-Catálogo na Espanha dos Áustrias. *Cultura: Revista de História e Teoria das Idéias*, Universidade Nova de Lisboa, v. 9, p. 30, 1997.

Em comum, Montóro, Barros Martins, Taborda e Tavares, foram membros da Diretoria do RGPL, o último ocupou o cargo de presidente.

De lá para cá, não houve quem se detivesse no tema para a redação de um livro próprio, figurando apenas em capítulos de excelentes monografias. Em *Gabinetes de leitura da província de São Paulo: a pluralidade de um espaço esquecido: 1847-1890*, Ana Luísa Martins<sup>6</sup>, apresentou importantes contribuições, acerca da situação política e social do Rio de Janeiro na época que o RGPL foi fundado, não faltou ao seu estudo breves considerações sobre o acervo. Já em *Palácio de destinos cruzados: homens e livros no Rio de Janeiro, 1870-1920*, Tânia Bessone Ferreira<sup>7</sup>, tratou em breves linhas da fundação do RGPL e analisou amiúde dados referentes ao Catálogo de 1858 e concluiu que “houve ênfase nos cuidados de manutenção do acervo bibliográfico, significativo para médicos, advogados e comerciantes”<sup>8</sup>. Considerou que o Gabinete como um “espaço de sociabilidade” que “teria sido responsável pela intensificação de laços afetivos, políticos e profissionais entre os frequentadores”<sup>9</sup>. Kátia Carvalho<sup>10</sup>, em *Travessia das letras*, abordou a representatividade do acervo na afirmação de arquétipos portugueses. Em sua tese, *Os jardins das delícias: gabinetes literários, bibliotecas e figurações da leitura na corte imperial*, Nelson Schapochnik<sup>11</sup>, estabeleceu conexões entre os Catálogos da Sociedade Germânica, British Subscription Library, Bibliotheca Fluminense e Gabinete Português de Leitura. Apresentou, ainda análise do acervo do RGPL no ano de 1858 e sistematizou várias informações que contribuíram como ponto de partida para a presente proposta de investigação.

Esses trabalhos, além de provirem em sua maioria das academias paulistas, estão alicerçados principalmente nos pensamentos de Robert Darnton, Roger Chartier e Michel de Certeau – a historiografia francesa em geral. Consideram a relevância do estudo dos Catálogos para traçar um perfil dos leitores assim como ocorre quando a História do Livro e da Leitura volta sua análise para as bibliotecas particulares. Darnton considera que “o

---

<sup>6</sup> MARTINS, Ana Luísa. **Gabinetes de leitura da província de São Paulo: a pluralidade de um espaço esquecido: 1847-1890**. 1990. 370f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

<sup>7</sup> FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. **Palácios de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro, 1870-1920**. 1994. 313f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

<sup>8</sup> FERREIRA, 1999, op. cit., p. 103.

<sup>9</sup> FERREIRA, 1999, p. 103.

<sup>10</sup> CARVALHO, Kátia de. Real Gabinete Português de Leitura: o livro como construção da imagem do imigrante. In: \_\_\_\_\_. *Travessia das letras*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1999. p. 107-128.

<sup>11</sup> SCHAPOCHNIK, Nelson. **Os jardins das delícias: gabinetes literários, bibliotecas e figurações da leitura na corte imperial**. 1999. 270f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

catálogo de uma biblioteca particular pode servir como perfil de um leitor”<sup>12</sup>. Antônio Cândido afirma que para essa análise é necessário “conhecer mais ou menos a biografia do sujeito”<sup>13</sup> e Eduardo Frieiro, no escrutínio da biblioteca do cônego Luís Vieira da Silva, conseguiu delinear o perfil daquele – mesmo com poucas notas biográficas – com base nos livros arrolados no Auto de Devassa da Inconfidência Mineira<sup>14</sup>. *Mutatis mutandis*, o que esses pesquisadores fizeram, com maestria, resguardando as proporções e seus escopos, foi transpor essa análise dos acervos particulares para bibliotecas institucionais.

### 3.2 Esboço da gênese da Biblioteca Portuguesa do Brasil

Na tarde de 14 de maio de 1837<sup>15</sup>, “pessoas das diversas classes da emigração portuguesa”<sup>16</sup> dirigiram-se para o sobrado n. 20 da Rua Direita (hoje Primeiro de Março). O grupo reuniu-se casa era do advogado português Antônio José Coelho Lousada<sup>17</sup>.

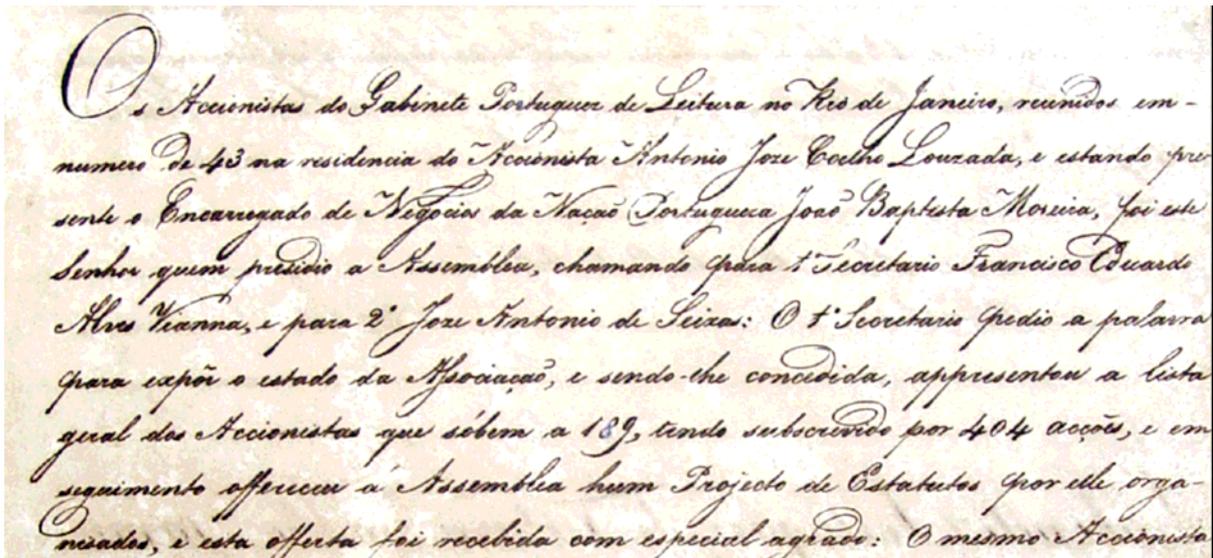


Ilustração 2. Trecho da Ata de criação do GPL. 14 maio. 1837.

Foto: Luci Meri Guimarães da Silva

Acervo: RGPL

<sup>12</sup> DARTON, Robert. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 152.

<sup>13</sup> CÂNDIDO, 1990 apud FERREIRA, 1999, op. cit., p. 17.

<sup>14</sup> FRIEIRO, Eduardo. **O diabo na livraria do Cônego**. Belo Horizonte: Livraria Cultura Brasileira, 1945.

<sup>15</sup> GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. **Actas da Sessão da Diretoria**. 1837-1847, 14 maio 1837.

<sup>16</sup> MONTÓRO, Reinaldo Carlos. Notícia histórica do Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro fundado em 1837. In: CAMÕES, Luiz. **Os Lusíadas**. Lisboa: Na Officina de Castro Irmão, 1880. p. 402.

<sup>17</sup> DIAS, Carlos Malheiro Dias. Discurso. In: GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA. **Sessão comemorativa do 347º Aniversario da Morte de Camões e do 90º Aniversario da Fundação do Gabinete**. Rio de Janeiro, 1927. p. 8.

Como relatado (Ilustração 2) a seção foi presidida pelo conselheiro João Baptista Moreira, na época cônsul geral de Portugal<sup>18</sup>. Os maiores esforços para essa criação da “primeira organização portuguesa no Brasil após a Independência”<sup>19</sup>, foi dos emigrantes José Marcelino Cabral e Eduardo Alves Viana<sup>20</sup>.

Há um contexto que circunda essa fundação e vinda desses portugueses para o Brasil, sobre a qual cabem aqui simples e breves considerações.

Com a morte de D. João VI em março de 1826<sup>21</sup>, a linha sucessória recaía sobre D. Pedro I, contudo esse como imperador do Brasil não poderia ser rei em Portugal<sup>22</sup>. Assim, envia sua filha D. Maria da Glória, princesa do Grã-Pará para assumir o trono. Contudo, seu tio, D. Miguel, empreendeu uma luta para usurpar o trono em seu favor<sup>23</sup>.

De 1826 a 1834 Portugal viveu a denominada *Campanhas da Liberdade* que separou a sociedade portuguesa<sup>24</sup>. Foi um período de luta sangrenta e perseguições.

Assim, “fugidos às perseguições miguelistas, muitos homens que haviam combatido pelos novos princípios da liberdade”<sup>25</sup> emigraram para o Rio de Janeiro. Nesse grupo estava José Marcelino da Rocha Cabral e Eduardo Alves Viana. O primeiro, era advogado, e segundo Carlos Malheiro Dias, chegara ao Brasil com 30 anos<sup>26</sup>, em 1828. Aqui viera encontrar “Antônio José Coelho Louzada, Alberto Antonio de Moraes Carvalho, Caetano Alberto Soares e outros advogados portugueses de boa nomeada que o haviam precedido na emigração”<sup>27</sup>. Do segundo, não restam muito detalhes biográficos, sabe-se apenas que era comerciante, estabelecido com casa comercial na rua do Ouvidor<sup>28</sup>.

Além de sua significância cultural a sede da corte brasileira, naqueles primeiros anos da Independência, como na maior parte do Brasil, “não mais cultivava as tradições lusas, e, muito pelo contrário, procurava erradicar a influência metropolitana”<sup>29</sup>. O ensino da língua francesa crescia, assim como o gosto por seus autores. Em conjunto com outros fatores já discutidos e ainda por apresentar, restam poucas dúvidas de que o critério *magno* de seleção,

<sup>18</sup> MONTÓRO, op. cit., p. 403.

<sup>19</sup> CORREIA, Antônio Augusto Mendes. Discurso. In: TABORDA, Humberto. **História do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro: primeiro centenário, 1837-1937.** [Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 1937]. p. 197.

<sup>20</sup> MONTÓRO, op. cit. p. 403.

<sup>21</sup> Cf. BARROS MARTINS, op. cit., p. 9.

<sup>22</sup> Cf. OLIVEIRA MARTINS, J. P. **Portugal contemporâneo.** Lisboa: Livraria Bertrand, 1881. v. 1, p. 4.

<sup>23</sup> Cf. BARROS MARTINS, op. cit., p. 10.

<sup>24</sup> OLIVEIRA MARTINS, op. cit., passim.

<sup>25</sup> DIAS, op. cit., p. 6.

<sup>26</sup> DIAS, op. cit., p. 10.

<sup>27</sup> BARROS MARTINS, A. A. op. cit., 1912, p. 12.

<sup>28</sup> MONTÓRO, op. cit. p. 402.

<sup>29</sup> MARTINS, op. cit. p. 35

isto é o idioma português, espelhava o desejo dos fundadores do GPL em reagir pacificamente a uma sociedade “culturalmente rendida à França e, mais que isto, apressada em trocar os arquétipos culturais lusitanos [...]”<sup>30</sup>. E ainda, como será descrito na seção “Delineando o Público-Leitor do GPL”, evidencia que tencionavam não somente criar uma Instituição de caráter associativo, mas também oferecer ao emigrado uma espécie de embaixada cultural lusitana, onde poderiam dispor das publicações em sua língua vernácula. E ainda “um espaço de leituras e sociabilidades fundadas na sagração da cultura portuguesa”<sup>31</sup>

[...] o emigrado luso que aportava no Rio de Janeiro, embora igualmente marcado por 'francesismos', ressentia-se do acanhado do meio, e estava em busca de parte de sua identidade pátria. O que encontrava era uma sociedade culturalmente rendida à França e, mais que isto, apressada em trocar os arquétipos culturais lusitanos em processo quase hostil de negação da herança portuguesa. Acrescente-se que para esses homens, familiarizados com o avanço dos centros europeus, eram poucos os recintos de ilustração disponíveis no Rio de Janeiro, e mesmo assim restritos à uma elite que desfrutava dos postos de mando da administração<sup>32</sup>.

Essas palavras de Ana Luísa Martins representam um excelente reflexo da “ambiência” da então capital do Império no primeiro quartel do século dezenove. Como vimos, muitos dos emigrantes vinham de um Portugal desejoso de implementar a leitura. No Rio de Janeiro, todavia, encontraram poucos lugares onde poderiam usufruir do que era produzido em seu país. Ousamos inferir – embora esteja em nossos planos futuros um cotejamento em seu catálogo do período – que o acervo da então *Bibliotheca Imperial e Pública da Corte*<sup>33</sup>, não tinha um perfil que atrairia esses emigrantes que se exilaram no Brasil.

Havia na cidade duas bibliotecas associativas nos moldes do GPL: a *Gessellschaft Germânica* e a *British Subscription Library*, ambas fundadas em 1821 e 1826, respectivamente<sup>34</sup>. Desse modo podemos interpretar a iniciativa de José Marcelino Cabral e

<sup>30</sup> Loc. cit.

<sup>31</sup> SCHAPOCHNIK, op. cit., p. 105.

<sup>32</sup> MARTINS, op. cit., 1990, p. 36.

<sup>33</sup> “[...] em setembro de 1822, a Biblioteca [Real] passou a ser denominada *Imperial e Pública da Corte*[...]”. PINHEIRO, Ana Virgínia. Da Real Biblioteca à Biblioteca Nacional. In : PEREIRA, Paulo Roberto (Org.). **Brasileira da Biblioteca Nacional: guia de fontes sobre o Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. p. 244.

<sup>34</sup> Cf. SCHAPOCHNIK, Nelson. **Os jardins das delícias: gabinetes literários, bibliotecas e figurações da leitura na corte imperial**. 1999. 270f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. O autor retoma alguns aspectos do tema e da maneira mais sintética em: SCHAPOCHNIK, Nelson. Um palácio de livros nos trópicos: metáfora, projetos e concretizações. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIA DA COMUNICAÇÃO, 25., 2002, Salvador, BA. **Anais...** Salvador: INTERCOM, 2002. Disponível em: <[http://repositorio.portcom.intercom.org.br/dspace/bitstream/1904/18727/1/2002\\_NP4schapochnik.pdf](http://repositorio.portcom.intercom.org.br/dspace/bitstream/1904/18727/1/2002_NP4schapochnik.pdf)>. Acesso em: 01 dez. 2006.

Francisco Eduardo Alves Viana como uma afirmação do caráter identitário português e uma busca para reforçar as raízes lusitanas<sup>35</sup>.

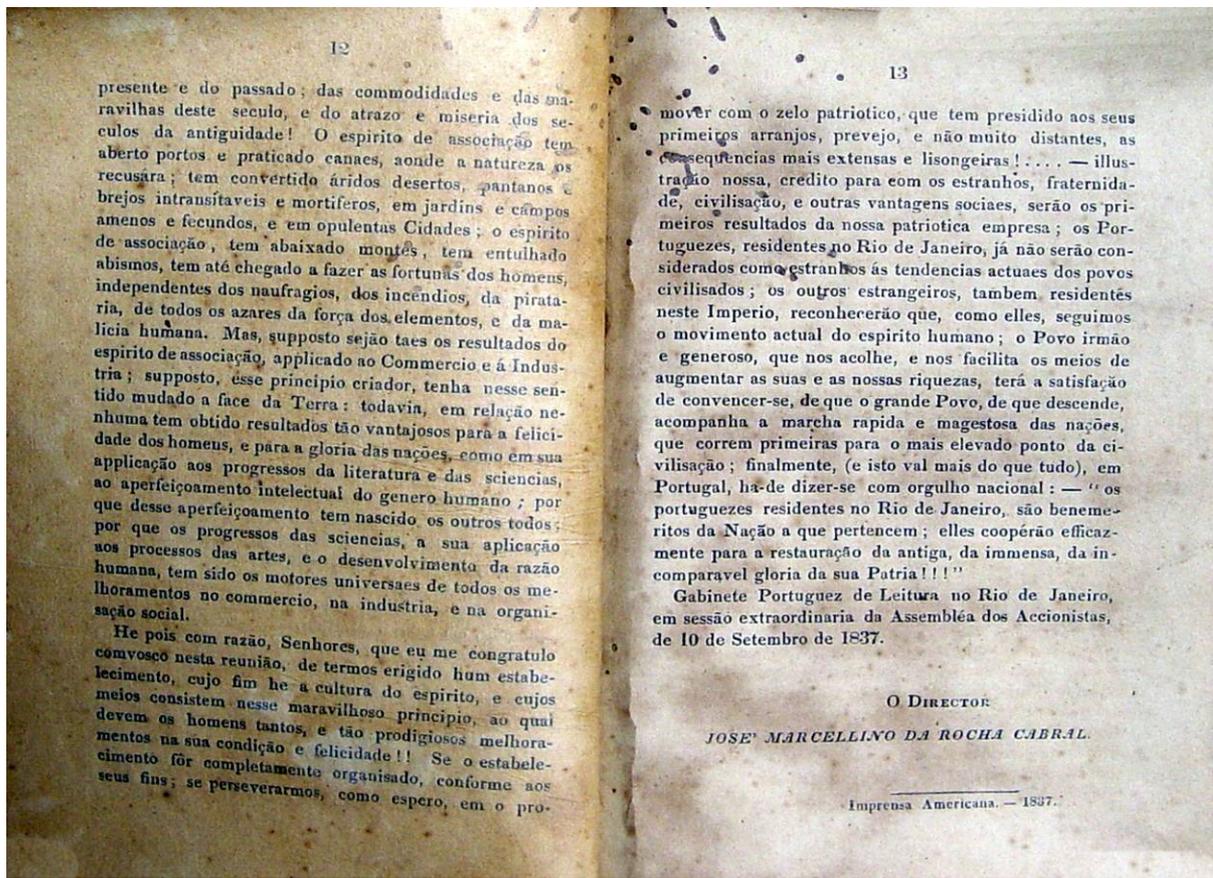


Ilustração 3. GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. **Relatório apresentado à Assembleia da Sociedade do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro**, em sessão extraordinária de 10 de setembro de 1837, a primeira celebrada no local do estabelecimento [...]. Rio de Janeiro: Imprensa Americana de I. P. da Costa, 1837. p. 12-13.

Foto: Luci Meri Guimarães da Silva  
Acervo: RGPL

Na ocasião “a própria língua portuguesa encontrava-se então ameaçada”<sup>36</sup> tamanho a quantidade de cursos de francês. Além disso, “pouco cultivados eram então os literatos portugueses”<sup>37</sup> e “até mesmo a literatura [brasileira] deixava de ser um reflexo das letras portuguesas [...]”<sup>38</sup>.

Tomando como base a situação política e social na capital do Império, o discurso inaugural de José Marcelino da Rocha Cabral se torna claramente compreensível.

[...] não posso resistir ao entusiasmo que me inspira a presença da primeira reunião de portugueses, que tem havido no Imperio em um estabelecimento próprio, por

<sup>35</sup>SCHAPOCHINIK, op. cit., 1999, p. 105.

<sup>36</sup>MARTINS, op. cit., 1990, p. 35.

<sup>37</sup>Loc. cit.

<sup>38</sup>Loc. cit.

elles creado, no intuito da sua illustração, da illustração geral e de concorrer para restaurar a gloria litteraria da sua patria!<sup>39</sup>

Essas palavras do primeiro presidente do Gabinete corroboram a nossa afirmação de que havia um público-alvo em mente. Além disso, objetivava-se servi-lo da língua portuguesa e sua literatura que naquela terceira década do século dezenove corria o risco de ser obliterada. O Gabinete, então, passaria a constituir um espaço onde esse público poderia sorver a cultura produzida em seu país. E mais ainda, constituiria memória do país que deixavam por situações políticas contrárias a seus objetivos.

Após a formalização da criação da Instituição, na Rua Direita, n. 20, o Gabinete teve sua primeira sede numa casa alugada na Rua São Pedro, n. 83<sup>40</sup>, a primeira sessão com os acionistas ocorreu em 10 de setembro de 1837<sup>41</sup>. Em novembro de 1837 encontra-se a primeira informação a respeito do horário de funcionamento, de segunda a sábado, o Gabinete abria as portas às 10 horas da manhã e fechava às 12 horas, retornava às 16 horas e seguia até às 20 horas. Aos domingos e dias santos funcionava das 16 horas às 20 horas<sup>42</sup>. Foi um período de grande movimento para a composição do acervo – cujos detalhes serão expostos na seção Critérios de Seleção. Sobre esse período, Martins sugere que o progresso do GPL pode ser atestado pela publicação do seu primeiro catálogo em 1840<sup>43</sup>. O espaço desse prédio não deveria ser tão pequeno, pois que em 18 de outubro de 1840, uma das salas foi cedida para Sociedade Portuguesa de Beneficência realizar suas sessões<sup>44</sup>, mas de certo, não grande o bastante para abrigar o acervo que crescia. Em 1838, possivelmente em razão do volume de livros que aumentava, houve movimentos para alugar outro imóvel; de princípio negociaram o aluguel de uma casa na Rua da Alfândega, n. 29, contudo o negocio malogrou<sup>45</sup>. Um ano

<sup>39</sup>GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. **Relatório apresentado à Assembleia da Sociedade do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro**, em sessão extraordinária de 10 de setembro de 1837, a primeira celebrada no local do estabelecimento [...]. Rio de Janeiro: Imprensa Americana de I. P. da Costa, 1837. p. 10-11.

<sup>40</sup>MONTÓRO, Reinaldo Carlos. Notícia histórica do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro fundado em 1837. In: CAMÕES, Luiz. **Os Lusíadas**. Lisboa: Na Officina de Castro Irmão, 1880. p. 402.

<sup>41</sup>GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. **Relatório apresentado à Assembleia da Sociedade do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro**, em sessão extraordinária de 10 de setembro de 1837, a primeira celebrada no local do estabelecimento [...]. Rio de Janeiro: Imprensa Americana de I. P. da Costa, 1837.

<sup>42</sup>GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. **Actas da Sessão da Diretoria**. 1837-1847. 20 nov. 1837.

<sup>43</sup>MARTINS, Ana Luiza. **Gabinetes de leitura da província de São Paulo: a pluralidade de um espaço esquecido: 1847-1890**. 1990. 370f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990. p. 39.

<sup>44</sup>GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO, op. cit., 18 out. 1840.

<sup>45</sup>GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO, op. cit., 20 out. 1838, 19 nov. 1838, 3 dez. 1838.

depois, novas negociações, desta vez para imóvel na Rua do Ouvidor<sup>46</sup>, pela ausência de comentários nas Atas, devem ter tido o mesmo resultado da anterior. Em 25 de novembro de 1839, a diretoria autoriza as negociações para alugar uma casa na Rua da Quitanda<sup>47</sup> com semelhante insucesso. Em 1841 começam a negociar a compra – e não mais aluguel – de um imóvel na Rua da Alfândega<sup>48</sup>. O fato é que provavelmente em meados do primeiro semestre de 1842, o GPL muda para o n. 55 daquela rua<sup>49</sup>. Nesse endereço havia funcionado a tipografia do jornal *O Despertador*, de propriedade de José Marcelino da Rocha Cabral<sup>50</sup>.

Carlos Montóro nos fornece um pouco mais detalhes – até porque foi testemunha da época relatada. Ao tratar da década de 40, do século XIX, ele conta que:

[...] em 1843, quando fui pela primeira vez espectador dos trabalhos desta Instituição, estava ela estabelecida à Rua da Quitanda, 55, e já contava avultado número de volumes. Nesse tempo era considerado grande distinção o ser sócio do “GABINETE”, pois eram, na prática, requeridas qualidades honrosas para se poder pertencer à associação. Os homens de mais elevada posição na colônia portuguesa, os que possuíam maior fortuna, merecimento, ou graduação científica, rivalizavam para pertencer à sua diretoria. No seio das classes ilustradas da nação brasileira, também era geral o apreço a esta instituição, e bastará apontar entre os vultos ilustres que a protegeram, o grande estadista, Ministro da Justiça na Regência de Araujo Lima, Bernardo Pereira Vasconcelos. Não era raro ver subir aquele que era alma de muitas situações políticas, as escadas, para ele tão difíceis, do estabelecimento, vir consultar as suas colecções e praticar com os empregados, dos progressos das instituições, que prezava como sua.<sup>51</sup>

O autor chama atenção para o “avultado número de volumes”, assim impelidos pela necessidade de expansão para os livros e para admissão de novos sócios, o Gabinete muda-se em abril de 1850 para o n. 50 da Rua dos Beneditinos<sup>52</sup>. De lá até o atual prédio em estilo manuelino da Rua Luís de Camões, inaugurado em 10 de setembro de 1887, a história do Gabinete é composta por fatos enaltecem ainda mais a capacidade administrativa dos nobres varões<sup>53</sup> que o criaram, pois foi do intenso e intensivo trabalho levado a termo nos dez primeiros anos que resultou toda uma linha de ação que pode ser observada nas décadas que se seguem.

Como será descrito em detalhes na sub-seção Critérios de Seleção, a primeira preocupação dos fundadores foi a formação do acervo. Se o Gabinete surge como uma

<sup>46</sup>GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO, op. cit., 17 jun. 1839.

<sup>47</sup>GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO, op. cit., 25 nov. 1839.

<sup>48</sup>GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO, op. cit., 25 nov. 1839.

<sup>49</sup>MONTÓRO, op. cit., p. 407.

<sup>50</sup>Loc. cit.

<sup>51</sup>MONTORO, 1856 apud TAVARES, op. cit, p. 32-33.

<sup>52</sup>MONTÓRO, op. cit., p. 407.

<sup>53</sup>MONTÓRO, Reinaldo Carlos. Notícia histórica do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro fundado em 1837. In: CAMÕES, Luiz. **Os Lusíadas**. Lisboa: Na Officina de Castro Irmão, 1880. p. 402.

associação para reunir portugueses, objetivo – como será detalhado adiante – o objetivo primordial era sua função como uma biblioteca portuguesa na corte do Rio de Janeiro.

## 4 POLÍTICA DE SELEÇÃO

No bojo da Política de Desenvolvimento de Coleções está a **Política de Seleção**. Essa política será traçada de acordo com os objetivos gerais da biblioteca, da instituição a qual pertence e da comunidade a ser servida<sup>1</sup>.

Decidir o que passará a compor o acervo em formação não é tarefa fácil. Seja como for “a seleção tem alto grau de detalhamento”<sup>2</sup> e “não importa o tipo de biblioteca, sempre haverá vários passos no processo de seleção”<sup>3</sup>.

Na seção “Revisão de Literatura” já tecemos algumas considerações concernentes à Política de Seleção, nas linhas a seguir serão expostos itens referentes à redação desse documento. Para isso, o modelo de Vergueiro – igualmente já apresentado – será adaptado para a realidade do GPL.<sup>4</sup>

### 4.1 *Delineando o público-leitor do GPL*

Esta casa [Gabinete Português de Leitura] mostrará também que aqueles que a fundaram não desaprenderam, com a emigração, de amar a gloria litteraria do seu berço, a obra dos seus escriptores, e a heroica sonoridade da sua lingua, flôr do Lacio, dourada pelos reflexos do Mediterraneo, perfumada pelas essencias embalsamadas da Arabia, lingua cantante, espumosa e rubra [...]<sup>5</sup>.

Diante das várias facetas que nos foram reveladas pela pesquisa, perquirir questões atinentes ao público leitor quando da formação do GPL não é tarefa das mais fáceis. A dificuldade ainda aumenta quando se trata do período escolhido, ou seja, primeira metade do século XIX. Vários autores, como Maria Beatriz Nizza da Silva, Lúcia Bastos, Tânia Bessone, Márcia Abreu, Luiz Carlos Villalta, dentre outros, vem se dedicando em investigar o perfil do leitor; seja no Brasil, seja, mais especificamente no Rio de Janeiro. Em grande maioria, essa produção tem origem no universo da História e da Literatura, e esse fato causou relativa dificuldade quando desejamos estudos oriundos da Biblioteconomia que privilegiasse o

<sup>1</sup>FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Desenvolvimento e avaliação de coleções**. Brasília, DF: Thesaurus, 1998. p. 11.

<sup>2</sup>VERGUEIRO, op. cit., 1997, p. 62.

<sup>3</sup>EVANS, op. cit., p. 91, tradução nossa.

<sup>4</sup>Referimos ao plano para elaboração da “Política de Seleção”. Cf. VERGUEIRO, op. cit., 1997, p. 78.

<sup>5</sup>ORTIGÃO, José Duarte Ramalho. Discurso. In: GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA DO RIO DE JANEIRO. **50º Aniversário**: 1887. Rio de Janeiro: Typ. Italia, Curvello d'Avila & C., 1888. p. 20.

assunto.

Por isso, a análise que apresentamos tem um caráter muito mais exploratório que conclusivo. Nessa seção delineamos através da apresentação de alguns dados compulsados na documentação pesquisada no GPL e cotejadas na bibliografia consultada, a figura do seu leitor.

As palavras do sócio honorário do Gabinete, José Duarte Ramalho Ortigão, pronunciadas no 50º aniversário de fundação da Instituição e inauguração do monumental prédio sede, em 1887, serviram de marca d'água para essa seção. Entendemos – e isso será apresentando adiante – que elas refletem a *anima* da primeira geração daqueles que além de fundadores formam os primeiros leitores.

#### 4.1.1 Alguns pressupostos teóricos

Acerca da importância de considerar o público-alvo quando da formação do acervo, os teóricos de FDC são uníssomos em afirmar a condição precípua de levá-lo em conta. Afinal uma coleção só se justifica pelo uso que se fará dela. Figueiredo afirma que “sem leitor, o livro é inútil” e ainda considera que “pessoas e livros são pólos positivos e negativos que mantém vivo o fluxo de serviço bibliotecário”<sup>6</sup>. Wellard considera que “os livros, [...], são escritos para serem lidos por leitores reais, não hipotéticos”, por isso, o “conhecimento desses leitores deve ser levado em conta quando fazemos a análise de um livro selecionado para uma biblioteca”<sup>7</sup>. O mesmo autor reforça sua idéia ao afirmar que “o problema da seleção de livros é fornecer ao leitor, cujos interesses e capacidades são conhecidas, o livro que se ajustar àqueles interesses e capacidades melhor do que qualquer outro livro”<sup>8</sup>. Para Vergueiro “as considerações quanto às características do usuário real ou potencial estão diretamente ligadas à definição do benefício que cada material incorporado ao acervo poderá trazer à comunidade a que a biblioteca almeja servir”<sup>9</sup>. Lasso de la Vega é mais enfático quando prega que “a obrigação mais estrita de todo bibliotecário é satisfazer as necessidades literárias ou científicas do público que serve”<sup>10</sup>.

<sup>6</sup> FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Desenvolvimento e avaliação de coleções**. Brasília, DF: Thesaurus, 1998. p. 46.

<sup>7</sup> WELLARD, 1974 apud FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Desenvolvimento e avaliação de coleções**. Brasília, DF: Thesaurus, 1998. p. 10.

<sup>8</sup> WELLARD, op. cit., p. 15.

<sup>9</sup> VERGUEIRO, Waldomiro. **Seleção de Materiais de Informação**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1997. p. 16.

<sup>10</sup> LASSO DE LA VEGA, Javier. **Manual de biblioteconomia: organizacion tecnica y científica de las**

Circunscritas ainda no âmbito de abordagens sobre o tema, observamos algumas variações quanto à tipologia acerca do leitor. Para a biblioteconomia, e em especial ao quando se trata de Política de Seleção, o termo mais usado, é “público-alvo”<sup>11</sup>, ou seja, aquele para quem os selecionadores pensam a coleção, ou ainda “o público para o qual a biblioteca existe [ou existirá]”<sup>12</sup>. Para a historiografia, contudo, os termos mais usados são: “leitor”; “público leitor” e “público freqüentador”. O que se justifica pelos interesses de abordagens que ambas as ciências se dedicam. Embora soem óbvias essas considerações, julgamos necessárias uma vez que nessa seção serão consideradas as duas nomenclaturas.

Além desse obstáculo terminológico, ponderamos que “público-alvo”; “público leitor”; “público freqüentador”, são expressões que devem ser consideradas de modo distinto ao tratamos do GPL. Embora a identificação, caracterização e classificação numa análise mais acurada seja objeto de uma investigação futura, não podemos nos furtar de tecer alguns comentários.

A expressão “público-leitor” aqui não foge a sua óbvia significação no universo da História do Livro e da Leitura. No caso, específico do GPL, significa aquele conjunto de usuários contidos no “público-alvo” que foram atingidos pelo plano da política de seleção estabelecido e que sorviam o acervo da Instituição.

Pinheiro ao tratar tema “leitor” traça um paralelo com as leis da Biblioteconomia, segundo a autora: “para cada leitor, seu livro, ratifica a importância do perfil do usuário-leitor que identificará suas preferências, interesses e opiniões sobre a biblioteca, seus serviços e produtos”<sup>13</sup>.

Falar de um público freqüentador do GPL no primeiro decênio de sua fundação causamos certa dificuldade no que se refere a sua caracterização. Esse público era formado de usuários reais em sua maioria, pois faziam do Gabinete um espaço de sociabilidade<sup>14</sup> e onde iam para reuniões, leitura de periódicos e locar livros. Todavia, havia também os potenciais, os quais, apenas contribuía monetariamente com a manutenção da Instituição<sup>15</sup>.

Por conseguinte, embora distintas as expressões, não vamos nos ater ao imbricamento

---

bibliotecas. Madrid: Mayfe, 1952. p. 213, tradução nossa.

<sup>11</sup>Cf. VERGUEIRO, op. cit., 1997.

<sup>12</sup>FIGUEIREDO, op. cit., 1998, p. 46.

<sup>13</sup>PINHEIRO, Ana Virgínia. **Organização e administração de bibliotecas**: planos de aula. Rio de Janeiro, 2007. Apostila de aula. p. 57.

<sup>14</sup>Esse tema é abordado em alguns trabalhos de Schapochnik (1999; 2004) e Tânia Bessone (1999).

<sup>15</sup>Para Pérez, 2002 apud Pinheiro, op. cit., p. 53 “usuário real é aquele que faz uso dos serviços da biblioteca”. Já usuário potencial é entendido como “aquele a quem o serviço se destina, mas não o utiliza” (ALMEIDA, 2000 apud PINHEIRO, op. cit., p. 53).

relativo as suas representatividades, por isso optamos em delinear o perfil do público do GPL, muito mais que em classificá-lo.

Deste modo, procederemos a uma apresentação simples desse público – “em sua maioria, imigrantes portugueses”<sup>16</sup> que freqüentou e fez parte do Gabinete nas décadas de 30 e 40 do século XIX.

#### 4.1.2 Em busca do perfil do público-leitor do GPL

Qual o perfil dos leitores do Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro entre os anos de 1837 e 1847? O que liam? Liam em casa ou/e na própria Instituição? Que tipo de usuários eram essas pessoas? Buscavam leitura de formação ou/e leitura de fruição e lazer? Qual foram os livros mais lidos?

Essas são algumas das várias indagações que nos fizemos ao longo dessa pesquisa. Para poucas delas temos resposta e a outras nem

ousamos no âmbito desse TCC trazer à análise. A imagem do plácido leitor estampado no selo do Gabinete

(Ilustração 4) nos encanta e aguça a curiosidade. Nela, velado pelo busto de Camões, ele lê confortavelmente um livro apoiado num porta-livro de madeira, sob uma mesa guarnecida de luz, penas para as possíveis notas, ao fundo uma estante com alguns volumes e por trás de si, um globo terrestre. Qual não é essa representação senão as dos Gabinetes de Leitura que a iconografia nos tem apresentado. O leitor representado é jovem, veste-se de forma elegante, pousa delicadamente uma das mãos sobre o livro e a outra sob a perna direita – solenemente



Ilustração 4. Timbre para as apólices. Seu desenho foi oferecido gratuitamente ao Gabinete por M. Bollanger em 14 de junho de 1837.

<sup>16</sup> CARVALHO, Kátia de. Real Gabinete Português de Leitura: o livro como construção da imagem do imigrante. In: \_\_\_\_\_. **Travessia das letras**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1999. p. 124.

lê. Para nós ele é figuração de uma geração de acionistas e subscritores que passaram pelo GPL e contribuíram sobremaneira para seu crescimento.

Pela a leitura e análise das Atas e Relatórios do GPL que tivemos oportunidade de compulsar, identificamos quatro fases de seleção, a saber:

<b>Fase de seleção</b>	<b>Período</b>
1 <sup>a</sup>	1837-1847
2 <sup>a</sup>	1847-1874
3 <sup>a</sup>	1874-1887
4 <sup>a</sup>	1887-1937

Quadro 6: Fases de Seleção  
Fonte: Atas da Diretoria: 1837-1937

Essas “fases” na realidade refletem outra variação, isto é, do público-leitor do Gabinete. Por exemplo, observamos que se num primeiro momento a seleção e aquisição de obras e a assinatura de periódicos em francês não gerava problemas, em outros subseqüentes ocorreu<sup>17</sup>. E ainda, a constatação de que na década de 70 optam por selecionar obras traduzidas para o espanhol em detrimento do francês<sup>18</sup>. Além disso, houve uma expansão das classes dos subscritores a medida que a Instituição foi se sedimentando, prova disso é que já nos idos de 1842 “era honra no commercio pertencer-se ao Gabinete”<sup>19</sup>.

[...] as successivas emigrações de Portugal desde 1842, haviam trazido para o Rio de Janeiro moços com applicação á nova litteratura, que desejavam a reforma das collecções da Bibliotheca e mais alargamento do circulo de influencias que até então haviam gerido a instituição. Desse numero, destiguam-se: Fernando Castiço, Manoel de Mello, Ernesto Cybrão, Xavier Pinto, Constantino Lemos, Mello e Faro, José Coelho Louzada, Ramalho Ortigão, Francisco Ramos Paz e outros jovens illustrados<sup>20</sup>.

Rastreando as informações nos Relatórios e Atas, verificamos que a Comissão de Seleção e a Diretoria estavam atentos ao perfil dos usuários do acervo que foi mudando com o passar dos decênios. A citação acima possibilita a confirmação de que os limites propostos pelo quadro não são estanques.

<sup>17</sup>Cf. GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. **Relatório**. Rio de Janeiro, Typographia Perseverença, 1874. 12p.

<sup>18</sup>Cf. Op. cit.

<sup>19</sup>BARROS MARTINS, A. A. de. **Esboço histórico do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Typ. Do “Jornal do Commercio” de Rodrigues & C., 1901. p. 26.

<sup>20</sup>MONTORO, Reinaldo Carlos. Notícia histórica do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro fundado em 1837. In: CAMÕES, Luiz. **Os Lusíadas**. Lisboa: Na Officina de Castro Irmão, 1880. p. 399-422. Edição consagrada a commemorar o Terceiro Centenario do Poeta da Nacionalidade Portugueza pelo Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro. p. 409.

Existem uma série de informações e detalhes referentes a relação usuário/seleção que necessitariam de um cotejamento e prospecção nas fontes consultadas e posterior comparação. Por essa razão, restringiremos nossa abordagem aos limites cronológicos dessa pesquisa.

A primeira fase de público-leitor – como passamos a denominar – é composta particularmente por emigrados liberais que deixaram Portugal na época que D. Miguel usurpara o trono de D. Pedro I (em Portugal, D. Pedro IV)<sup>21</sup>. Barros Martins relata esse momento, a partir do retorno dos liberais de Londres:

[...] os liberais invadem Portugal e ahi succedeu a terrivel lueta entre D. Pedro e D. Miguel (que separou a familia portugueza) durando oito annos (1826-1834) denominada Campanhas da Liberdade. Neste espaço de tempo, á perseguição aos liberaes, succedeu a fugida de homens notaveis, para o estrangeiro, refugiando-se no Rio de Janeiro, muitos portuguezes illustres<sup>22</sup>.

Portanto o Gabinete foi “iniciativa de portugueses liberais, homens modernos, recém emigrados, que se instalavam numa sociedade em transformação, grupo composto de comerciantes e bacharéis de Direito na sua maioria”<sup>23</sup>. O escritor português Carlos Malheiro Dias em discurso proferido na sessão comemorativa do 347º aniversário da morte de Camões, corrobora a afirmação da autora, relatando que “destacava-se, entre os muitos emigrados que os navios à vela transportavam para o Rio de Janeiro, um grupo de antigos escolares de Coimbra, bacharéis em Direito, homens das Leis [...]”<sup>24</sup>.

Assim, para compreendermos o perfil do público do Gabinete nesses primeiros anos é imperioso voltarmos o olhar a Portugal a fim de analisar qual formação que esses emigrantes tinham em seu país de origem. Afinal, foram esses portugueses “comprometidos com suas lutas íntimas de oposição aos privilégios, buscando a liberdade, e pregando a igualdade e a fraternidade”<sup>25</sup>, os primeiros leitores da Instituição.

Entender o estofó cultural e acadêmico desse grupo de emigrantes é importante para desfazer uma imagem obnubilada por alguns equívocos. Ainda está amalgamada no “inconsciente coletivo” do brasileiro – sobretudo – uma representação do português emigrante

<sup>21</sup>Para maiores esclarecimentos a respeito da questão de sucessão do trono, ver OLIVEIRA MARTINS, J. P. **Portugal contemporaneo**. Lisboa: Livraria Bertrand, 1881. Tomo I.

<sup>22</sup>BARROS MARTINS, op. cit., 1901, p. 10-11.

<sup>23</sup>MARTINS, Ana Luiza. **Gabinetes de leitura da província de São Paulo**: a pluralidade de um espaço esquecido : 1847-1890. 1990. 370f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990. p. 33, grifo nosso.

<sup>24</sup>DIAS, Carlos Malheiro Dias. Discurso. In: GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA. **Sessão comemorativa do 347º Aniversario da Morte de Camões e do 90º Aniversario da Fundação do Gabinete**. Rio de Janeiro, 1927. p. 6.

<sup>25</sup>MARTINS, op. cit., 1990, p. 43.

inculto que veio para o Brasil para integrar as lavras comerciais e, posteriormente substituir mão-de-obra escrava. Não desconsideramos que tenha havido esse fluxo, contudo, com base na literatura observamos que houve também um outro tipo de emigrante.

Em Portugal desde o início do século XIX já havia iniciativas para a dinamização da leitura e fixação do público leitor. Nessa seara, “a par dos textos originais proliferam as traduções de obras estrangeiras” e com o objetivo de conquistar o leitor “organizam-se coleções literárias”<sup>26</sup>. A reboque, devido ao valor dos livros, a leitura pública “é incentivada com a criação dos gabinetes de leitura, e posteriormente com o aparecimento das bibliotecas públicas e a instituição das bibliotecas populares”<sup>27</sup>. E ainda, somando-se as ações governamentais, os acadêmicos de Coimbra participaram de um processo cujo objetivo era que o “gosto da leitura se tornasse extensível a um público mais alargado”<sup>28</sup>.

Destarte em solo *Conimbricense*, o movimento em prol da leitura foi tão grande e o apoio dos jovens acadêmicos, fundamental. Em 1821 surge a *Sociedade Tradutora e Encarregada do Melhoramento da Arte de Imprimir e de Encadernar*, formada por Francisco Luís Gouveia Pimenta, Leonel Tavares Cabral, Joaquim Alves Maria Sinval (bacharéis em direito), Inácio António da Fonseca Benevides, Joaquim José Fernandes (bacharéis em medicina) e João Aleixo Pais (bacharel em cânones). Ribeiro conclui que “mesmo não tendo concretizado estes objectivos, o apoio destes jovens da Universidade de Coimbra ao movimento da leitura foi significativo”<sup>29</sup>.

Ainda a despeito da influência que traziam consigo, Guedes, que curiosamente usa “Gabinete de Leitura do Rio de Janeiro”, omitindo o “Português”, afirma que:

só a popularidade dos gabinetes de leitura em Portugal pode explicar, parece-nos, que aqueles dois portugueses [Francisco Eduardo Alves Viana e José Marcelino da Rocha Cabral] tenham escolhido aquela designação para a novel instituição”<sup>30</sup>.

Na literatura consultada foram raros os textos encontrados que tratassem de modo sistemático e analítico do fluxo e características dos emigrantes das décadas de 1830 e 1840. Um estudo mais acurado desse período seria de grande valia para as interpretações acerca do perfil desses portugueses que aportaram no Brasil recentemente independente, sobretudo no porto do Rio de Janeiro.

<sup>26</sup>RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. Livros e leituras no século XIX. **Revista de História das Idéias**, Coimbra, v. 20, p. 191, 1999.

<sup>27</sup>RIBEIRO, loc. cit.

<sup>28</sup>Ibid., p. 192.

<sup>29</sup>RIBEIRO, op. cit., 1999, p. 192.

<sup>30</sup>GUEDES, Fernando. **O livro e a leitura em Portugal**: subsídios para a sua história, séculos XVIII-XIX. Lisboa; São Paulo: Verbo, 1987. p. 171.

Quase nos servindo de panacéia, o artigo *Ler, escrever e contar na emigração oitocentista* de Jorge Fernandes Alves, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, fornece alguns poucos e valorosos detalhes a respeito desse certame. Segundo o autor:

[...] no movimento migratório que anualmente saía de Portugal, particularmente no distrito do Porto (aquele cujas características aprofundei), é possível detectar entre 1836 e 1880, várias especialidades profissionais que só se compreendem com um apreciável nível de alfabetização, ou mesmo formação mais elevada. Desde logo os profissionais ligados ao comércio, para quem não bastavam as primeiras letras, exigindo-se-lhes a escrita comercial com os formalismos inerentes a exigirem pelo menos habilitação prática adquirida em estabelecimentos comerciais [...]. Mas os cirurgiões da Escola Médico-Cirúrgica do Porto, que (tal como os de Lisboa) em Portugal eram preteridos nas nomeações face aos médicos da Universidade de Coimbra, tendo portanto na emigração para o Brasil uma importante saída de profissional.<sup>31</sup>

Essas palavras contribuem para endossar o perfil desses portugueses que chegaram nos portos brasileiros. Como se observa, vinham munidos de uma formação acurada e como vimos, influenciados do clima cultural que Portugal com esforço tentava dinamizar. O autor ainda apresenta um outro tipo de emigrado: médicos formados no Porto. E além desse o comerciante que possuía uma formação além das primeiras letras.

Continuando seu artigo, o professor José Fernandes expõe que alguns dos jovens que emigravam vinham sem profissão. Porém, possuíam uma “formação escolar que muitas vezes ultrapassava as competências primárias do saber ler, escrever e contar” e quando chegavam aqui – tomados de ambições literárias – se “dedicavam ao jornalismo ou às belas-letas, particularmente a poesia”<sup>32</sup>.

Em seu estudo pioneiro sobre a história do Gabinete, Montóro informa que “não foram só trabalhadores do Minho e da Beira que acudiram ao novo estado”<sup>33</sup>, isto é, ao Rio de Janeiro nos anos 30 do século dezenove. O mesmo autor conclui sua ponderação descrevendo que:

[...] entre os emigrantes houve homens como os illustres juristas José Marcelino da Rocha Cabral, Antonio José Coelho Lousada, Francisco Freire de Carvalho, Tiburcio Caetano Craveiro, Caetano Alberto Soares, Bernardo Ribeiro de Carvalho, Adolpho Manoel Victorino da Costa e outros não menos honrados e distintos, que reuniam ás virtudes cívicas a vastidão do saber, as largas aspirações do espirito e fé robusta no progresso<sup>34</sup>

<sup>31</sup> ALVES, Jorge Fernandes. *Ler, escrever e contar na emigração oitocentista*. **Revista de História das Idéias**, Coimbra, v. 20, p. 294, 1999.

<sup>32</sup> ALVES, op. cit., 1999, p. 294.

<sup>33</sup> MONTÓRO, op. cit., p. 401.

<sup>34</sup> MONTÓRO, loc. cit.

Como se nota, o autor elencou vários nomes do rol dos fundadores do GPL e faz absoluta questão em ressaltar as qualidades intelectuais deles, como se observa em todo seu discurso. A citação ainda é válida porque reforça a idéia de outras classes que afluíram na emigração. Desse grupo houve quem assistisse e incentivasse anos mais tarde a fundação da Caixa de Socorros D. Pedro V e do Liceu Literário Português<sup>35</sup>.

Na análise e perspectiva no tocante aos emigrantes vindos do norte de Portugal, Alves acredita que essa emigração “incluía um componente relativamente importante de 'letrados' cujas qualificações seriam consideradas supérfluas numa sociedade rural e rotineira”<sup>36</sup>. Não obstante, e paradoxalmente essa mesma sociedade pregava que o imigrante deveria ter preparação escolar antes da vinda para o Brasil<sup>37</sup>, para facilitar a absorção no mercado de trabalho.

A diretoria do Gabinete não descurou da necessidade desse público que afluiria ao acervo. Fato revelado pelas palavras impressas no Relatório de 1837: “tractamos de reunir, quanto possível, elementos de instrução geral, tendo, comtudo, particularmente em vista as classes de leitores, que provavelmente há de concorrer ao Gabinete”<sup>38</sup>. A esse respeito, Shapochinik ao considerar que “para satisfazer as necessidades mais imediatas desses leitores, provavelmente constituído por estudantes e comerciantes em ascensão, foram adquiridas obras contemporâneas”<sup>39</sup>, ilustra com outros elementos os leitores potenciais da Instituição e a atenção do grupo fundador em atendê-los. Para Alves, essa a atenção da diretoria é um reflexo do “grande esforço dos emigrantes portugueses no Brasil em busca da ilustração própria e alheia”<sup>40</sup>. Como vimos, havia entre as falanges de emigrantes muitos jovens e não faltou atenção a formação desses. Por essas considerações apresentadas, é imprescindível que fique patente que não ousamos afirmar que o público do Gabinete era formado essencialmente de letrados. Contudo, os dados levam-nos a acreditar que representavam maioria.

Por uma breve análise aos catálogos do Gabinete observamos assinaturas de periódicos portugueses e ingleses cujo assunto fosse o comércio e a indústria. Há ainda uma preocupação com obras de referência, sobretudo dicionários. Como será mais detalhado

---

<sup>35</sup>Cf. TAVARES, António Rodrigues. **Fundamentos e actualidades do Real Gabinete Português de Leitura**. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 1977. Edição comemorativa do 140º aniversário de fundação.

<sup>36</sup>ALVES, op. cit., 1999, p. 296.

<sup>37</sup>Cf. ALVES, loc. cit.

<sup>38</sup>GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO, op. cit., p. 6.

<sup>39</sup>SCHAPOCHINIK, op. cit., 1999, p. 106.

<sup>40</sup>ALVES, op. cit., 1999, p. 301.

adiante, há presença maciça de romances entres os títulos mais avultados no acervo. Esses dados podemos nos fazer supor a atenção dos selecionadores da Instituição ao público que utilizava o acervo tanto em suas necessidades profissionais, no caso dos periódicos e outras obras técnicas, quanto nas necessidades de lazer, referindo-nos aos romances.

O Catálogo de 1844 – conforme poderá ser apreciado em detalhes adiante - é um reflexo considerável do interesse dos selecionadores em atender ao público-leitor do Gabinete. De um total de 2.827 obras arroladas, 1474 eram em língua portuguesa.

A leitura dessas e de outras obras no acervo do Gabinete – como era lugar-comum em seus congêneres – estava franqueada perante o pagamento de quantia que variava. As distinções que nos importam são as categorias de acionistas e subscritores. De acordo com os Estatutos do Gabinete de 1841, o acionista poderia requerer a ação por si ou ser apresentado por outro. Era condição *sine qua non* ser português e deveria pagar a quantia de “3\$000 rs. por semestre, nos mezes de Janeiro e Julho de cada anno”<sup>41</sup>. Já os subscritores poderiam ser “pessoas de um e outro sexo, e de qualquer nacionalidade”. Para ser admitido necessitava ser proposto por um acionista e a aprovado pela Diretoria e poderiam subscrever por “por três, seis, ou doze mezes, pagando no 1º caso 4\$000rs, no 2º 7\$000 e no 3º 12\$000rs adiantados”<sup>42</sup>. Ambos deveriam “sêr bem morigerado e de ocupação honesta”<sup>43</sup> e estava facultado o acesso aos livros da biblioteca e a leitura de periódicos. Note-se que o valor pago pelo acionista é inferior ao do subscritor, contudo o primeiro tinha o dever de “tomar e possuir uma ou mais acções, pagando seu valor como a Directoria determinar”<sup>44</sup> – ainda segundo o mesmo Estatuto.

Munidos dessas informações podemos ainda refinar as características de nosso leitor, ou seja, restringia-se a pessoas que pagavam pelo acesso aos livros no acervo do Gabinete. Podiam estar inseridos na classe de acionista ou subscritor.

Os relatos nas Atas nos revelaram que os leitores do GPL – que num primeiro momento foi composto apenas por acionistas<sup>45</sup>– estavam muito interessados em leitura de periódicos, sobretudo comerciais, de várias praças do Império e da Europa. Os exemplos são inúmeros e estão mais detalhados na seção “Critérios de Seleção”, todavia, pode-se citar

<sup>41</sup>GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. **Estatutos**. Rio de Janeiro: Typ. Americana de I. P. da Costa, 1841. p. 5.

<sup>42</sup>GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO, op. cit., p. 15.

<sup>43</sup>GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO, loc. cit.

<sup>44</sup>GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO, loc. cit.

<sup>45</sup>Cf. GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. **Actas da Sessão da Diretoria**. 1837-1847, 22 e 29 jan. 1838.

alguns que consideramos representativos, no que se refere a formação e os interesses dos usuários do GPL. Em 22 de Janeiro de 1838 o tesoureiro foi autorizado a assinar “hum jornal Commercial em cada huã das principais Provincias do Imperio”<sup>46</sup>. Em maio do mesmo ano, tendo em vista a problemas com a importação de algumas folhas de Lisboa, o acionista António Ferreira Brandão ofereceu para uso do Gabinete “o Periódico Nacional de que [era] assignante”<sup>47</sup> até que a situação de normalizasse. Contudo, não eram só títulos comerciais e políticos, em 18 de novembro de 1839 a diretoria encaminhou um carta ao agente em Lisboa, Thomas José Pereira Lima, nela, dentre outros assuntos, foi enfatizado o desejo de assinar o *Archivo Theatral*, e cobrava os seis primeiros números do *Universo Pittoresco*, pois só haviam recebido o número 7<sup>48</sup>.

Um outro dado que confirma a ilustração do público que concorria ao Gabinete, é grande número de livros em francês – como será esmiuçado mais adiante. Parece-nos patente que numa época a qual o número de analfabetos tanto no Brasil quanto em Portugal era muito elevado, o fato de assinarem periódicos ingleses e franceses, revela que os leitores potenciais<sup>49</sup> eram indivíduos pertencente a uma plêiade que teve educação acadêmica.

Sem especificar o período que trata, na opinião de Carvalho o perfil do leitor do Gabinete foi traçado pela diretoria a partir do acervo, de acordo com suas palavras:

[...] aquisição de livros, considerava-se não somente a obra em si, mas o tipo de leitor que se imaginava freqüentar a biblioteca. Seria construída então, por meio do acervo, um perfil de leitor. Este deveria ser erudito (no sentido de que compartilharia da cultura das camadas privilegiadas da colônia portuguesa) e teria um razoável domínio do idioma francês, cuja literatura compunha grande parte da coleção disponível<sup>50</sup>.

Corroborando com Carvalho, contudo em âmbito português, Rebelo conclui que:

[...] apesar dos objectivos sociais que algumas destas instituições [Gabinetes de Leitura] assumiam, os gabinetes eram considerados como instituições de leitura destinadas essencialmente à burguesia, pelo que dificilmente poderiam servir um público mais humilde que, embora ávido de leitura, não possuía o estatuto nem os recursos necessários para nele se poder integrar<sup>51</sup>.

<sup>46</sup>Op. cit., 22 jan. 1838.

<sup>47</sup>Op. cit. 21 maio 1838.

<sup>48</sup>GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. **Livro do Copiador**, 18 nov. 1839.

<sup>49</sup>Cf. VERGUEIRO, Waldomiro. **Seleção de Materiais de Informação**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1997.

<sup>50</sup>CARVALHO, op. cit., 1999, p. 118.

<sup>51</sup>REBELO, Carlos Alberto. As instituições de leitura. In: \_\_\_\_\_. **A difusão da leitura pública: as bibliotecas populares, 1870-1910**. Porto: Campo das Letras, 2002. p. 78.

Por outro lado, ainda na ambiência lusitana, para Ribeiro “o aluguer tornava-se apesar de tudo bem mais acessível do que a aquisição de uma obra”<sup>52</sup> e destaca que mesmo assim, “nem todos os sectores sociais podiam pagar a assinatura mensal de um gabinete de leitura”<sup>53</sup>. Já no que respeita ao público leitor a autora, afirma que era restrito a uma pequena burguesia composta de intelectuais, políticos e outros letrados<sup>54</sup>.

Carlos Montóro nos fornece um pouco mais detalhes – até porque foi testemunha da época relatada. Ao tratar da década de 40, do século XIX, ele conta que:

[...] em 1843, quando fui pela primeira vez espectador dos trabalhos desta Instituição, estava ela estabelecida à Rua da Quitanda, 55, e já contava avultado número de volumes. Nesse tempo era considerado grande distinção o ser sócio do “GABINETE”, pois eram, na prática, requeridas qualidades honrosas para se poder pertencer à associação.

Os homens de mais elevada posição na colônia portuguesa, os que possuíam maior fortuna, merecimento, ou graduação científica, rivalizavam para pertencer à sua diretoria. No seio das classes ilustradas da nação brasileira, também era geral o apreço a esta instituição, e bastará apontar entre os vultos ilustres que a protegeram, o grande estadista, Ministro da Justiça na Regência de Araujo Lima, Bernardo Pereira Vasconcelos. Não era raro ver subir aquele que era alma de muitas situações políticas, as escadas, para ele tão difíceis, do estabelecimento, vir consultar as suas colecções e praticar com os empregados, dos progressos da instituição, que prezava como sua.<sup>55</sup>

Além de secundar as duas afirmações acima, fica claro que no relato subjaz vários aspectos sobre aquele momento, principalmente o pequeno detalhe “graduação científica”, pois oferece um pouco mais sobre o público em questão. A memória de Montoro ainda revela que não só o português, pelos idos dos anos 40, aumentava a frequência no Gabinete, mas também o brasileiro. E esses como vimos, pertenceria a categoria de subscritor.

Observa-se que além de um *status quo* e das possibilidades simbólicas de pertencer a esse ícone da cultura lusitana, certamente que havia o interesse pelas obras que já lotavam as estantes do GPL<sup>56</sup>.

Houve ainda um público que passou despercebido por Barros Martins<sup>57</sup>; Tabora<sup>58</sup> e Tavares<sup>59</sup>: **as mulheres**. Ana Luisa Martins<sup>60</sup> ao tratar dos Gabinetes de Leitura em São

<sup>52</sup>RIBEIRO, op. cit., 1999, p. 195.

<sup>53</sup>RIBEIRO, loc. cit.

<sup>54</sup>Cf. RIBEIRO, op. cit., 1999.

<sup>55</sup>MONTORO, 1856 apud TAVARES, op. cit, p. 32-33.

<sup>56</sup>Cf. SCHAPOCHNIK, 1999, p. 108.

<sup>57</sup>BARROS MARTINS, op. cit., 1901, 1913.

<sup>58</sup>TABORDA, Humberto. **História do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro**. [Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 1937].

<sup>59</sup>TAVARES, António Rodrigues. **Fundamentos e actualidades do Real Gabinete Português de Leitura**. Rio

Paulo, tece alguns comentários a respeito do público leitor feminino dessa instituição, mas sobretudo do Gabinete de Leitura de Sorocaba. A autora paulista verificou que “embora sócia do Gabinete e leitora em potencial, a participação da mulher naquela instituição se dava, sobretudo no âmbito social, organizando *soirées*”<sup>61</sup> e ainda considera que “a retirada dos livros fosse por iniciativa das senhoras dos sócios, na sua maioria de tradicionais famílias sorocabanas”<sup>62</sup>. No caso ressaltado, ocorrem dois tipos de leitoras: a sócia e a esposa do sócio, uma com sua participação na instituição e a outra como a possível motivadora pela locação do livro.

Rosa Esteves – em seu estudo pioneiro – ao analisar o catálogo de Mlle. Férin e de Pedro Bonnardel<sup>63</sup>, conjectura que “de um modo geral [...] o aluguer de livros terá servido pequenos/médios funcionários, e/ou suas mulheres e filhas.”<sup>64</sup>

Manuela Domingos, tanto com base nas análises propostas por Esteves quanto no estudo da iconografia da época, considera que houve um provável público feminino que alugava os livros. A mesma autoria sugere que se poucos homens sabiam ler muito menos as mulheres<sup>65</sup>. Ribeiro conclui – com base nos anúncios de jornais portugueses – que haveria um público leitor feminino<sup>66</sup>.

Enfim, o fato é que alguns autores consideraram as mulheres como leitoras dos Gabinetes, contudo faltou-lhes a ditosa ventura de encontrar nomes. Em nossa investigação fomos privilegiados por esses pormenores.

Na reconstrução do público leitor do GPL dos primeiros anos de sua fundação, localizamos nas atas dos anos 30 a presença feminina. Se no caso acima há detalhes que favoreceram a autora a chegar a suas conclusões, os dados que compulsamos só nos permitem apresentá-los sem ousar inferências.

A primeira menção ao caso, está relatado na Ata de 29 de Julho de 1839: “O Senhor Claudio Joze da Silva propôs p<sup>a</sup> Subscriptora a Senhora D. Carolina de Noronha Torrezão, e

de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 1977. Edição comemorativa do 140º aniversário de fundação.

<sup>60</sup>MARTINS, op. cit., 1999.

<sup>61</sup>MARTINS, op. cit., p. 288

<sup>62</sup>MARTINS, loc. cit.

<sup>63</sup>O *Cabinet de lecture de la Librairie Belge et Française* “terá tido a sua origem, em 1839, na Rua Nova do Carmo, por Mademoiselle Férin.” (ESTEVES, 1984, p. 224). A chamada Casa Bonnardel, foi o primeiro gabinete fundado em Portugal entre os anos de 1814-1815. Lembramos que não é objetivo deste trabalho a classificação e diferenciação dos diferentes tipos de Gabinete.

<sup>64</sup>ESTEVES, Rosa. Gabinetes de Leitura em Portugal no séc. XIX : 1815-1853. **Rev. da Universidade de Aveiro**, v. I, p. 234, 1984, grifo nosso.

<sup>65</sup>DOMINGOS, Manuela D. O público dos Gabinetes de Leitura. In: ESTUDOS de sociologia da cultura: livros e leitores do século XIX. Lisboa : Instituto Português de Ensino a Distância : Centro de Estudos de História e Cultura Portuguesa, 1985. (Coleção Temas de Cultura Portuguesa, nº10). p. 170.

<sup>66</sup>RIBEIRO, op. cit., p. 195.

não se havendo ainda deliberado, se o secço feminino deveria ser admitido, ficou nesta parte por decidir a proposta”<sup>67</sup>.

Essa proposta deve ter reverberado entre os presentes, uma vez que não havia precedente – a crer pelo conteúdo das Atas pesquisado. Contudo, como um aspecto revelador da disposição diretoria, não houve pronta recusa, antes, decidiram ponderar em conjunto com o Conselho Deliberativo. Perscrutamos as atas do conselho, mas não houve menção a nova postulação.

Quatorze dias depois, a 15 de Agosto, a diretoria coloca a questão em votação: “Pondo-se em deliberação se poderão ser admittidas a Subscrever no Gabinete, pessoas do Secço feminino, depois de algumas observacoes venceu-se que sim, por unanimidade”<sup>68</sup>.

Dona Carolina de Noronha Torrezão, este nome deve ser grifado, pois foi a primeira mulher subscritora do GPL. Pela análise dos discursos contidos nas Atas notamos que a expressão “por unanimidade” só era usada pelos relatores quando a questão em votação tinha uma conotação muito séria e digna de maior apreciação.

Por essas informações e outras subseqüentes que colhemos, não há como saber se esta senhora freqüentou o Gabinete como leitora ou se ocasionalmente alugava os livros de seu interesse. Não consta ainda nas Atas outro nome de mulheres que foram propostas como subscritoras.

A proposta apresentada à Diretoria merece atenção igualmente porque esta senhora poderia ter acesso aos livros através de outros subscritores ou acionistas – pois “nada nos garante que estes não emprestassem os livros dali retirados”<sup>69</sup>. Entretanto a Sra. Noronha Torrezão preferiu ela mesma ser responsável por seus empréstimos, tornando-se subscritora.

Devemos considerar que se o Sr. Cláudio José da Silva foi audaz ao apresentar uma mulher como subscritora o Gabinete foi francamente pioneiro e moderno em acolher a proposta. Até o momento que finalizamos essa pesquisa não havíamos encontrado detalhes biográficos sobre ambos, acionista proponente e subscritora.

Essa pesquisa identificou outras mulheres subscritoras do GPL. As senhoras Rachael Maria Cordeiro, Nina Rosa T. dos Santos, Carolina Sergio Velloso, Condessa de Sarapohy<sup>70</sup>,

<sup>67</sup>GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. **Actas da Sessão da Diretoria**. 1837-1847. 29 jul. 1839.

<sup>68</sup>GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO, op. cit., 15 ago. 1839.

<sup>69</sup>AUGUSTI, Valéria. *Literatura prescritiva, público leitor e práticas de leitura em bibliotecas do Rio de Janeiro do século XIX. Leitura, teoria & prática*, Campinas, n. 32, p. 16, dez. 1998.

<sup>70</sup>GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. **Relação das obras fora do Gabinete...** 26 jul. 1846.

Paula Cunha e Anna Joaquina d'Oliveira e Silva, constam numa lista de livros emprestados arrolados por João de Oliveira na ocasião.<sup>71</sup>

Diante do exposto podemos propor o seguinte quadro ilustrando o público do GPL:

1837-1840		1840-1847	
Médicos	} Emigrantes portugueses, essencialmente	Médicos	} Portugueses moradores do Rio de Janeiro e brasileiros residentes na corte.
Advogados		Advogados	
Comerciantes		Comerciantes	
		Professores	
	Estudantes		
		Intelectuais	

Quadro 7: Público do GPL, 1837-1847<sup>72</sup>

Fonte: o autor

Barros Martins conta que a partir de 1842 quando o GPL já estava na rua da Quitanda n. 55 “a mocidade começou a dar-se ao estudo das letras [...]”<sup>73</sup>. A mudança deve ter contribuído para o aumento dos frequentadores. Conta-nos Brasil Gerson que nesta rua na primeira metade do século XIX funcionou o Hotel Horácio, “preferido dos artistas de teatro vindos de Lisboa”, e no mesmo ano que o Gabinete, foi o primeiro endereço dos Irmãos Laemmert, recém chegados da Europa<sup>74</sup>. Na rua da Quitanda ainda esteve locada a *British Subscription Library*<sup>75</sup>.

As informações fornecidas por Barros Martins abrem processo para uma nova fase do GPL no que tange aos seus frequentadores. Cada vez mais perto do burburinho da cidade, e, sobretudo, sua influência e respeitabilidade aumentavam proporcionalmente ao seu acervo. Aos poucos foi se firmando como espaço de sociabilidade, além de “responsável pela intensificação de laços afetivos, políticos e profissionais entre seus frequentadores”<sup>76</sup>. Sua coleção estendeu-se a outros consulentes ávidos e desejosos do que se produzia de novo tanto no país, mas principalmente em solo europeu. Foi o século do positivismo, do mecanicismo, do darwinismo, do avanço das modernidades... Os selecionadores do Gabinete acompanharam as demandas de um público leitor que mudava e agregava-se àquele inicial, mas isso será

<sup>71</sup>GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. **Obras que se achão fóra com bilhetes.** Abril de 1842.

<sup>72</sup>É imprescindível esclarecer que os dados apresentados nesse quadro não são em absoluto conclusivos, merecem um estudo ainda mais acurado. Sua apresentação, contudo, tem o objetivo de submeter a apreciação e considerações de outros pesquisadores mais abalizados no tema.

<sup>73</sup>BARROS MARTINS, op. cit., 1901, p. 26.

<sup>74</sup>GERSON, Brasil. **História das ruas do Rio.** 5. ed., rev. ampl. Rio de Janeiro: Lacerda, 2000, p. 78.

<sup>75</sup>Cf. SCHAPOCHINIK, op. cit., 2002.

<sup>76</sup>FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. **Palácio de destinos cruzados: homens e livros no Rio de Janeiro, 1870-1920.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999. p. 103.

discutido em outra pesquisa.

#### 4.2 Instrumentos Auxiliares de Seleção

A multidão de livros publicados só é própria para distrair o espírito<sup>77</sup>.

Ao analisarmos o conteúdo das Atas da Diretoria e sobretudo do Relatório de 1837 notamos a seleção sendo feita com base nos critérios que o grupo dos fundadores do GPL estava estabelecendo. Como já foi exposto, o século XIX, principalmente a primeira metade, viveu sob o impacto de um aceleração da indústria tipográfica e aumento do número de título que proporcionalmente poderíamos comparar ao momento que vivemos atualmente.

Diante de fluxo contínuo de produção bibliográfica, mesmo municiado de uma Política de Seleção, o processo da escolha não é algo fácil. Vergueiro considera que:

[...] tendo em vista o atual universo editorial, é impossível a qualquer bibliotecário ter conhecimento de tudo que é de interesse para sua instituição, ou mesmo ter condições de avaliar objetivamente os materiais publicados. Por maior que seja sua dedicação e disponibilidade, ele irá fracassar<sup>78</sup>.

É impossível que o bibliotecário sozinho, diante dessa massa editorial que cresce em larga escala, recorrer apenas a sua memória no momento da seleção. Lasso de la Vega recomenda que além da formação da Comissão da Seleção seja utilizado outros instrumentos que auxiliem no difícil, mas exequível, processo de selecionar<sup>79</sup>. De maneira similar Cousin acredita que “esta comissão deverá cercar-se de diferentes catálogos antigos e modernos, e também catálogos especiais, se houver necessidade”<sup>80</sup>.

Ao concluir a primeira parte do seu *Traité du choix de livres*, Peignot tece o seguinte comentário:

[...] cremos ter suficientemente demonstrado a necessidade de fazer seleção no meio dessa quantidade excessiva de livros que surgem no horizonte literário; indicamos os

<sup>77</sup> PEIGNOT, Gabriel. **Manuel du bibliophile, ou traité du choix des livres** [...]. Dijon: chez Victor Lagier Libraire, 1828. p. 102, tradução nossa.

<sup>78</sup> VERGUEIRO, Waldomiro. VERGUEIRO, Waldomiro. **Seleção de Materiais de Informação**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1997. p. 71.

<sup>79</sup> Cf. LASSO de la VEGA, Javier. **Manual de biblioteconomia**: organización técnica y científica de las biblioteca. Madrid: Mayfe, 1952.

<sup>80</sup> COUSIN, Jules. **De l'organisation et d'administration des bibliothèques publiques et privées**: Manuel théorique & pratique du bibliothécaire. Paris, 1882. p. 21.

escritores sobre os quais as escolhas devem recair, e explicamos os motivos dessa preferência<sup>81</sup>.

Com esse panorama à vista, o selecionador precisa (e precisava) lançar mão do recurso dos instrumentos auxiliares de seleção<sup>82</sup>. Pois que, “por intermédio deles, os bibliotecários poderão obter informações referentes à existência de itens específicos, e ter acesso a uma estimativa da qualidade dos documentos”<sup>83</sup>. Essas fontes complementares de seleção<sup>84</sup> propiciam ainda um meio do “bibliotecário selecionador [...] identificar itens passíveis de serem incorporados ao acervo a partir do perfil traçado pela política de seleção”<sup>85</sup>.

Deaceto no estudo sobre a circulação e consumo de livros em São Paulo no século XIX, realizou uma análise minuciosa do catálogo da *Casa Garraux*, que é identificado como um dos instrumentos seleção usados pelos bibliotecários da Faculdade de Direito no Largo de São Francisco<sup>86</sup>. Infelizmente não tivemos a ditosa ventura de descobrir os instrumentos utilizados pelo GPL em seu processo de seleção.

Sem ousar inferir acerca do que foi utilizado na Instituição, tentaremos, contudo, identificar as fontes mais comuns e indicadas no período. E ainda demonstrar que as mesmas fontes – que hoje vemos lamentavelmente caindo em desuso – indicadas pelos teóricos de FDC já eram praticadas um século antes.

É possível destacar três instrumentos auxiliares da seleção<sup>87</sup>, a saber: 1. Catálogos de editores, folhetos etc; 2. Resenhas; 3. Bibliografias e lista de livros recomendados.

Dentre as três fontes, somente elencaremos itens da segunda. Quanto às bibliografias reservarmos-nos apenas a tratar de sua importância para o processo de seleção, uma vez que identificar e classificar os vários exemplos que encontramos seria extrapolar o sentido previsto para essa investigação – embora tenham despertados assaz nosso desejo em fazê-lo.

<sup>81</sup> PEIGNOT, op. cit., 28, tradução nossa.

<sup>82</sup> Cf. VERGUEIRO, op. cit.

<sup>83</sup> VERGUEIRO, op. cit., p. 72.

<sup>84</sup> LASSO DE LA VEGA, op. cit., p. 221.

<sup>85</sup> WEITZEL, Simone da Rocha. *Elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias*. Rio de Janeiro: Interciência, 2006. (c). p. 24.

<sup>86</sup> CF. DEACETO, Marisa Midore. **No império das letras: circulação e consumo de livros na São Paulo oitocentista**. 2005. 387f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

<sup>87</sup> VERGUEIRO, Waldomiro. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis: APB, 1989. p. 46-50.

#### 4.2.1 Catálogos

Trabalho factível e laborioso, para ser feito em pesquisas futuras, seria identificar as Casas de onde provinham os livros importados pelo GPL, através do cotejamento nos catálogos do Gabinete e nos Livros de Caixa. Afinal a “venda de livros por catálogos é prática antiga, que remonta aos primórdios do comércio livreiro na Época Moderna”<sup>88</sup>. A importância dos catálogos pode ser dimensionada sob dois aspectos: o primeiro porque “serviam como um regulador de preços no comércio local e em relação a outros centros”<sup>89</sup> e ainda eram veículos pelos quais o “conhecimento de toda uma fortuna bibliográfica, difícil de apreender em tempos tão difíceis do ponto de vista dos meios de comunicação”<sup>90</sup>.

Há nas Atas exemplos dessa prática que merecem ser referenciados, tais quais:

[...] Ficou o Sñr. Thesoureiro encarregado de tractar com algum negociante desta Praça sobre a remessa do Catalogo e compra de livros de França até a quantia de R 2.000\$000 dando previamente parte á Directoria das condicções com que propõem aceitar esta proposta<sup>91</sup>.

Na sessão de 25 do mesmo mês o Sr. Luiz Miguel Afonso, na época tesoureiro, tece comentários novamente acerca do catálogo francês e encomendas:

[...] O Sr. Thesoureiro informou a Directoria que nesta semana esperava concluir as bases da encomenda dos Periodicos Franceses e q na seg.<sup>te</sup> Sessão daria conta de seus trabalhos e das condicções como se poderá realizar a remessa do Catalogo dos Livros de França<sup>92</sup>.

Em outra sessão foi registrado que o Sr. Tiburcio António Craveiro, que na ocasião ocupava o cargo de bibliotecário, “hia fazer da escolha por elle feita das obras dos Catalogos que lhe tinham sido apresentados”<sup>93</sup>.

Destarte, é possível inferir que a diretoria do Gabinete deveria solicitar ou mesmo receber esses catálogos, tantos das próprias livrarias e casas editoras na Europa, como de seus representantes na corte. Há indícios desse trâmite direto, ou seja, a própria editora enviando seus catálogos, pelos quais o GPL fazia a seleção, na Ata de 24 de julho de 1847, segundo o

<sup>88</sup> DEAECTO, op. cit., p. 277.

<sup>89</sup> DEAECTO, op. cit., p. 279.

<sup>90</sup> DEAECTO, op. cit., p. 280.

<sup>91</sup> GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. **Actas da Sessão da Directoria**. 1837-1847. 11 out. 1837.

<sup>92</sup> GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO, op. cit., 25 out. 1837.

<sup>93</sup> GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO, op. cit., 21 dez. 1837.

relator:

[...] o 1º secretário apresentou huã conta de Firmin Didot & Frères, de romances, e outras obras ultimamente chegada de Paris p<sup>a</sup> o Gabinete, importando em Rs 781\$025 e somente de romances 585\$000, mas ponderou que nestes havia diferença notavel, quanto á sua importancia, combinada como o custo delles em Paris, como se via de alguns catalogos, e em consequência deliberou-se que se pagassem 600\$000, ficando dispenso o pagamento do restante até se desfazer a duvida<sup>94</sup>.

Observe que neste caso especificamente o 1ª secretário, na ocasião Francisco Eduardo Alves Vianna, chama a atenção para a diferença de preços com base na consulta de catálogos, o que deixa claro o hábito de consultá-los. No mesmo ano, há uma Ata que relata uma série de deliberações concernentes ao acervo, tais como cancelamento de assinaturas de periódicos, substituições de outros títulos; compra de livros. O nome *Firmin Didot* aparece novamente agora no contexto de compra de livros belgas:

[delibereou a Diretoria] que se encomendassem a livraria Belga Francesa, que os mande vir da Belgica os romances dos melhores authores que ali de fucturo se publicarem na mesma conformidade que vindo de Paris, recommendando-se a Firmin Didot que por enquanto venha somente um exemplar dos romances que se lhe pedirem<sup>95</sup>.

As encomendas eram feitas também nas livrarias da corte do Rio de Janeiro, embora não abundassem no primeiro quartel dos 1800. Ferreira explica que “o pequeno número de livrarias [...] só se ampliou [na capital fluminense] a partir da segunda década do século XIX”<sup>96</sup>.

É cabível reportarmos ainda que há dois tipos de catálogos importantes para o bibliotecário de seleção, a saber: o catálogo de editores (e livrarias, sobretudo no período trabalhado) e o catálogo de bibliotecas. A relevância do segundo é destacada por Lasso de la Vega<sup>97</sup>, ao considerar que são úteis para o processo de seleção de determinada biblioteca na medida que espelham outras coleções.

Cumprindo nosso propósito de demonstrar o *fazer biblioteconômico* do passado cabe transcrever a carta assinada pelo então bibliotecário da Faculdade de Direito de São Paulo, o

<sup>94</sup> GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO, op. cit., 24 jul. 1847.

<sup>95</sup> GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO, op. cit., 03 ago. 1847.

<sup>96</sup> FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. Livros, bibliotecas e censores: os impedimentos para os leitores no Brasil do século XIX. In: **Mundo Luso-brasileiro**. Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: <<http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=456&sid=62&tpl=pri nterview>>. Acesso em: 02 fev. 2006.

<sup>97</sup> Cf. LASSO de la VEGA, op. cit.

Sr. Joaquim de Mendonça Junior:

[...] Cidadão Sr. Dr. José Vieira de Carvalho,

Desejando enriquecer tanto quanto possível a Bibliotheca desta Faculdade com a aquisição das primeiras obras que se tem publicado sobre as maneiras que nella se ensinam, e faltando-me bons dados para esse empreendimento, por serem muito poucas as livrarias e editoras que nos remetem seus cathalogs, resolvi digirir-me à Vsa. Excelencia rogando o obsequio de enviar-me até antes de terminar o corrente mez uma lista das principais obras escriptas sobre a cadeira que V. Excia. tão sabiamente rege e que sabe não possuir esta Bibliotheca<sup>98</sup>.

Nesta carta datada de 22 de agosto de 1882, vemos o bibliotecário solicitando o instrumento que o municiará de condições para sua escolha.

Anos antes, um outro bibliotecário da mesma biblioteca escrevia o seguinte:

Sobre as publicações periódicas, escolhi aquelas que me parecem mais uteis á se pode conseguir dos Livreiros como abatimento dos preços que pedem em seus cathalogs, que ordinariamente são sempre os máximos, e elles costumam fazer sempre algum abatimento quando se lhes comprão muitas obras, como no presente cazo. Não posso deixar de submeter a V.Exa., digo, á consideração de V.Exa., que pelos preços que proponho, há Livreiros nesta cidade que se obrigão a vender á Bibliotheca todas as obras pedidas, e a servil-a com as melhores edições e encadernações, e tanto quanto eu creio que se deva preferir a compra aqui nesta cidade, não havendo mais em conta na Corte, não obstante, V.Exa. Determinará o que julgar melhor. [...] Bibliotheca da Faculdade de Direito de S. Paulo, 1º de Abril de 1860<sup>99</sup>.

Embora o foco do relato acima esteja mais voltado para a aquisição, cremos que melhores exemplos não há. É relevante observar o domínio que ele tinha do mercado, conhecendo seus trâmites e seu senso pragmático em escolher os periódicos. Característica ainda hoje endossada por Vergueiro<sup>100</sup> e Figueiredo<sup>101</sup>.

#### 4.2.2 Resenhas

A segunda fonte de seleção, ou seja, as resenhas – e acrescentamos os resumos – são consideradas por Vergueiro como as mais “valiosas para o trabalho de seleção que os catálogos de editores”<sup>102</sup> isso porque além de trazerem informações sobre a obra agregam

<sup>98</sup> Apud DEAECTO, op. cit., p. 281

<sup>99</sup> Apud DEAECTO, op. cit., p. 280.

<sup>100</sup> Cf. VERGUEIRO, op. cit., 1997.

<sup>101</sup> Cf. FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Desenvolvimento e avaliação de coleções**. Brasília, DF: Thesaurus, 1998.

<sup>102</sup> VERGUEIRO, op. cit., p. 48.

“normalmente, um resumo e/ou avaliação do material”<sup>103</sup>. Ele ainda diferencia as publicadas nos periódicos especializados e veiculadas pela grande imprensa, nessa última julga que “tem o grande inconveniente serem elaboradas por jornalistas que não têm formação na área do assunto tratado”<sup>104</sup>.

Também no século XIX a imprensa foi um importante divulgador de livros. Pelos jornais publicavam-se não só as resenhas, mas anúncios.

De início os anúncios eram longos e descritivos, simples arrolamentos, publicados por livreiros e gráficas e mais quais se procurava informar aos leitores sobre os novos títulos disponíveis. Posteriormente foram-se tornando sofisticados e especializados, abrangendo temas que atingiam o gosto daqueles mais assíduos, e aos que ainda poderiam conquistar<sup>105</sup>.

Em *Palácio de Destinos Cruzados*, Ferreira compilou e analisou exaustivamente os anúncios de jornais do período de 1870-1920. A autora comenta que:

O jornal parecia ser o veículo preferido para a propaganda de livros e livrarias, reforçando com informações as tendências culturais em vigor na cidade [Rio de Janeiro]. Mas além das estatísticas de bibliotecas e anúncios, havia uma preocupação com críticas literárias e comentários sobre as mais diversas searas relacionadas ao livro e à leitura. [...] Os anúncios eram fonte de informação aos leitores, acerca das novidades editoriais, e, em relação às livrarias, um chamariz para seus artigos<sup>106</sup>.

Embora distante algumas décadas do período que estamos tratando, pode-se perceber o quanto essa fonte deveria ser utilizada. Os selecionadores teriam o trabalho de cotejar nos anúncios os livros que mais lhes interessavam, e ainda, como destaca Weitzel, fazer uma prospecção que estivesse comprometida com as políticas da biblioteca<sup>107</sup>.

Seguindo o exemplo de Ferreira<sup>108</sup>, que trabalhou, sobretudo com o *Jornal do Commercio*, realizamos uma pesquisa por amostragem em alguns periódicos do período de 1837-1848, com o objetivo de: primeiro, identificar se o panorama apresentado pela autora era lugar-comum nas décadas antecedentes ao estudado por ela; e segundo, recuperar as formas desses anúncios. A importância de elencar alguns títulos como amostra, mesmo que não representando os instrumentos utilizados pelo GPL repousa na necessidade de arrolar as “as

<sup>103</sup> VERGUEIRO, loc. cit.

<sup>104</sup> VERGUEIRO, loc. cit.

<sup>105</sup> FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. **Palácio de destinos cruzados: homens e livros no Rio de Janeiro, 1870-1920**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999. p. 109.

<sup>106</sup> FERREIRA, op. cit., 109, grifo nosso.

<sup>107</sup> WEITZEL, Simone da Rocha. **Elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias**. Rio de Janeiro: Interciência, 2006. p. 24. (c).

<sup>108</sup> FERREIRA, op. cit.

fontes a serem consultadas para seleccionar [...] e não apenas os tipos de materiais [...]”<sup>109</sup>.

Com esse pensamento, inicialmente seleccionamos três periódicos no acervo do GPL: *O Despertador*; *Diário do Rio de Janeiro* e *L'Illustration: journal universel*. E na Biblioteca Nacional, consultamos o *Jornal do Commercio*, de 1837-1840.

Como exemplo seguem alguns desses anúncios. N'O *Despertador* não havia sessão exclusiva para os livros, os anúncios vinham em meios a outros das mais variadas espécies. A diagramação era muito semelhante ao *Jornal do Commercio*. Os textos normalmente eram veiculados sem maiores detalhes sobre o conteúdo das obras, como nestes exemplos:

Vende-se, pelo modico preço de 12\$800rs, o *Diccionario da Lingua Portugueza* por Moraes, ainda em bom uso, e da penultima edição: a pessoa a quem convier, dirija-se á rua da Cadêa n. 5, que achará com quem tratar<sup>110</sup>.

Sahio á luz – O Novo curso de lingua ingleza, por T. Robertson, traduzido e applicado à lingua portugueza, por A. F. Dutra e Mello e J. M. Mafra. Esta obra, de sabido merecimento e grande utilidade, é sufficiente para qualquer pessoa que queira aprender a lingua inglesa por si<sup>111</sup>.

É bem verdade que o citado era uma espécie de Antônio Houaiss da época, o que não necessitaria de maiores comentários.

Com breves considerações e sob o sub-título de “Obras Publicadas”, *O Despertador* publicou o seguinte anúncio:

Publicou-se em Portugal, e acaba de chegar a esta corte, o *Resumo da Historia de Portugal*. Este oposculo que trata da historia daquelle paiz, desde a fundação da monarchia até a morte de S. M. O Duque de Bragança, torna-se recommendavel tanto pela sua concisão, como pela exactidão dos factos nelle apontados. Vende-se por 240 na loja de N.J.S.Lameira; rua do Ouvidor, n. 35<sup>112</sup>.

Nos quatro itens consultados e destacados como amostragem havia também anúncios de periódicos.

Do dia 3 de maio em diante será publicada huma folha, em grande formato, que se intitulara jornal Brasiliense, contendo essencialmente, os debates da camara dos senhores senadores extractos dos da camara dos senhores deputados, artigos litterarios e commerciaes &c<sup>113</sup>.

<sup>109</sup> WEITZEL, Simone da Rocha. **Elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias**. Rio de Janeiro: Interciência, 2006. p. 24. (c).

<sup>110</sup> O DESPERTADOR, 27 mar. 1838, p. 10, grifo nosso.

<sup>111</sup> DIARIO DO RIO DE JANEIRO, 1 jul. 1843, p. 2, grifo nosso.

<sup>112</sup> O DESPERTADOR, 29 mar. 1838, p. 4, grifo nosso.

<sup>113</sup> O DESPERTADOR, 29 mar. 1838, p. 4.

Os anúncios no *Jornal Commercio* seguiam o mesmo padrão dos citados acima, embora tenhamos percebido que agregavam mais comentários que os anteriores. Da mesma maneira, também não dispunham de uma seção própria para as notícias bibliográficas, mas davam destaque com os sub-títulos “Notícias bibliographicas”, por exemplo. Ferreira, no período destacado por sua pesquisa, observou que esse periódico “que privilegiava, em suas sessões, diversas notícias sobre livros, quer recebidos pelo jornal, que obtinham um pequeno comentário ou resenha, quer os mais procurados pelos leitores [...]”<sup>114</sup>.

No dia 9 de janeiro de 1838, terça-feira, a “loja de livros de Albino Jordão” localizada na rua do Ouvidor, n. 121 “entre a rua dos Ourives e a dos Latoeiros”<sup>115</sup>, anunciou a venda do “Novo Diccionario portuguez-francez e francez-portuguez, contendo todas as palavras de ambas as linguas”<sup>116</sup>. Um dia depois, publicaram o seguinte anuncio:

Nova Grammatica Franceza, por Emilio Sevene, professor de lingua franceza; 2 vols., in-12, formato grande [...] vende-se nas lojas do costume, e em casa do autor, rua do ouvidor n. 130<sup>117</sup>.

Vejamos o ano de 1839:

Noticias bibliographicas

J. Chaumeil de Stella e Augusto de Santeul acabão de publicar em Paris huma obra sobre a historia de Portugal, que, se corresponder ao que della dizem os jornaes, deve ser cousa de muito merecimento [...].

Em Berlim acaba também de sahir á luz huma obra com este titulo: – *Brasilianische Zustaende* (Estado do Brazil). Alcança até o anno de 1837, e he redigida sobre noticias comunicadas pela legação prussiana no Rio de Janeiro<sup>118</sup>.

A título de curiosidade, logo após o anúncio acima, veiculavam outros do gênero:

Aluga-se huma preta lavadeira, engommadeira, sabe cozinhar e fazer serviço de huma casa, procure na rua do Sabão, n. 83<sup>119</sup>.

<sup>114</sup> FERREIRA, op. cit., p. 113.

<sup>115</sup> “A Rua dos Latoeiros está na história da Inconfidência Mineira e, portanto, na do Brasil também, porque foi nela [...] que prenderam o Alferes do Regimento dos Dragões de Vila Rica, Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes [...]. Passaram a chamá-la Gonçalves Dias, em 1865, poucos meses depois da morte do poeta no naufrágio do *Ville de Boulogne*.” GERSON, Brasil. **História das ruas do Rio**. 5. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Lacerda, 2000. p. 84.

<sup>116</sup> JORNAL DO COMMERCIO, 9 jan. 1838, p. 4.

<sup>117</sup> JORNAL DO COMMERCIO, 10 jan. 1838, p. 3

<sup>118</sup> JORNAL DO COMMERCIO, 23 dez. 1839, p. 8.

<sup>119</sup> Loc. cit.

Mesclavam ainda anúncios simplesmente informativos e outros tecendo comentários mais extensos e claramente opinativos, com aspectos doutrinadores:

SAHIO á luz, reimpressa, a novella – Paciencia e Trabalho – : esta pequena obra (fundada sobre hum factu veridico) deve ser lida por todos os casados, por que nella verão os maridos os perigos que correm aquelles que não sabem regular-se segundo os seus meios, e conhecerão quão enganosas são ás vezes as apparencias; as mulheres acharão exemplos de virtude, e até mesmo de heroismo que admirar , e conhecerão quanto pode huma esposa que arrisca a sua propria vida para salvar a reputação de seu marido [...]<sup>120</sup>.

VENDEM-SE os seguintes livros, chegados proximamente: dictionario portuguez de Moraes, quarta edição; citos francez e portuguez, de Costa e Sá; dito da Fabula, em 1 volume; as Ordens do Exercito Libertador, 2 volumes; [...] D. Quixote de la Mancha, Historia do Brazil, em 12 volumes com estampas [...]; por commodos preços: na rua da Quitanda, entre as do Rozario e detraz do Hospicio, n. 138<sup>121</sup>.

No periódico mensal *L'Illustration*, publicado em Paris, os anúncios ocupavam duas sessões, numa delas *Bulletin bibliographique*, havia longas resenhas e não veiculavam endereços para a compra. Em outra parte, apenas arrolavam uma relação de livros e livrarias, com os respectivos valores das obras. Como modelo transcrevemos os que foram publicados no domingo, a 7 de setembro de 1844:

*Les Nationales*, poésies para M. ERNEST FEYDEAN. 1 vol. in-8. Paris, 1844, Ledoyen.

M. Ernest Feydean est un débutant. Il annonce plusieurs ouvrages, mais *les Nationales* sont son premier essai; ce début donne de brillantes espérances. M. Ernest Feydean possède toutes les qualités qui font les grands poètes: il sent vivement, il ne s'impire que de nobles pensées; son vers a de la vigueur et de l'eclat [...].

*Mémoires, souvenirs et anedoctes*, par M. le Comte de Ségur. Cinquième édition. 2 vols. in-18-Paris, Didier, 3fr. 50 le volume.

La forme de cet ouvrage a un peu vielli, mais le fond gagne avec les années une importance nouvelle. Aussi l'édition populaire qu'en publie aujourd'hui M. Didier est-elle destinée à un succès plus grand que celui des quatre éditions précédentes [...]<sup>122</sup>

Em ambos os casos, o redator é enfático e franco em suas palavras a respeito das obras

<sup>120</sup>JORNAL DO COMMERCIO, 7 abr. 1840, p. 3.

<sup>121</sup>JORNAL DO COMMERCIO, 17 jan. 1837, p. 4.

<sup>122</sup>L'ILLUSTRATION, 7 set. 1844, p. 258, grifos do autor.

em questão, mesmo sendo a segunda um clássico já estabelecido. Esses comentários, tanto a respeito do autor quanto da edição, de fato, contribuíam para que a seleção fosse feita de modo menos subjetivo e mais preciso.

#### 4.2.3 Os anúncios dos leilões

À guisa de ilustração iremos nessa sessão tratar em linhas gerais dos leilões veiculados em anúncios nos periódicos. É revelador percebermos que as únicas menções a compra por esse meio no GPL datam da década de 30, período de grande mobilização para a formação do acervo.

Por representarem um agrupamento muito especializado de obras de determinadas áreas do conhecimento e por produzirem catálogos que favoreciam a escolha dos títulos que mais se adequavam ao comprador, além de um óbvio meio de aquisição, os leilões de um modo amplo favoreciam a seleção de livros. Como poderá ser apreciado na análise do *Catalogo de 1844 do Gabinete*<sup>123</sup>, havia grande incidência de títulos de Direito e Medicina; Ferreira por sua análise exaustiva observou em vários leilões que esses assuntos eram constantes nos anúncios, embora a mesma autora frise que só “a partir de 1875, começou a ser mais freqüente a existência de leilões específicos”<sup>124</sup>.

A exemplo do que acabamos de referir, consta na Ata de 22 de abril de 1837 o seguinte relato:

Foi presente á Directoria pelo Agente Commissario Correa d’Azevedo, hum catalogo de Livros, que hião ser vendidos em leilão de Frederico Guilherme, e como o Sr. Vice Director e Bibliothecario indicassem, que algũas das referidas obras são boas, e proprias para o Gab.<sup>o</sup>, autorizou a Directoria ao Sr. Correa d’Azevedo para que se, a venda fosse feita por preços módicos, compra-se por conta do Gabinete as obras que lhe indicasse o mesmo Sñr. Bibliothecario que ficou entregue do referido catalogo para immediatamen<sup>te</sup> cumprir o art.º 28 dos Estatutos, a respeito da escolha<sup>125</sup>.

Verifica-se os dois membros da Comissão de Seleção, os senhores João Joaquim Pestana e José de Almeida e Silva, vice diretor e bibliotecário, respectivamente selecionando – obras que consideravam “proprias para o Gab.<sup>o</sup>” – no catálogo do leiloeiro Frederico Guilherme.

<sup>123</sup>Os dados desse catálogo serão analisados amiúde na seção “Política de Seleção”.

<sup>124</sup>FERREIRA, op. cit., p. 68.

<sup>125</sup>GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. *Actas da Sessão da Directoria*. 1837-1847. 22 abr. 1837.

Em outro momento, no ano de 1838, há notícia de outra seleção feita pelo então bibliotecário, o sr. Tibúrcio António Craveiro. Há neste relato, um exemplo da forma de proceder que a diretoria do Gabinete , ou seja, submeter catálogos ao responsável pelo acervo.

Tratou-se das compra de Livros, e authorizou-se o Guarda do Gabinete a continuar uma arrematação dos Livros do Leilão de Barker d'aquellas obras marcadas pelo Sr. Craveiro, encarregando o Sr. Agente [...] Azevedo a concluir a compra das obras q apresentou e forão approvadas<sup>126</sup>.

Aqui há a informação da continuidade, pois seria dado prosseguimento à arrematação das obras selecionadas e aprovadas.

Seguindo ainda o exemplo de Ferreira<sup>127</sup>, nossa investigação buscou localizar os leilões nos anúncios de jornais. No conjunto dos títulos que destacamos para análise, apenas o *Jornal do Commercio* trazia essas informações. Nas ocorrências pesquisadas encontramos várias referências a leilões promovidos pelo leiloeiro indicado na Ata acima citada. Em 5 de janeiro de 1838, uma sexta-feira, a “Barker-Campbell & Greenwood” anunciou o leilão, em sua casa no n. 24 da rua da Alfândega, da “riquíssima bibliotheca do Exm. Sr. Hamilton Hamilton, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário de S. M. Britânica, composta de 3,000 volumes de obras raras e escolhidas, ricamente encadernadas”<sup>128</sup>. Na terça-feira da semana seguinte o leilão continuou<sup>129</sup>. Dois dias, dando continuidade a venda, no anúncio mencionaram a presença de “mais de dous mil volumes de obras escolhidas em inglez e francez”.<sup>130</sup> Seria temerário arriscar dizer que se tratava deste leilão que a Diretoria deliberou que o sr. Azevedo continuasse a arrematar. O fato é que não há menção de outros leilões tanto no *Jornal do Commercio* quanto n’*O Despertador* para o período em questão.

Em todos os anúncios havia a descrição, mesmo que sucinta dos itens que seriam dados a arremate. O nome do leiloeiro vinha destacado em caixa alta, e ora distinguiam o assunto ora o idioma. Para que o interessado pudesse selecionar as obras, normalmente eram enviados catálogos com a listagem completa.

Leilão de livros de medicina, direito, historia, sciencias, etc:

FREDERICO GUILHERME fará leilão, sexta feira 9 do corrente, de ordem e na casa de C. TANIÈRE, rua do ouvidor n. 84, dos excellentes livros acima indicados,

<sup>126</sup>GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. **Actas da Sessão da Diretoria**. 1837-1847. 12 jan. 1838, grifo nosso.

<sup>127</sup>FERREIRA, op. cit., 1999.

<sup>128</sup>JORNAL DO COMMERCIO, 5 jan. 1838, p. 3.

<sup>129</sup>JORNAL DO COMMERCIO, 8 jan. 1838, p. 3

<sup>130</sup>JORNAL DO COMMERCIO, 10 jan. 1838, p. 3

que serão arrematados sem reserva, a todo o preço, conforme o catalogo, que estará á disposição dos curiosos.

NB. Os annunciantes tem a honra de annunciar aos Srs. Compradores, que nesta rica colleção acharão as obras as mais importantes em medicina, cirurgia, pharmacia, chimica, physica, obras de direito, legislação, leis, literatura, historia, etc., etc. todas competas [sic!], dos mais afamados autores, e em perfeito estado, por pertencer, pela maior parte, a uma pessoa muito curiosa. Rua Direita, N. 6<sup>131</sup>.

O texto grifado corrobora para o que afirmamos acerca da importância dessa prática para uma seleção mais direcionada. É possível que o redator excedesse seus comentários elogiosos a coleção. Contudo, não deixa de representar uma fonte para selecionador basear suas escolhas aquiescidas com a política de seleção estabelecida.

Leilão de Livros Novos em Portuguez. CANNELL E HOWDEW fazem leilão hoje, sexta feira, do corrente, em sua casa, rua do Hospicio n. 7, ás 3 horas da tarde em ponto. O catalogo está patente e os livros. Ultima relação<sup>132</sup>.

Além de evidenciar o idioma, diferentemente do anterior que prima por destacar os assuntos, em ambos não há informação sobre o nome do proprietário da coleção. No primeiro, há somente a nota: “uma pessoa muito curiosa”. Ferreira, observou essa característica que julgou “a maior limitação quanto a leilões de livros”<sup>133</sup>, mas isso não era empecilho para a finalidade deste modo de vender livros que destacamos.

#### 4.2.4 Bibliografias

Outro *Guía de Lectura*<sup>134</sup> de grande utilização, ainda mais no século XIX é a bibliografia. Evans trata de maneira enfática sua importância para a seleção<sup>135</sup>. Para Vergueiro são úteis, sobretudo para a seleção retrospectiva<sup>136</sup>. Cabe lembrar que o bibliotecário de seleção deve ter atenção, pois o conteúdo dessas publicações, não é esquema pronto, é necessário “atentar para as peculiaridades da comunidade que se deseja atender”<sup>137</sup>.

<sup>131</sup>JORNAL DO COMMERCIO, 7 jan. 1846, p. 3, grifo nosso.

<sup>132</sup>JORNAL DO COMMERCIO, 16 jan. 1846, p. 3, grifo nosso.

<sup>133</sup>FERREIRA, op. cit., p. 69.

<sup>134</sup>LASSO de la VEGA, Javier. **Manual de biblioteconomia**: organizacion tecnica y cientifica de las biblioteca. Madrid: Mayfe, 1952. p. 221.

<sup>135</sup>EVANS, G. Edward. **Developing library and information center collections**. 4.ed. Englewood, Colorado: Libraries Unlimited, 2000. p. 221.

<sup>136</sup>VERGUEIRO, op. cit., 1989, p. 50.

<sup>137</sup>VERGUEIRO, loc. cit.

Pela revisão de literatura que empreendemos verificamos que a bibliografia foi largamente utilizada no século XIX. A quase obrigatoriedade de seu domínio como meio de “separar joio do trigo” está presente em todos os livros consultados.

Atualmente, o gosto pela leitura se generaliza cada dia mais, os livros ocupam, por sua influência sobre todas as classes da sociedade, um lugar importante nas relações inter-pessoais, e as bibliotecas públicas e privadas se multiplicam, e aumenta proporcionalmente<sup>138</sup>.

Constituía um instrumento *máxime* para o bibliotecário e estava sempre relacionada à necessidade de escolher os melhores títulos e edições. Cousin considerava que a bibliografia deveria ser “muito familiar ao bibliotecário”<sup>139</sup> e que deste era esperado que “se aplicasse assiduamente e com esforço penetrar o mais que possível em seus mais profundos segredos”<sup>140</sup>. Dentre as definições mais importantes que recuperamos, cabe citar:

Chama-se bibliografia, e também *bibliognosia*, aquela ciência que se ocupa na enumeração, descrição e crítica das manifestações da atividade intelectual de todos os povos e de todas as épocas, que de um modo ou de outro foram reunidas ao texto escrito.

A *bibliografia* em sentido estrito é a ciência dos livros que trata dos repertórios e administra os meios de encontrar, o mais rápido e completamente possível, informações sobre as fontes do conhecimento de todos os assuntos [...].

A *bibliografia* é aquele ramo da *bibliologia* que faz a descrição interna-externa do livro, considerado em si mesmo, para determinar o lugar que ocupa no movimento intelectual.<sup>141</sup>

Por essa definição é possível dimensionar a importância da bibliografia para a seleção, pois munia o bibliotecário de subsídios para a análise de critérios que abordassem tanto o conteúdo do documento quanto os aspectos externos<sup>142</sup>. Observamos que sobre esse tocante, a maior parte das bibliografias ou/e manuais bibliográficos consultados buscavam validar a autoridade dos autores, buscavam “definir a qualidade do material a partir da reputação de seu autor, editora ou patrocinador”<sup>143</sup>. Algumas bibliografias não se limitavam apenas a uma lista de livros, mas agregavam comentários, e em algumas era possível ainda apurar a precisão, ou seja, evidenciavam “o quanto a informação veiculada pelo documento [era] exata, rigorosa e

<sup>138</sup>CONSTANTIN, L. A. **Bibliothconomia**: o nueno manual completo de las bibliotecas. Traducido del frances por D. Dionisio Hidalgo. Madrid, 1865. p. 3. (tradução nossa).

<sup>149</sup>COUSIN, Jules. **De l'organisation et d'administration des bibliothèques publiques et privées**: Manuel théorique & pratique du bibliothécaire. Paris: A. Durant et Pedone-Lauriel, 1882. p. VII.

<sup>140</sup>COUSIN, loc. cit.

<sup>151</sup>ESPASA. **Enciclopédia Universal Ilustrada Europeo-Americana**. Madrid: Espasa-Calpe, 1958. t. VIII.

<sup>142</sup>Cf. VERGUEIRO, op. cit., 1997, p. 21; 25.

<sup>143</sup>VERGUEIRO, op. cit., 1997, p. 21.

correta”<sup>144</sup>. Tanto hoje quanto outrora o domínio desta fonte, favorece ainda, “trazer o livro certo ao leitor certo”<sup>145</sup>.

No clássico *Biblioteconomia* escrito pelo bibliotecário e erudito francês L.A. Constantin e traduzido ao espanhol por D. Dionisio Hidalgo em 1865, a bibliografia tem um destaque ao longo do livro. Ocupa os primeiros capítulos discutindo sua importância e conclui considerando que é um conhecimento básico para o trabalho em bibliotecas<sup>146</sup>. Para ele, a ciência da bibliografia havia avançado muito e já não eram organizadas como “simples compilações [...]”<sup>147</sup>, passaram a ser, “o resultado de um exame e estudos mais acurado dos autores”<sup>148</sup>.

Um bom exemplo é o já citado *Manuel du Bibliophile ou Traité du Choix des Livres*, de Gabriel Peignot em 1828. Fica muito claro na página de rosto o objetivo gerar subsídios para formar *une collection précieuse*. Para tal, ao longo dos tomos ele arrola *chefs-d' œuvres* do vasto campo literário<sup>149</sup>.

Conforme se pode notar, as fontes vêm tendo larga utilização há muito para seleção. Algumas ainda gozam de grande utilização atualmente como os catálogos, sobretudo *on line*, mas outros, como as bibliografias, pelo menos em nosso país, vão perdendo espaço. Necessário é ponderar até que ponto não deveríamos, como selecionadores no século XXI, espelhar-nos no *modus operandi* de nossos antepassados quanto ao caráter científico, humanístico e, também, técnico que buscavam incorporar a prática da biblioteconomia.

Por tudo que foi apresentado nesta seção a respeito dos instrumentos auxiliares só podemos reafirmar que “o profissional [deve] lançar mão de tudo que lhe for possível para tornar [a seleção] melhor alicerçada”<sup>150</sup>. Porém, devemos enfatizar que sem a Política de Seleção, consultar fontes de seleção será uma busca cega e desgovernada.

<sup>144</sup>VERGUEIRO, op. cit., 1997, p. 22.

<sup>145</sup>FIGUEIREDO, op. cit., 1982, p. 38.

<sup>146</sup>CONSTANTIN, L. A. **Biblioteconomia**: o nueno manual completo de las bibliotecas. Traducido del frances por D. Dionisio Hidalgo. Madrid, 1865. passim.

<sup>147</sup>CONSTANTIN, op. cit., p. 6. Tradução nossa.

<sup>148</sup>CONSTANTIN, loc. cit., tradução nossa.

<sup>149</sup>Foi escolha não trazer as considerações de Jean Jacques Brunet, uma vez que é um autor mais conhecido e mais trabalhando no âmbito da biblioteconomia.

<sup>150</sup>VERGUEIRO, op. cit., 1989, p. 53.

### 4.3 Critérios de Seleção

Toda gente sabe que os livros devoram espaço sem qualquer piedade. E não existe defesa possível. Qualquer que seja o espaço que se lhes dê, nunca lhes chega. Ocupam primeiro as paredes, e depois continuam a espalhar-se por onde conseguirem. Apenas o tecto é poupado. Chegam sempre uns novos, enquanto o dono não tem coração para se livrar de nenhum velho. E assim, devagar, sem dar nas vistas, volumes de livros empurram tudo à sua frente. Como glaciares.<sup>151</sup>

Conforme exposto na Revisão de Literatura a elaboração de uma Política de Seleção é lenta e possui uma série de dificuldades. Por isso o estabelecimento de critérios que norteiam o processo de seleção é de extrema importância, e é crucial para o desenvolvimento adequado da coleção.

Sem critérios que levem a uma Política de Seleção a coleção crescerá desordenadamente e sem controle, tal qual ocorrera ao personagem do conto com ares fantástico do escritor iugoslavo Zoran Zivkovic. A clivagem de ações entre critérios na escolha dos livros e abundância tipográfica é combatida desde o século XIX.

Após perscrutar o conteúdo das fontes de que utilizamos pudemos reconstituir todo o processo que levou a formulação dos critérios de seleção do Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro. Nas linhas a seguir apresentaremos esse desenrolar no período de 1837 a 1847. Notar-se-á a preocupação em formalizar os critérios que estavam sendo criados e o quanto atenciosos foram ao processo. Como que vislumbrando o futuro os membros da Diretoria sabiam que sem essa rigorosa precisão o acervo só cresceria em número, mas pouco em qualidade.

#### 4.3.1 Breve preâmbulo acerca da forma da composição do acervo do GPL

Desde a década de 1930 contando com o Depósito Legal<sup>152</sup>, o acervo do GPL cresce

<sup>151</sup>ZIVKOVIC, Zoran. Biblioteca particular. In: \_\_\_\_\_. **Biblioteca**. Tradução do sérvio de Arijana Medvedec. Lisboa: Cavalo de Ferro, 2005. p. 28.

<sup>152</sup>Pelo Decreto nº 25.134, de 15 de março de 1935, “passou a biblioteca do Gabinete a receber um exemplar de todo livro impresso e publicado em Portugal [...]”. TAVARES, António Rodrigues. **Fundamentos e actualidades do Real Gabinete Português de Leitura**. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura,

em progressões cada vez maiores. No passado, porém, a maneira que a coleção se desenvolveu, ou melhor, cresceu contou essencialmente com doações e compra.

Pela análise nas Atas da Diretoria do período tratado, notamos que embora haja algumas menções a doações, todo o movimento foi feito em torno da compra.

Até meados dos anos de 80 do século XIX havia o costume do secretário informar em Ata as doações feitas<sup>153</sup>. Seguindo esse rastro, cotejamos as notícias de obras doadas de 1837 a 1847:

ANO	OCORRÊNCIAS
1838	8
1839	2
1840	1
1841	2
1842	4
1843	2
1844	4
1845	1
1847	1
Total	25

Quadro 8: Ocorrências de doações, 1838-1847.

**Fonte:** GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. **Actas da Sessão da Diretoria.** 1837-1847.

A despeito do quadro proposto cabe lembrar que é importante como exemplo, mas não como reflexo de uma situação real, pois em 18 de agosto de 1837 a Diretoria deliberou que “mandassem encadernar ligeiramente aqueles livros oferecidos à livraria do Gabinete que merecessem a despesa do concerto”<sup>154</sup>. Isso comprova que houve outras ofertas. Todavia, mesmo diante desses exemplos, observamos que nas ocorrências os exemplares oferecidos não ultrapassavam 2 volumes por doador.

A primeira notícia de doação consta em 21 de maio de 1838, quando o acionista Thomas José Mendes d'Aquino ofereceu ao Gabinete *Collecção de Historias e Novellas*, obra em 10 volumes; Patrício Monis doou seu livro *Opusculo de Meditações Nocturnas* e José Rodrigues Novaes Falcão, *Poesias de Metastasio*, obra em italiano em 10 volumes. No

---

1977. Edição comemorativa do 140º aniversário de fundação. p. 127.

<sup>153</sup>Cf. GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. **Actas da Sessão da Diretoria.** 1837-1847. passim.

<sup>154</sup>GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO, op. cit., 18 ago. 1837.

mesmo ano, em 06 de junho, há a informação de que o Guarda do Gabinete participou que “hum anônimo lhe entregara para ser colocado nas Estantes do Gabinete a *Historia da Grecia Antiga* em 2 vols”<sup>155</sup>.

Conforme aumentou o prestígio do Gabinete mais pessoas deveriam procurá-lo para ofertar exemplares, principalmente se era o próprio autor. Era prática na Instituição publicar tanto em jornal quanto em relatórios as ofertas e o nome de quem as fez, de maneira que o misterioso doador citado no parágrafo acima solicita que seu nome não seja revelado em Ata ou publicado no jornal<sup>156</sup>.

Além dos acionistas o próprio presidente contribuiu para essa atividade, tanto assim que José Marcelino da Rocha Cabral além de oferecer publicar gratuitamente no jornal *Despertador* todos anúncios que desejassem, doou um exemplar da *Constituição Portuguesa* de 1838<sup>157</sup>. Em seguida os acionistas António José Leite Lage e Luiz de Moraes Cardoso, o primeiro doou as *Cartas de José Agostinho Macedo; Almanach de 1805* e o *Regimento antigo da cidade do Porto*, já o segundo, a obra em 40 volumes, *Histoire d'Angleterre depuis l'invasion de Jules Cesar jusqu'a la Revolution de 1688, par David Hume*<sup>158</sup>.

Um rol de critérios para o recebimento de doações é importante e necessário, porém, há uma série de dificuldades que normalmente impedem a prática<sup>159</sup>. Não conseguimos localizar nenhum indício de aplicação de critérios no Gabinete para o recebimento de doações. Contudo, o que observamos foi a pertinência de assuntos doados, em grande maioria literatura e história em língua portuguesa<sup>160</sup>.

Essa ausência de dados sobre a aplicação de critérios não ocorre na outra forma de aquisição: os leilões. Como foi tratado amiúde na seção sobre Instrumentos Auxiliares de Seleção, analisando os discursos, notamos que sempre é citado que os livros devem ser

<sup>155</sup>GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO, op. cit., 21 maio 1838. Não foi possível localizar no acervo ou em outra fonte informações precisas sobre essas obras. Tendo em vista o costume, no passado, de abreviar, traduzir e atribuir títulos as obras, a identificação torna-se muito difícil nesses casos.

<sup>156</sup>GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO, op. cit., 18 ago. 1837.

<sup>157</sup>GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO, op. cit., 18 jun. 1838.

<sup>158</sup>GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO, op. cit., 25 jun. 1838. De todas as obras citadas nesse período essa foi a única que conseguimos localizar no catálogo antigo do RGPL. Há duas informações importantes na ficha, a primeira, de acordo com um anotação no canto inferior esquerdo os volumes foram “abatidos ao catálogo em 17/11/1987”, o que infelizmente significa dizer que por motivos que desconhecemos a obra doada 149 anos antes não fazia mais parte do acervo. A segunda informação é o número de tomo nº 799, o que representa a quantidade de obras registradas até aquele 18 de junho de 1838. Até o momento que localizamos esses dados não sabíamos como o acervo estava se desenvolvendo.

<sup>159</sup>Cf. VERGUEIRO, Waldomiro. **Seleção de Materiais de Informação**: princípios e técnicas. 2.ed. Brasília, DF : Briquet de Lemos, 1997.

<sup>160</sup>Cf. GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. **Actas da Sessão da Diretoria**. 1837-1847. passim.

arrematados conforme indicação feita pelo bibliotecário ou por algum outro membro da diretoria. E consoante com o que veremos a seguir, alguns de seus membros eram partícipes da Comissão de Seleção, o que nos permite entender que a seleção obedecia aos critérios que a própria estabelecera.

#### 4.3.2 O estabelecimento de critérios de seleção

É fato que o acervo do Gabinete – num esforço hercúleo – foi composto primordialmente nos primeiros dez anos por compra feita no Brasil, Portugal, França, Bélgica e Inglaterra. Utilizaram os serviços de agentes, comissários e de próprios acionistas para tramitar esse processo<sup>161</sup>. Da mesma forma que tiveram atenção para compra de livros houve cuidado com a assinatura de periódicos.

Pela documentação analisada notamos o empenho da diretoria para que as portas do Gabinete só fossem abertas com um acervo que pudesse comprazer seus acionistas e futuros subscritores<sup>162</sup>. O ritmo do processo de compra foi intenso entre os anos de 1837 e 1840.

Dotados de uma visão organizacional e sistêmica, para executar esse processo, estabeleceram um plano que foi rigorosamente obedecido. Por esse, delimitaram uma série de fatores que fundamentavam os critérios de seleção que seguiriam e mesmo sem consciência disso esboçaram uma “Política de Seleção”.

Essa atenção inicial foi essencial para o bom andamento no decorrer dos anos do desenvolvimento do acervo, que rapidamente começou a crescer. Aguça-nos a curiosidade poder investigar esse processo em outras bibliotecas congêneres a fim de compararmos os procedimentos e pontuarmos as semelhanças.

---

<sup>161</sup>GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. **Relatório apresentado à Assembleia da Sociedade do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro**. Sessão extraordinária de 10 de setembro de 1837, a primeira celebrada no local do estabelecimento [...]. Rio de Janeiro: Imprensa Americana de I. P. da Costa, 1837. passim.

<sup>162</sup>GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. **Actas da Sessão da Diretoria**. 1837-1847, jan./dez. 1838. passim.

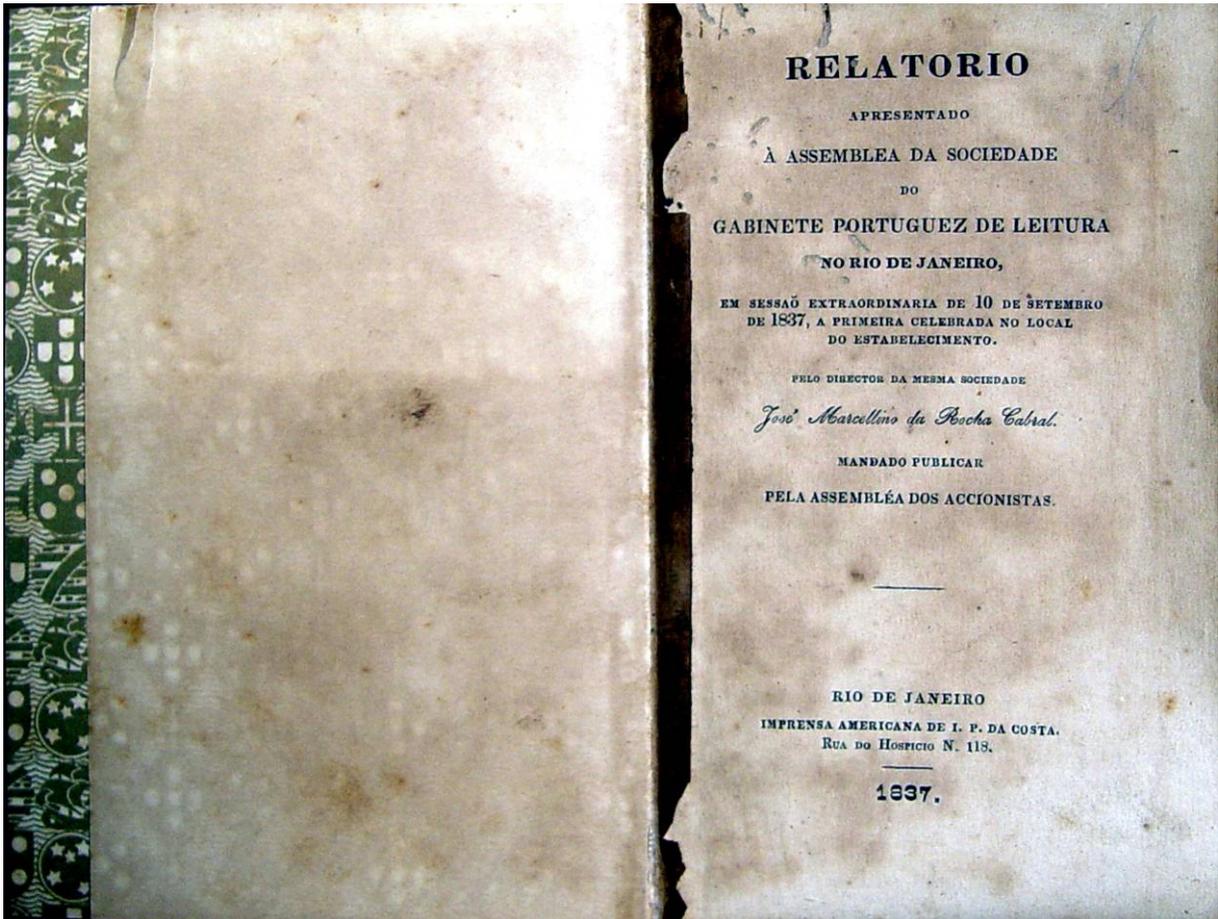


Ilustração 5. GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. **Relatório** apresentado à Assembleia da Sociedade do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro, em sessão extraordinaria de 10 de setembro de 1837, a primeira celebrada no local do estabelecimento [...]. Rio de Janeiro: Imprensa Americana de I. P. da Costa, 1837.

Na leitura das Atas da Diretoria temos a impressão de que antes de 14 de maio de 1837 já havia discussões a respeito de um plano para formação do acervo. Tanto assim que os critérios foram rapidamente delimitados e dois meses após a fundação já mencionavam os planos para seleção. O Relatório de 10 de setembro de 1837 sintetiza muito bem essa idéia:

A factura das obras portuguezas foi há muito enviada para Lisboa: a das obras estrangeiras ainda não foi remetida, por não termos á nossa disposição os meios necessários, que devem resultar do pagamento da ultima prestação das apólices verificadas.

Srs., communico-vos tambem com satisfação, que importantes e numerosas offertas de livros e outros objectos interessantes, tem sido feitas ao Gabinete, como podereis ver da sua relação, no livro respectivo. Essas obras, com algumas que se tem comprado n'esta Capital, formão o numero de volumes que tendes presentes nas estantes do Gabinete, os quaes tambem constão do livro de entradas. Huma boa colleção de mappas geographicos, foi igualmente comprada, e se achão patentes<sup>163</sup>

<sup>163</sup>GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. **Relatório...**, op. cit., p. 6, grifonosso.

Por essa citação podemos observar compras feitas na própria capital do Império e menção de doações, além de compra de outros materiais como mapas. Uma vez que o Gabinete ainda não estava aberto ao público externo e a subscritores, entendemos que essas “numerosas ofertas de livros e outros objectos” partiam dos próprios acionistas. E logo na primeira linha há um detalhe a respeito do critério de seleção que não pode deixar de ser notado, qual seja: dispunham dos recursos primeiro para compra de obras portuguesas e depois livros estrangeiros. Assim, estabeleciam o **idioma**.

Compunham ainda as estantes do Gabinete livros comprados já usados<sup>164</sup>. Por exemplo, em 6 de junho de 1837 foi deliberado que o bibliotecário, o acionista José de Almeida e Silva “anunciasse pela imprensa que a Diretoria compra livros em segunda mão quando lhes convenha [...]”<sup>165</sup>. Afora denotar uma prática da Instituição, essa deliberação indica que esse “quando lhes convenha” poderia estar relacionado tanto ao preço de venda quanto ao assunto e idioma da obra. Em outra ocasião, o sr. Almeida e Silva, foi “autorizado a comprar livros em bom uso até a somma de 60\$000 e que o Sñr Thesoureiro aceitasse as ordens”<sup>166</sup>. O critério que a Diretoria chama à atenção é o “bom uso”, o que é um pouco mais específico que “quando lhes convenha”, pois normalmente a primeira expressão estava relacionada ao estado de conservação e manuseabilidade da obra. É possível que esses livros fossem comprados em leilões<sup>167</sup> ou através de anúncios nos jornais. Nessas duas referências a compra de livros não há menção alguma aos assuntos e idiomas de interesse. Ficariam eles subentendidos?

Pinheiro considera que “toda biblioteca deve definir claramente sua finalidade”<sup>168</sup>. O fato é que com avançar dos meses novos procedimentos foram sendo tomados e passaram formalizar o campo de especialização que a biblioteca assumiria, ou seja, a **linha do acervo**<sup>169</sup>.

<sup>164</sup>Na seção “Instrumentos Auxiliares de Seleção” tratamos amiúde desse modo de aquisição.

<sup>165</sup>GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. **Actas da Sessão da Diretoria**. 1837/1847. 6 jun. 1837.

<sup>166</sup>GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. **Actas da Sessão da Diretoria**. 1837/1847. 17 jun. 1837.

<sup>167</sup>“No *Jornal do Commercio*, havia uma seção de leilões, onde se encontravam muitos anúncios referentes a lotes de livros avulsos e bibliotecas particulares. [...] Os leilões representavam um setor relevante do comércio de livro, não só devido à necessidade de fazê-lo por via judicial, mas também por interesse dos livreiros e editores, sinalizando algumas tendências para mudanças de acervos, ou na renovação e atualização de outros, pertencentes a alguns colecionadores. [...] A língua estrangeira predominante nas obras divulgadas nos avisos de leilões era o francês, sobretudo durante a década de 1870” (FERREIRA, 1999, p. 68-69).

<sup>168</sup>PINHEIRO, Ana Virgínia. **Organização e administração de bibliotecas**: planos de aula. Rio de Janeiro, 2007. p. 28. Apostila de aula.

<sup>169</sup>Loc. cit.

Dentre os procedimentos seguidos pelo GPL, o que mais nos chamou a atenção foi a formação de uma Comissão de Seleção. Como foi visto na seção Revisão de Literatura, vários teóricos, dentre eles Cousin<sup>170</sup> e Vergueiro<sup>171</sup>, sugerem essa prática para facilitar o processo de seleção.

Embora, como pôde ser notado pelas citações anteriores nesta seção, o bibliotecário e os outros membros da Comissão já estivessem atuando no processo, em termos formais ela seria formada a 21 de junho de 1837 e essa formalização denota a organização que tiveram o cuidado de observar.

O Sr. Bibliothecario apresentou uma huã lista das obras que julgava dignas de occupar as estantes da livraria do Gabinete. A Directoria deliberou que fosse nomeada hua comissão para a escolha dos livros da livraria e que faria parte da mesma o Sñr. Director; o Sñr.Dº Almeida e Silva, Dº João Joaquim Pestana; foram os 2 membros nomeados para esta comissão de organização e escolha de livros<sup>172</sup>.

Assim, formaliza-se a estrutura dos “selecionares” – pelo menos no primeiro momento.

Nome	Cargo no Gabinete	Profissão
José Marcelino da Rocha Cabral	Presidente	Advogado
João Joaquim Pestana	Vice-presidente	Comerciante
José de Almeida e Silva	Bibliotecário	Médico

Quadro 9: Comissão de Seleção

Fonte: GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. **Actas da Sessão da Diretoria**. 1837-1847.

A composição da Comissão é muito representativa, pois conta com as figuras máximas do GPL. E mais ainda, representavam profissões que espelhavam, naquela ocasião, os demais acionistas<sup>173</sup>. Vergueiro exorta para a necessidade da comissão conhecer a comunidade dos usuários que serão servidos pela biblioteca<sup>174</sup>. Sem dúvida alguma os três membros atendiam a esse quesito.

Outro aspecto relevante a essa Comissão são os conhecimentos bibliográficos e do

<sup>170</sup>COUSIN, Jules. **De l'organisation et d'administration des bibliothèques publiques et privées**: Manuel théorique & pratique du bibliothécaire. Paris, 1882

<sup>171</sup>VERGUEIRO, Waldomiro. **Seleção de Materiais de Informação**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1997.

<sup>172</sup>GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. **Actas da Sessão da Diretoria**. 1837. 1847. 21 jun. 1837.

<sup>173</sup>Esse assunto é tratado com maiores detalhes na seção “Delineando o Público-Leitor do GPL”.

<sup>174</sup>Cf. VERGUEIRO, op. cit., 1997.

mercado livreiro que tanto os médicos quanto advogados detinham. Tânia Bessone na análise que fez a respeito das bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro, no período de 1870 a 1920, concluiu que “advogados e médicos tornaram-se, cada vez mais, clientes potenciais para livreiros e bibliófilos, tendência compulsada em catálogos e anúncios que privilegiam os temas de interesse profissional”<sup>175</sup>. Barros Martins endossa essa idéia afirmando que esse grupo não detinha apenas o domínio administrativo “mas também [sabiam das] tendências litterarias e bibliographicas”<sup>176</sup>. A participação do vice-presidente João Joaquim Pestana, deve ter trazido conhecimentos acerca dos trâmites cambiais para importação dos livros e periódicos.

Embora tenhamos observado em vários momentos o bibliotecário fazendo a seleção e deliberando as aquisições diretamente ao tesoureiro, essa Comissão teve um caráter deliberativo. Todavia, lugar-comum era consulta formal em Sessão à diretoria a respeito da seleção antes que a compra fosse efetivada. É bem verdade que a posição desta Comissão é *suis generis* por conter membros da diretoria.

De acordo com os Estatutos do Gabinete de 1841, a diretoria deveria ser composta por: um diretor, um vice-diretor, um primeiro-secretário; um segundo secretário; um tesoureiro; um bibliotecário e dois agentes. A propósito desse documento, de acordo com o Cap. VI (Das Atribuições e deveres dos membros da Diretoria), art. 36 “o Bibliothecario tem a seu cargo a organização do Gabinete”, e em especial, o primeiro parágrafo previa que era sua função “fazer a escolha das obras, periodicos e mais objectos concernetes á leitura, ornamentos e serviço da livraria”<sup>177</sup>.

A diretoria com seus membros partícipes da Comissão estava atenta ao trabalho de seleção, tanto assim que o primeiro cuidado “foi de organizar catálogos, que servissem para as encomendas de livros”<sup>178</sup>. A respeito desses “catálogos” não foi possível chegarmos a uma conclusão se tratavam de listas manuscritas com um rol e/ou catálogo de livrarias e/ou editoras sobre os quais indicavam os livros que desejavam adquirir. A análise da documentação do GPL desse período nos permite ambas interpretações.

Segundo consta, esse “trabalho [de listagem] foi effectuado não com brevidade e

<sup>175</sup> FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. **Palácio de destinos cruzados: homens e livros no Rio de Janeiro, 1870-1920**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999. p. 68.

<sup>176</sup> BARROS MARTINS, A. A. de. **Esboço histórico do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Typ. do “Jornnal do Commercio” de Rodrigues & C., 1901. p. 32.

<sup>177</sup> GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. **Estatutos**. Rio de Janeiro: Typ. Americana de I. P. da Costa, 1841. p. 13.

<sup>178</sup> GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. **Relatório...**, op. cit., p. 5, grifo nosso.

perfeição que se desejava, mas com a possível<sup>179</sup>. Além da necessidade expressa de rapidez no processo, o grupo teve relativa dificuldade para a execução da tarefa de selecionar os livros, justificada desta maneira:

Vós sabeis, Senhores, excelentemente, que o campo da literatura, e das sciencias he immenso, na vastidão dos objectos que alcanção os conhecimentos humanos, he huma empresa de summa difficultade, e apenas vencível pela dedicação, assiduidade, e perseverança dos trabalhos simultâneos de grande numero de illustrações, e capacidades, immentementes n'esses conhecimentos, e, demais, entregues exclusivamente a esses cuidados, e munidos de todos os recursos que podem offerecer os estabelecimentos literários e scientificos das nações mais adiantadas: só a ignorância póde suppor fácil huma empresa semelhante<sup>180</sup>.

Chama a atenção o curto espaço de tempo tomado para a execução da tarefa, fato que o relator tece comentários

Seria pois escusado dizer-vos, que aquelle trabalho [de seleção], executado em algumas semanas por individuos occupados em outros misteres sociaes e distituidos d'aquelles recursos, está muito longe de ser perfeito para prehencher os vastos e importantísimos fins da Associação; mas, não obstante, a Directoria acredita, que esse trabalho, apesar de imperfeito, inclue os elementos essenciaes para hum estabelecimento d'esse gênero; e que a Assembléa dos Accionistas hade fazer justiça ás suas diligencias e esforços. Ao tempo, e aos cuidados das futuras Directorias, pertence trazer o aperfeiçoamento a esse trabalho importantíssimo<sup>181</sup>.

É significativo o empenho e o esforço que estavam realizando para o sucesso do projeto. Vergueiro<sup>182</sup>; Figueiredo<sup>183</sup>; Evans<sup>184</sup> tecem várias considerações sobre a complexidade do trabalho de uma Comissão de Seleção<sup>185</sup>. O relato mostra que tiveram dificuldades quanto a “vastidão dos objectos que alcanção o conhecimento humano”. Havia naquele primeiro momento o desejo de que tudo fosse executado o mais rápido possível, talvez por isso não descuraram da necessidade do plano de formação. Na última frase da citação acima as gerações futuras são exortadas a continuar o trabalho com o mesmo empenho que eles.

A Ata de 4 de julho de 1837 sugere que paralelo ao trabalho de seleção, estava sendo realizado considerações de ordem orçamentária referentes à aquisição dos livros que seriam

<sup>179</sup>GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. **Relatório...**, op. cit., p. 5.

<sup>180</sup>GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. **Relatório...**, op. cit., p. 5, grifo nosso.

<sup>181</sup>GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. **Relatório...**, loc. cit.

<sup>182</sup>Cf. VERGUEIRO, Waldomiro. **Seleção de Materiais de Informação**. 2.ed. Brasília, DF : Briquet de Lemos, 1997.

<sup>183</sup>Cf. FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Desenvolvimento e avaliação de coleções**. Brasília, DF: Thesaurus, 1998.

<sup>184</sup>EVANS, G. Edward. **Developing library and information center collections**. 4. ed. Englewood, Colorado : Libraries Unlimited, 2000.

<sup>185</sup>Esses comentários estão detalhados na seção Revisão de Literatura.

indicados pela Comissão. Com base nos dados do orçamento para o “1º Semestre de Junho a Dezembro de 1837”, propomos o seguinte quadro ilustrativo:

<b>Emprego</b>	<b>Valor</b>	<b>%</b>
Compra de livros no Rio de Janeiro	600\$000	7,5
[Compra de livros] em Portugal e Europa	3,000\$000	37,5
[Compra de livros] no Rio de Janeiro p. livros estrangeiros	300\$000	3,75
[Compra de livros] na Europa [para livros estrangeiros]	1,700\$000	21,25
Estantes	600\$000	7,5
Mobília	400\$000	5,0
Estatutos e impressão	240\$000	3,0
Timbre, Apolise e Sello	220\$000	2,75
Extraordinarios	100\$000	1,25
Saldo que servira p <sup>a</sup> occorrer ás despezas ordinarias	840\$000	10,5
Soma	8,000\$000	100

Quadro 10: Orçamento para junho a dezembro de 1837<sup>186</sup>.

Fonte: GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. **Actas da Sessão da Diretoria**. 1837-1847. 4 jul. 1837.

Por esse orçamento é possível constatar que 70% verba, ou seja, 5,600\$000 foi destinado à compra de livros. De acordo com outros detalhes que virão a seguir, entendemos que “livros estrangeiros” significavam livros em outros idiomas e não simplesmente editados em outros países, para esses foram destinados 25% do total da verba. Para os livros em português ou traduzidos houve uma verba maior, isto é, 45%, o que pode denotar a aplicação dos critérios de seleção que no mês de seguinte formalizariam.

Quase um mês após a formalização da Comissão de Seleção, apresentou o resultado de seu trabalho, através de um rol de livros em “idiomas nacional e estrangeiros” e em vários ramos do conhecimento humano. A Diretoria aprovou na “sua totalidade” os livros em português e o tesoureiro, Narciso Jose de Souza Lameira ficou com a função de procurar “casas de commercio [que quisessem] encarregar-se de “fazer vir as facturas de livros da Europa”<sup>187</sup>. Coube ao vice-presidente – igualmente membro da Comissão –, Joaquim José Pestana “appresentar na pr<sup>a</sup> Sessão a factura de livros portuguezes classificada pela ordem das materias nesta mesma sessão deliberada”<sup>188</sup>. Quanto “parte do cathalogo que consta [va] de livros escriptos em idiomas estranhos” ficou estabelecido que uma comissão deveria

<sup>186</sup>Na composição do quadro foram respeitadas as terminologias da época.

<sup>187</sup>GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. **Actas da Sessão da Diretoria**. 1837-1847. 27 jul. 1837.

<sup>188</sup>GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. **Actas da Sessão da Diretoria**, loc. cit.

organizar a faturas dos livros que seriam importados da Europa. Para esse trabalho – diferentemente do procedimento para os livros portugueses – os diretores pediram atenção para que a quantia não ultrapasse os limites do orçamento para aquele semestre. Fizeram desse comissão os senhores Tibúrcio António Craveiro, Agostinho Correia d'Azevedo e Francisco Edolo Alves Viana<sup>189</sup>.

A mesma Comissão fez a seleção de livros franceses dos quais:

[...] ficou o Sñr. Thesoureiro encarregado de tractar com algum negociante desta Praça sobre [...] compra de livros de França até a quantia de Rs 2.000\$000 dando previamente parte á Directoria das condicções com que propõem aceitar esta proposta<sup>190</sup>.

O encarregado prestou conta informando aos diretores que “esperava concluir as bases da encomenda dos Periodicos Franceses e q na seg.<sup>te</sup> sessão daria conta de seus trabalhos e das condicções com se poderá realizar a remessa do Catalogo dos Livros de França”<sup>191</sup>

Conforme a prática nos trâmites do Gabinete, antes de efetivar a compra, as propostas deveriam passar pelo crivo ora de toda Diretoria ora pelo bibliotecário somente.

Esses procedimentos foram resumidos e impressos no Relatório de setembro de 1837, como se observa a seguir:

[...] na escolha dos livros, deu-se a precedência em numero, e por consequencia no emprego do capital as obras portuguezas, como vos deixará conhecer a quantia já destinada para a primeira encommenda: entendemos assim dever obrar, tanto por ser hum fim especial da Associação, - colligir as obras e manuscriptos de merito na lingua portugueza – como por dever-mos essa homenagem á nossa Patria, e fazer-mos assim tambem hum serviço ao Paiz em que residimos, cuja literatura se confunde com a nossa<sup>192</sup> (RELATORIO, 1837).

Fica muito evidente nesse panorama que se delineava a chamada “área de atuação da biblioteca”<sup>193</sup>. Delimitou-se – ao que se nota – um aspecto de especialização da Instituição. A partir dos procedimentos que a Comissão executou a seleção da primeira remessa, os Critérios de Seleção do Gabinete começaram a ser fundamentados. O critério *magno* passou a ser: obras em língua portuguesa.

É pouco provável que a expressão “obras portuguezas” refira-se apenas ao idioma e

<sup>189</sup>GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. **Actas da Sessão da Diretoria**, loc. cit.

<sup>190</sup>GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. **Actas da Sessão da Diretoria**, op.cit., 11 out. 1837.

<sup>191</sup>GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. **Actas da Sessão da Diretoria**, op.cit., 25 out. 1837, grifo nosso.

<sup>192</sup>GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. **Relatório...**, op. cit., p. 6

<sup>193</sup> VERGUEIRO, op. cit., 1997, p. 13.

não também a assuntos como literatura e história que possuem avatares na cultura lusa. As “obras e manuscritos de merito na lingua portugueza” estavam representadas, obviamente e sobretudo nas áreas da Literatura e História, o que faz com que a menção ao assunto fique subentendido aos membros do GPL. Esse aspecto poderia configurar uma forma de “manter viva a chama da cultura e da literatura portuguesas em uma das cidades mais significativas política e culturalmente [...]”<sup>194</sup>.

[...] o povo irmão e generoso, que nos acolhe, e nos facilita os meios de augmentar as suas e as nossas riquezas, terá a satisfação de convercer-se, de que o grande Povo, de que descende, acompanha a marcha rápida e magestosa das nações, que correm primeiras para o mais elevado ponto de civilização; finalmente, (e isto val [sic] mais do que tudo), em Portugal, ha-de dizer-se com orgulho nacional: - “os portuguezes residentes no Rio de Janeiro, são benemeritos da Nação a que pertencem; elles coopêrão efficazmente para a restauração da antiga, da immensa, da incomparavel gloria da sua Pátria!!!”<sup>195</sup>.

Rememorando essas palavras do então residente José Marcelino da Rocha Cabral, é notório que “colligir as obras e manuscritos de merito na lingua portugueza” seria uma empresa necessária para concretizar tais objetivos. Os critérios que doravante empregariam para a composição do acervo espelham a necessidade de afirmação da ilustração e cultura lusitana<sup>196</sup>. Desta maneira, segundo Carvalho o “livro foi [...] utilizado como um dos principais instrumentos no resgate da memória construída pela colônia portuguesa”<sup>197</sup>.

Embora nosso objetivo aqui seja seleção, não é possível furta-se da ocasião para exemplificar a organização como tudo foi feito. Fiando-nos em Vergueiro, sabemos do real imbricamento entre seleção e aquisição<sup>198</sup> – e a cotação está entre ambos. Assim, vemos que depois que a seleção fora apresentada, o acionista Narciso José de Souza Lameira foi designado para fazer a cotação entre as livrarias que fariam a compra e importação<sup>199</sup>. A Diretoria tece as seguintes considerações a respeito da forma que fariam a aquisição da obras

[...] o estado do cambio, e do credito geral, fez que a Directoria regeitasse o meio da remessa immediata de fundo d’aqui para Lisboa; [...] teve a Directoria de procurar pelos Agentes commisarios, cazas commerciaes pelas quaes fossem feitas as

<sup>194</sup>CARVALHO, Kátia de. Real Gabinete Português de Leitura: o livro como construção da imagem do imigrante. In: \_\_\_\_\_. **Travessia das letras**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1999. p. 108.

<sup>195</sup>GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. **Relatório...**, op. cit., p. 13.

<sup>196</sup>A respeito da imagem do emigrante português, o artigo de Heloisa Paulo, da Universidade Fernando Pessoa (Porto), *O Emigrante e a leitura: a colônia portuguesa do Brasil e as suas publicações* oferecem boa elucidação, assim como os artigos abordando o mesmo tema de Jorge Fernandes Alves, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em especial *Ler, escrever e contar na emigração oitocentista* (citado na referência).

<sup>197</sup>CARVALHO, op. cit., p. 117.

<sup>198</sup>VERGUEIRO, op. cit., p. 17.

<sup>199</sup>GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. **Actas da Sessão da Diretoria**, op.cit., 31 jul. 1837.

encomendas, a pagar na entrega dos livros, n'esta Corte; porêm as propostas, que se recolhêrão, parecêrão muito onerosas, [...] e todas ellas continhão condições inadmissíveis [...]. N'estas circunstancias a Directoria, determina não comprometter d'esde já os capitaes da Sociedade, lembrou-se do expediente de abrir correspondencia directa com algumas das mais acreditadas casas de livros de Lisboa; arbítrio que, além da indicada vantagem, de não comprometter desde já os fundos da Sociedade, evitava o sacrificio de commissões, e abria entre o Gabinete e essa casa, communicações que podem ser muito proveitosas para o futuro [...] <sup>200</sup>.

Quanto as “cazas commerciaes” citadas, atendo-nos ao período analisado, a única que fica claro é a Livraria Martin e Irmãos, em Lisboa. A primeira encomenda de livros foi feita a essa livraria através de seu agente no Rio de Janeiro, o sr. João Pedro da Veiga, trâmite lavrado no Relatório de 1837:

[...] lembrou-se do expediente de abrir correspondencia directa com algumas das mais acreditadas casas de livros de Lisboa; arbítrio que, além da indicada vantagem, de não comprometter desde já os fundos da Sociedade, evitava o sacrificio de commissões, e abria entre o Gabinete e essa casa, communicações que podem ser muito proveitosas para o futuro: esse arbítrio foi pois adoptado, e a Directoria se dirigio immediatamente á casa de Martim e Companhia, em Lisboa, mediando huma introducção que se obteve da generosidade do seu correspondente n'esta Corte, o Sr. João Pedro da Veiga, pela qual oficialmente acriditou o Gabinete, para com aquella caza, afim de satisfazer a factura que lhe fosse enviada com as clausulas indicadas, segundo as deliberações da Directoria; e podendo saccar pela quantia de tres contos de réis n'esta praça, importância destinada para a encomenda <sup>201</sup>.

Vergueiro chama a atenção para a problemática do assunto <sup>202</sup>. Assim, ao delimitarem a prioridade para língua portuguesa estabeleceram os parâmetros gerais de assunto ou áreas de cobertura da coleção. Quanto ao assunto, as obras que seriam selecionadas deveriam compor “quanto possivel, elementos de instrucção geral, tendo, comtudo, particularmente em vista as classes de leitores, que provavelmente há de concorrer ao Gabinete” <sup>203</sup>. Essa característica poderia revelar “um caráter mais utilitário, [e] sugeria o interesse pelo papel educativo que a leitura poderia cumprir” <sup>204</sup>. A espírito da época certamente que não faltaram romances; obras de instrução comercial; história e dicionários enciclopédicos. Já destacado por estudiosos que se debruçaram sobre a história do GPL, a primeira obra registrada na biblioteca foi *Ouvres Completes* de Voltaire, o que de fato não deixa de ser intrigante, uma vez que há ênfase em dizer que será dada precedência às obras portuguesas. No entanto, Shapochnik considera que

<sup>200</sup>GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. **Relatório...**, op. cit., p. 6-7.

<sup>201</sup>GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. **Relatório...**, op. cit., p. 7.

<sup>202</sup>Cf. VERGUEIRO, op. cit., 1997.

<sup>203</sup>GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. **Relatório...**, op. cit, 12.

<sup>204</sup>SCHAPOCHNIK, Nelson. **Os jardins das delícias**: gabinetes literários, bibliotecas e figurações da leitura na corte imperial. 1999. 270f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. p. 106.

a abertura dos registros por essa obra, é “uma marca indelével da afinidade ideológica do grupo precursor”<sup>205</sup>.

#### 4.3.3 O Catálogo de 1844 como reflexo dos critérios de seleção

O catálogo de 1844 pode ser um norteador para termos uma idéia de como a coleção se desenvolveu seguindo os critérios de 1837 ao longo de sete anos. Perscrutar seus dados nos relevou um panorama pouco conhecido visto que o exemplar jazia desaparecido há uma boa dezenas de anos. Seus dados evidenciam que a cultura portuguesa é o escopo principal do GPL.

Pelo cotejamento item a item do catálogo propomos o quadro<sup>206</sup> a seguir:

ASSUNTO	NÚMERO DE TÍTULOS
Agricultura e Economia Rural	11
Antiguidades	6
Apólogos	3
Architectura	6
Artes & Manufacturas	10
Astronomia	2
Bellas Artes	1
Bibliographia	8
Biographia	56
Botanica	12
Brazão	1
Caligrafia	1
Campanhas & Conquistas	29
Cavallaria	1
Commercio	41
Coudelaria	1
Críticos	5
Diccionarios	25
Diplomacia	12
Direito Civil, Criminal e Ecclesiastico	41
Direito Natural, Constitucional, Publico e das Gentes	20
Economia Política	23

<sup>205</sup>SCHAPOCHNIK, loc. cit.

<sup>206</sup>Como foi explicado na Introdução, para a composição desse quadro respeitamos exatamente a ordem que os assuntos aparecem no Catálogo, assim como a grafia das palavras.

Educação	28
Estatística	11
Genealogia	4
Geographia, Corographia e Topographia	19
Grammaticas	11
Historia	296
Historia Natural	21
Hygiene	8
Ideologia	2
Legislação	34
Litteratura	312
Logica	1
Maçoneria	1
Mathematicas	24
Medicina	68
Metrologia	2
Mineralogia	2
Moral	34
Musica	2
Mythologia	5
Náutica	4
Nobiliarchia	1
Novellas	421
Numismatica	1
Ordem Militar	1
Orthographia	4
Pauperimos	2
Pharmacia	8
Philologia	8
Philosophia	20
Physica e Chimica	18
Physinomia	2
Poesia	181
Politica	109
Rhetorica e eloquencia	9
Stenographia	1
Tactica terrestre e naval	11
Theatro	61
Theologia e culto	98
Variedades	21
Viagens	67

Quadro 11: Relação entre Assuntos e Número de Títulos

Fonte: GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. **Catalogo dos livros** do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro seguido

de um supplemento das obras entradas no Gabinete depois de começada a impressão. Rio de Janeiro: Typ. Americana de I. P. da Costa, 1844.

Os dados arrolados acima certamente que se prestariam a uma série de interpretações e comparações, sobretudo com os suplementos e catálogos subseqüentes. Todavia, seria extrapolar em demasia os limites previstos para um trabalho dessa natureza. Assim, restringimos sua análise, mas sem nos furtar de consolidar as informações referentes aos assuntos mais representativos na coleção.

Optamos no quadro de assuntos agrupar os itens que se seguiram em apenso no *Supplemento das obras entradas no Gabinete depois de começada a impressão*. À guisa de maior clareza, eis os dados separados com o número das obras em parênteses:

Agricultura e economia rural (1)	Legislação (4);
Antiguidades (1)	Medicina e Cirurgia (27);
Bellas Artes (1)	Mineralogia (1);
Biographia (6)	Moral (3);
Botanica (1)	Nautica (1);
Commercio (3)	Novellas (36);
Coudelaria (1)	Pauperimos (2);
Criticos (4)	Pharmacia (1);
Diccionarios (1)	Physica (4);
Diplomacia (4)	Poesia (4);
Direito Natural, Constitucional, Publico (9)	Politica (7);
Educação (1)	Rhetorica (1);
Estatística (2)	Stenographia (1);
Corographia (2)	Tactica Terrestre e Naval (7);
Geographia (4)	Theologia e Culto (12);
Historia (34)	Variedades (5);
Historia Natural (7)	Viagens (1)
Hygiene (2)	
Educação (1)	

Quadro 12: Dados do Suplemento

Fonte: GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. **Catálogo dos livros** do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro seguido de um supplemento das obras entradas no Gabinete depois de começada a impressão. Rio de Janeiro: Typ. Americana de I. P. da Costa, 1844.

No quadro que se segue foram computados os assuntos de maior ocorrência no Catálogo de 1844. Para maior elucidação, optamos em unificar em Direito os denominado no Quadro 12 por “Direito Civil, Criminal e Ecclesiastico” e “Direito Natural, Constitucional, Publico e das Gentes”.

Assunto	Número
Novellas	421
Litteratura	312
Historia	296
Poesia	181
Politica	109
Theologia e Culto	98
Medicina	68
Viagens	67
Direito	61
Theatro	61
Commercio	41

Quadro 13: Relação de assunto mais representativos e número de títulos

Fonte: GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. **Catálogo dos livros** do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro seguido de um suplemento das obras entradas no Gabinete depois de começada a impressão. Rio de Janeiro: Typ. Americana de I. P. da Costa, 1844.

Na análise do Catálogo de 1858 – que apresenta dados proporcionalmente similares aos do que supra expomos – Schapochnik considera que:

[...] a preeminência temática das áreas de literatura<sup>207</sup> e história<sup>208</sup> reforça o caráter recreativo da biblioteca do Gabinete Português e parece corresponder à demanda por obras que propiciem simultaneamente deleite e instrução aos leitores. Embora as obras de direito e medicina não apresentem a mesma expressividade que as outras duas temáticas, elas não podem ser desconsideradas, nem no aspecto quantitativo nem tampouco diante das possibilidades de satisfazerem as necessidades práticas destes segmentos profissionais qua se faziam presentes no quadro associativo da instituição<sup>209</sup>.

Diante dessa perspectiva, é interessante lembrarmos que a primeira comissão que se

<sup>207</sup> Na qual o autor optou por agrupar novelas e romances, poesia e teatro.

<sup>208</sup> Sobre a qual estão, pela escolha do autor, reunidas: antiguidades, arqueologia, biografia, campanhas e conquistas, cavalaria, crônicas, cronologia, etnografia, genealogia, geografia, história, história eclesiástica, ordens religiosas, viagens.

<sup>209</sup> SCHAPOCHNIK, op. cit., p. 121.

formou era composta de um advogado, um comerciante e um médico homeopata. Pela representatividade das *Novellas*, *Litteratura*<sup>210</sup> e *Historia* fica evidente que souberam exatamente olhar para os interesses no público em geral, não privilegiando os seus primordialmente. Essa visão é condição *sine qua non* para uma boa seleção. Vergueiro alerta que ao se pensar nos critérios de uma política de seleção “o primeiro a guiá-la será, sem sombra de dúvida, a comunidade a ser servida”<sup>211</sup>.

Ao cotejamento no Catálogo de 1844 observamos a ocorrência de edições publicadas poucos anos antes. Foi o que anteriormente conclui Schapochnik ao fazer o mesmo levantamento no Catálogo de 1858<sup>212</sup>. O critério de atualidade, portanto, é mais dos critérios de seleção do Gabinete, ou seja, atualidade. Isso se reflete na deliberação da diretoria quando mandou “vir da Belgica os romances dos melhores authores que ali de fucturo se publicarem na mesma conformidade que vindo de Paris”<sup>213</sup>. Esse critério de atualidade<sup>214</sup> era francamente um dos objetivos do Gabinete. Um outro exemplo ainda mais explícito é uma carta transcrita no “Livro do Copiador”<sup>215</sup>. Datada de 27 de janeiro de 1840 e endereçada a Thomas José Pereira Lima, agente do Gabinete em Lisboa, responsável dentre outras funções de negociar com os livreiros europeus a compra de livros para a Instituição. Nessa correspondência, cujo remetente não identificamos, é mencionado que o bibliotecário, na época o Thibúrcio António Craveiro, solicita que:

[...] constando que ao mesmo Snrº [Thomas José Pereira Lima] que algumas obras novas ahi [Lisboa] tem sido publicadas quer em Historia, Litteratura ou Theatro, elle [o bibliotecário] roga a Vsª se sirva comprar um exemplar logo que se annuiciar a venda ou pª assignatura<sup>216</sup>.

Nota-se por essas palavras a prioridade do momento para alguns assuntos. A necessidade de adquirir as publicações mais recentes é mais uma vez localizada em outra correspondência dirigida ao mesmo agente, em 24 de julho de 1840. O texto começa como as

<sup>210</sup> Sobre a circulação de romances no século XIX, a pesquisadora Sandra Guardini T. Vasconcelos é referência. Sugerimos o texto produzido por ela, Márcia Abreu, Luiz Carlos Villalta e Nelson Schapochnik, intitulado **Caminhos do romance no Brasil: séculos XVIII e XIX**. Há igualmente informações relevantes em LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A leitura rarefeita: leitura e livro no Brasil**. São Paulo: Ática, 2002.

<sup>211</sup> VERGUEIRO, op. cit., 1997, p. 41.

<sup>212</sup> SCHAPOCHNIK, op. cit., p. 143.

<sup>213</sup> GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. **Actas da Sessão da Diretoria**, op.cit., 3 ago. 1847.

<sup>214</sup> VERGUEIRO, op. cit., 1997.

<sup>215</sup> Esse livro é um manancial inesgotável de informações acerca do Gabinete. Nele estão copiadas todas as cartas emitidas pela Instituição. Há 3 volumes que cobrem diferentes períodos.

<sup>216</sup> GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. **Livro do copiador**. 27 jan. 1840.

do mesmo tipo, isto é, informando do pagamento de fatura e o envio de mais quantias para aquisições, cuja listagem era enviada em anexo, em seguida há uma queixa pelo fato do agente não estar atento ao envio de obras recentemente publicadas. E a esse respeito frisa que “entre os socios [há a idéia] de que a Diretoria põe pouco desvelo em obter publicações novas”<sup>217</sup>. Antes de concluir, o remetente reforça que “avista de tão imperiosas exigencias recommendamos a Vs<sup>a</sup> faça todos os esforços para q por este lado [atraso nas remessas] o Gabinete não soffra”<sup>218</sup>. Observa-se, ainda e por conseguinte, que os acionistas estavam muito informados quanto ao mercado editorial europeu.

Voltando a questão do idioma, no quadro abaixo segue o panorama geral, dos idiomas que estavam representados no Catálogo de 1844:

Idioma	Nº
Português	1474
Francês	1234
Inglês	77
Espanhol	36
Latim	5
Italiano	1

Quadro 14: Rellação de idioma com números de publicação  
 Fonte: GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. Catalogo dos livros do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro seguido de um supplemento das obras entradas no Gabinete depois de começada a impressão. Rio de Janeiro: Typ. Americana de I. P. da Costa, 1844.

Embora o século XIX ainda estivesse sob a influência da língua francesa, acreditamos que a livre escolha por esse idioma refletia as características dos usuários, para os quais esse idioma não era barreira. Além, é claro, “das deficiências do mercado editorial luso-brasileiro e a preocupação em cobrir um amplo espectro de temas impunham, necessariamente, a aquisição de obras editadas em outro idioma”<sup>219</sup>. No que tange a relação assunto/idioma notamos – não sem curiosidade – que as *Novellas* eram compostas de 406 obras em língua portuguesa, e 12 em francês. Já em *Litteratura* prevalecia o francês com 157 obras e o português com 126. A primazia da língua dos *Lusíadas* também era vista na História, com 191 e no verbo de Voltaire, com 98 itens.

Com a mesma acuidade que procederam com o acervo bibliográfico a Comissão de

<sup>217</sup>GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. **Livro do copiadador**. 24 jul. 1840.

<sup>218</sup>GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO, loc. cit.

<sup>219</sup>SCHAPOCHNIK, op. cit., p. 122.

Seleção observou os periódicos. Contudo, pela documentação examinada, não fica muito claro os critérios que aplicam para seleção. Notamos que embora nas Atas haja menções de assinaturas de periódico na França<sup>220</sup> e em Buenos Aires<sup>221</sup>, seus títulos não foram arrolados no Catálogo de 1844. Dessa maneira resta a dúvida se não foram assinados ou se a assinatura durou até a composição do Catálogo, pois havia o hábito no Gabinete de assinarem por um ano apenas para que pudessem apreciar os periódicos<sup>222</sup>.

Na citação a seguir vemos o esboço de possíveis critérios quanto ao assunto dos periódicos:

[...] Deliberou a Directoria que se mandasse subscrever em Portugal os seguintes Periodicos : em Lisboa: Diario do Governo 1 Exp. Nacional 1 Exp. Examinador 1 Exp, no Porto: Vedeta 1Exp. Artilheiro 1Exp: e alem destes todos os periodicos mensaes ou de mais extenso prazo, scientificos, litterarios, industriaes que se publiquem na Capital, e nas provincias de Portugal<sup>223</sup>.

É possível depreender desse relato a primeira opção é assinar folhas portuguesas e brasileiras, conseqüentemente em língua vernácula.

A respeito da assinatura de periódicos, no Relatório de 1837 – o qual passamos a denominar “Proto-Política de Seleção” – foram ponderadas questões extremamente claras e pragmáticas, como o caráter transitório desse meio de leitura.

[...] seria absurdo empregar todos os annos huma avultada soma do capital da Sociedade na leitura accidental e momentânea de periódicos, distrahindo assim dos objectos de leitura permanente e aniquilando, em poucos annos a totalidade do mesmo capital<sup>224</sup>.

Num momento em que estavam preocupados com o estabelecimento de rendas da Instituição é compreensível essa ponderação. Todavia, decidiram que “instava que se mandasse subscrever, ao menos, alguns periódicos da Europa, a tempo de poderem estar aqui quando se abrisse o Estabelecimento”<sup>225</sup>. Essas considerações em absoluto representava desinteresse ou somenos para os periódicos, antes, parecia representar uma questão de prioridade alicerçadas em critérios de seleção que haviam estabelecido. Ao estabelecer que deveriam fazer “subscrições, mas em menor escalla” tinham em mente a adequação à

<sup>220</sup>GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. **Actas da Sessão da Directoria**, op.cit., 14 jun. 1837.

<sup>221</sup>GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. **Actas da Sessão da Directoria**, op.cit., 26 jul. 1837.

<sup>222</sup>GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. **Livro do coprador**. 24 jul. 1840.

<sup>223</sup>GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. **Actas da Sessão da Directoria**, op.cit., 6 jun. 1837.

<sup>224</sup>GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. **Relatório...**, op. cit., p. 9.

<sup>225</sup>GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. **Relatório...**, op. cit., p. 9.

“proporção com as rendas presumíveis do Estabelecimento, nos primeiros tempos”<sup>226</sup>. Assim não se furtariam por muito tempo – em suas próprias palavras – “d’aquelle objecto interessantíssimo de leitura”<sup>227</sup>.

Desta maneira ficou estabelecido que

[...] por ora [fizessem subscrever], somente três periódicos de Lisboa, dois do Porto, e dois de Londres; e determinou-se mais, que se subscrevesse dois em França, e hum em Buenos Ayres; todos dos que costumão trazer mais amplas e verídicas noticias commerciaes e políticas, como podereis ver da relação de seus títulos e deliberações nas actas respectivas. Os periódicos brasileiros, devem ser assignados, logo que se determine a abertura do Gabinete<sup>228</sup>.

Pela análise das Atas notam-se sucessivas deliberações para assinatura de periódicos, baseados em critérios de relevância e interesse. Há ainda algumas nesgas de informação é possível entendê-los, como por exemplo a seleção de títulos franceses

[...] o Sr. Thesoureiro informou a Directoria que nesta semana esperava concluir as bases da encomenda dos Periodicos Franceses e q na seg.<sup>ta</sup> Sessão daria conta de seus trabalhos e das condições com se poderá realizar a remessa do Catalogo dos Livros de França<sup>229</sup>.

Vergueiro pondera que as necessidades informacionais devem ser consideradas, avaliando objetivamente “suas demandas e diferenciando as que têm característica mais duradouras, ligadas a necessidades reais, das que são ditadas por tendências esporádicas [...]”<sup>230</sup>. Um exemplo digno de ser destacado consta em na Ata de 23 de fevereiro de 1838, quando a:

[...] Directoria tomando em consideração a rogativa de hum de seus Socios em Assembleia Geral, e apoiada por todos os mais Accionistas presentes naquella reunião deliberou que o Sr. Thesoureiro mandasse comprar p<sup>a</sup> uso do Gabinete “hum mappa geral de Portugal em grande” e fizesse assignar em Lisboa e Porto os Periodicos Commercias daquellas Praças [...] <sup>231</sup>.

Esse exemplo de seleção por demanda, teve característica deliberativa, pois assim que a “rogativa” chegou aos diretores – e note-se, surgida na Assembléia Geral –, esses

<sup>226</sup>GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. **Relatório...**, op. cit., p. 9.

<sup>227</sup>GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. **Relatório...**, op. cit., p. 9.

<sup>228</sup>GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. **Relatório...**, op. cit., p. 7-8.

<sup>229</sup>GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. **Actas da Sessão da Directoria**, op.cit., 24 out. 1837.

<sup>230</sup>VERGUEIRO, op. cit., 1997, p. 8.

<sup>231</sup>GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. **Actas da Sessão da Directoria**, op.cit., 23 fev. 1838, grifo nosso.

prontamente determinaram a assinatura. Uma silhueta do tipo de usuário daquela coleção é igualmente identificável ao solicitarem “Periodicos Commerciaes” de Lisboa e do Porto. Esses acionistas estavam certamente desejosos de estar informados sobre o que ocorria em âmbito comercial daquelas Praças, nas quais mantinham negócios.

Pelo que foi exposto, podemos concluir, somando ao que identificamos nas Atas que priorizaram quanto ao assunto: ciência, literatura, comércio e política.

A procura pelas notícias era muito grande entre os leitores do Gabinete. O Tesoureiro Luís Miguel Afonso declarou na Sessão da Diretoria que os acionistas que ficaram sabendo da chegada de periódicos de Lisboa e da Inglaterra “mostravão grande desejo de ler essas folhas”<sup>232</sup>. Afora o interesse ds leitores, há o acréscimo de mais um local onde importaram assinatura de periódico.

Outro exemplo é a cópia de uma carta transcrita no *Livro do Copiador* destinada ao Thomas José Pereira Lima, agente do Gabinete em Lisboa, revela aspectos desse público:

[...] enquanto a falta de periodicos pelos navios estrangeiros que os não trouxerão bem se vio que alguma coiza sobrenatural teria dado occasião a esta falta, porem a Directoria espera que Vs<sup>a</sup> alem de Corretor dos despachos em quem confiou se previna pelo meio que mais bem se lhe prorcionar afim de lhe não escapar occasião alguma taes remessas, e ainda quando hajão de sahir este porto, duas ou mais embarcações no mesmo dia, repetir em todas as remessas de periodicos, para evitar a esta administração o desgosto de dar satisfações a tantos concorrentes que no acto da chegada de navios procurão as noticias recebendo grande descontentam<sup>to</sup> quando as não alcanção, e toda a despeza extraordinaria q neste objecto fizer a Directoria lhe leva a em conta<sup>233</sup>.

É factível supor que dentre esses que esperavam ansiosos, estavam os leitores das folhas comerciais e literárias. Enquanto os primeiros buscavam as notícias atualizadas no âmbito comercial para seus negócios aqui e fora, os últimos queriam informações sobre os últimos impressos vindos à luz nas tipografias européias. A experiência no atendimento aos usuários em biblioteca durante nosso período de estágio nos permite transpor tempo e comparar sentimento de indignação e frustração que o leitor moderno é tomado ao receber a notícia do bibliotecário de que houve atraso no recebimento do último número de determinado periódico. E isso numa época como a nossa onde é possível que esse consulente obtenha seu “objeto desejado” tanto na Internet quanto numa banca mais especializada. O que diria nosso leitor no século XIX onde essas opções eram inimagináveis.

<sup>232</sup>GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. **Actas da Sessão da Diretoria**, op.cit., 20 nov. 1837.

<sup>233</sup>GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. **Livro do copiador**. 18 nov. 1839, grifo nosso.

Retomando o rumo na redação após essa digressão, o quadro a seguir ilustra os periódicos arrolados no Catálogo de 1844. Note-se a ausência de títulos em outros idiomas além do português, a preponderância de Lisboa e Rio de Janeiro em número, e a variedade quanto aos assuntos das folhas. E ainda, a seleção foi feita tomando por base os jornais mais importantes. Enfim, não vamos nos perder em comentários alongados a respeito da representatividade de alguns títulos, para as intenções desse trabalho a simples ilustração será suficiente para cumprir nosso objetivo.

<b>LISBOA</b>	<b>PORTO</b>	<b>PERNAMBUCO</b>	<b>RIO DE JANEIRO</b>
O Diario do Governo	Periódico dos Pobres	Diario de Pernambuco	Jornal do Commercio
A Revolução de Setembro	Coalisão		Diario do Rio de Janeiro
O Patriota	Noticiador Commercial Portuense		Sentinella da Monarchia
Folha Commercial	Revista Litteraria Portuense		O Brasil
O Panorama			O Echo do Rio
O Ramalhete			O Pharol Constitucional
O Archivo Popular			A Gazeta dos Tribunaes
O Universo Pittoresco			Minerva Braziliense
O Archivo Theatral			Jornal do Instituto Historico Geographico Brasileiro
Bibliotheca Familiar			Revista Medica Fluminense
Quadros de Historia Portugueza			O Novo Tempo
Factos memoraveis do Márquez de Pombal			Gazeta Universal
Revista Universal Lisbonense			O Despertador
Biographia das Personagens Illustres de Portugal			
O Recopilador, publicação encyclopedica: por uma Sociedade			
Galeria das Ordens Religiosas e Militares			

Quadro 15: Procedência e título de periódicos<sup>234</sup>

<sup>234</sup> O *Despertador* foi o único título arrolado no *Suplemento*. A respeito desse jornal, fundado em 1836, escreve Martins (1913, p. 12-16) “nesta cidade [Rio de Janeiro], uma pleiade de jornalistas brasileiros, educados nas

Fonte: GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. **Catálogo dos livros** do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro seguido de um supplemento das obras entradas no Gabinete depois de começada a impressão. Rio de Janeiro: Typ. Americana de I. P. da Costa, 1844.

Em sua tese Nelson Schapochnik comenta o resultado da seleção de livros feita pelos fundadores: “Seria de estranhar que os membros deste espaço de leituras e sociabilidades fundadas na sagração da cultura portuguesa optassem pela formação de uma biblioteca que não contemplasse o caráter identitário da instituição”<sup>235</sup>.

Além do evidente interesse de exortar às glórias portuguesas, tão exaltadas nas Atas da Diretoria e nas Sessões do Conselho Deliberativo, havia também a necessidade – como já nos referimos – de um espaço de leitura para o que se produzia em Portugal. O que pode justificar o afã de possuírem no acervo obras atualizadas.

Cabe aqui um adendo sobre as obras raras. Embora focada na seleção de obras modernas, a Comissão não deixou de lado esse tipo de acervo. Naquele período a aquisição de “códices importantes e raros” era relativamente fácil, assim foram adquiridas um grande volume de obras clássicas “primando nas aquisições dos seculos XVI até o XVIII”<sup>236</sup>

A título de exemplo da possível aplicabilidade da Política de Seleção que estabeleceram podemos citar dois casos de grande relevância para a percepção do *fazer bibliotecômico*.

Praticamente um ano após a apresentação desse plano que chamamos de “Proto-Política de Seleção”:

[...] o Snr. Thesoureiro Martins, propóz verbalmente que havendo no Gabinete alguns livros, que ficarão inúteis, pelo pouco ou nenhum uso que delles se fazia, se tornava conveniente reduzillos a dinheiro, para com o seu producto, e com o dinheiro que há em caixa, fazer emprego de boas obras, se sendo esta idéa reforçada pelo Senhor Director, sôbre livros inúteis, que não está nos Cathalogs, concordara todos, na sua doutrina, e que para levar a effeito do modo mais licito, e conviniente, deixará ao Sr. Bibliothecario a ação de indicar, quaes as obras inúteis, para proceder de conformidade no que estiver em harmonia com os Estatutos<sup>237</sup>.

---

idéias democraticas da França, á cuja frente estava Francisco de Salles Torres Homem, uniu-se aos vultos mais illustrados da emigração, representados pelo Dr. [Marcelino da] Rocha Cabral, e fundaram o *Despertador*, folha diaria de esplendida redacção, que por um momento abalou a gigantesca força do *Jornal do Commercio*, a folha mais notável da época [...]. As lutas da maioridade em que o *Despertador* se envolveu, a precoce actividade de alguns empregados do *Jornal* que mais tardese distiguiram na administração, e a falta de tino dirigente, deram em terra, no fim de 1841, com aquella brilhante e esperançosa folha. Cabral perdeu na empreza toda a sua fortuna particular e os auxilios de seus amigos, e teve de se ausentr para a cidade de Diamantina, em Minas, onde advogou até 1849 [...].”

<sup>235</sup>SCHAPOCHNIK, op. cit., p. 105.

<sup>236</sup>BARROS MARTINS, op. cit., 1901, p. 25-26.

<sup>237</sup>GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. **Actas da Sessão da Diretoria**, op.cit., 20 ago. 1838.

Essa classificação de “inúteis” não implica em livros “estragados”, pois não os colocariam a venda. Cremos, sim que poderiam ter recebido essa denominada com base nos critérios de seleção, visto que, como vimos em outra parte dessa pesquisa, recebiam grande quantidade de livros em doação. Assim, há um exemplo de descarte – como trata Vergueiro<sup>238</sup> e “seleção reversa” ou “deseleção” como nomeia Evans<sup>239</sup>. Esse procedimento “consiste em selecionar aqueles documentos que, através da função avaliação, foram considerados desnecessários ou defasados em relação às expectativas dos usuários”<sup>240</sup>. Essa atenção por parte dos membros do Gabinete pode ser justificada também pela falta de espaço que dispunham para um acervo que crescia progressivamente. Por essa época estavam sediados na Rua São Pedro, n. 83. A citação ainda denota a hierarquização de competência, no momento que o Diretor propõem que o Bibliotecário proceda a “deseleção”. Este, que na ocasião ainda era o José de Almeida e Silva, além de conhecer o acervo, pelo que se depreende das palavra de Rocha Cabral, era membro da comissão de seleção.

Outro exemplo data de 6 de fevereiro de 1845. Na ocasião começavam as negociações para a compra do terreno para construção do edificio próprio do Gabinete. Por medida de contenção de despesas a diretoria deliberou que fossem suspensos a compra de livros, aplicando um critério ao especificar “com excessao a livros portugueses antigos e outros a ponderar”<sup>241</sup>.

E ainda, ultrapassando o limite cronológico dessa pesquisa, não podemos deixar de ressaltar os métodos aplicados pela Diretoria um processo conhecido em biblioteconomia como Avaliação de Coleções. No primeiro exemplo, certamente que após uma avaliação, decidiram vender alguns periódicos:

Directoria tomou as seguintes resoluções afim de se lhe dar andamento: Pedir por meio de circulares á imprensa Portugueza, para enviar ao Gabinete o seus jornaes. Vender a peso os jornaes á excepção do Jornal do Commercio – Diario Oficial - Diario do Governo – Jornal do Commercio de Lisboa e Commercio do Porto, que se devem continuar a colleccionar – e encadernar<sup>242</sup>.

Já o segundo exemplo, a avaliação resultou no cancelamento da assinatura de

<sup>238</sup>Cf. VERGUEIRO, Waldomiro. **Seleção de Materiais de Informação**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1997. VERGUEIRO, Waldomiro. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis: APB, 1.

<sup>239</sup>EVANS, op. cit.

<sup>240</sup>VERGUEIRO, 1997 apud WEITZEL, Simone da Rocha. **Formação e desenvolvimento de coleções**. Rio de Janeiro, 2006. Transparências de aula da Disciplina Formação e desenvolvimento de coleções baseada na literatura do programa, oferecida no segundo semestre de 2006. Parte II. f. 33. (b).

<sup>241</sup>GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. **Actas da Sessão da Diretoria**, op.cit., 6 fev. 1845.

<sup>242</sup>GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. **Actas da Sessão da Diretoria**, op.cit., 28 maio 1890, grifo nosso.

periódicos para o ano seguinte:

Deliberou a directoria que em vista da pouca leitura que tem algumas das revistas scientificas se suprimam algumas nas assignaturas para o anno de 1891. Do pedido que á imprensa portugueza se fez em circular de 14 de setembro ultimo já tem sido enviados 37 differentes jornaes sendo: Gazeta das Alfândegas – Liberal – Estremonense – Commercio de Portalegre – Verdade – Luta – Autonomia – Bombeiro Portugues – [...] – Correio do Porto – Provincia – Revista de Direito Commercial – Os Gatos – Povo d’Aveiro – Jornal do Povo – Cruz e Espada – Folha da Manhã – Jornal de Bastos – Cartagiense – [ilegível] – Primeiro de Maio – Jornal de Santo Thyseo – Aurora do Lima – Melgareense – Alto Minho – Districto de Villa Real – O Povo de Chaves – Commercio de Chaves – Regoense – Liberdade – Progreso – O Novo Tempo – Jornal de Bastos<sup>243</sup>.

Ambos os exemplos confirmam o que temos afirmado ao longo deste trabalho: embora não houve normativas como hoje dispomos, a prática era aplicada. E muito mais, tinham uma organização e comprometimento admiráveis às bibliotecas contemporâneas.

Antes de encerrarmos essa longa seção, com base nas informações que foram apresentadas nas linhas acima e a título de maior esclarecimento o quadro que se segue poderá ser elucidativo. A ordem dos critérios em cada coluna representa a prioridade que os selecionadores atribuíam.

<b>Idioma</b>	<b>Forma</b>	<b>Outros<sup>244</sup></b>
Português	Livros	Custo justificável
Francês	Periódicos	Atualidade da Obra
Inglês	Mapas	Quantidade de exemplares
Espanhol	Gravuras	Demanda
		Qualidade do conteúdo

Quadro 16: Critérios de Seleção

Fonte: GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. *Actas da Sessão da Diretoria*. 1837-1847

Em 1848 um cronista do periódico da corte, *Íris* relata a situação do acervo do gabinete de leitura criado pelos portugueses. Na descrição podemos perceber o reflexo do desenvolvimento das coleções da Instituição. Quem escreve o texto nos fornece uma informação preciosa ao mencionar que é grande a presença de “litteratura classica portugueza”, o que ilustra concretização dos critérios elaborados pela comissão de seleção composta em 1837:

<sup>243</sup>GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. *Actas da Sessão da Diretoria*, 11 de dez. 1890, grifo nosso.

<sup>244</sup>Para essa coluna nos baseamos em: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Sistema Integrado de Bibliotecas. **Subsídios para o Estabelecimento de Política de Desenvolvimento de Acervos para as Bibliotecas do SIBi/USP**. São Paulo, 1998.

[...] vulgarizou se o gosto da leitura, que tem ido n'um espantoso augmento progressivo; e os recursos bibliographicos vão também crescendo, em proporção com as necessidades intellectuais. Ornam aquellas estantes centenas de livros raros, preciosos ou úteis, mormente da litteratura classica portugueza, que virá, com o tempo, e se continuar com igual fevor, a ter allí um de seus mais opulentos repositórios. A litteratura (especialmente franceza e latina) esta allí dignamente representada, com os auxílios que aquella livraria offerece<sup>245</sup>.

A elaboração de uma política de seleção será determinante para “transformar um grupo de materiais informacionais, abrigados em um edifício ao qual se convencionou denominar biblioteca, em um verdadeiro projeto informacional”<sup>246</sup>. Desta feita, a atenção da diretoria do Gabinete Português de Leitura e da Comissão para a criação da sua “Proto-Política de Seleção” foi gratulada ao correr dos decênios quando a pequena biblioteca nascida na Rua Direita, nº 20 se transformou por antonomásia na Biblioteca Portuguesa do Brasil e em metáfora de um verdadeiro “Palácio de Livro”<sup>247</sup>.

---

<sup>245</sup>ÍRIS apud SCHAPOCHNIK, op. cit., p. 114, grifo nosso.

<sup>246</sup>VERGUEIRO, op. cit., 1989, p. 41.

<sup>247</sup>SCHAPOCHNIK, op. cit., p. 114.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Numa tarde de domingo no distante 14 de maio de 1837, na agitada Rua Primeiro de Março nasceu a primeira associação portuguesa do Brasil, um Gabinete de Leitura, que embora nos moldes europeus, ficava distante simplesmente da *anima* da ilustração apenas. A iniciativa dos portugueses José Marcelino da Rocha Cabral e Francisco Eduardo Alves Viana, ao estabelecerem o Real Gabinete Português de Leitura, objetivava criar um espaço de sociabilidade para congregar emigrantes que se exilaram no Rio de Janeiro. Para eles, o mais importante, contudo, não era a criação de Instituto ou de uma Associação, mas sim a criação uma Biblioteca, cujo acervo desde o início sempre foi referência na cultura e língua portuguesa, graças aos critérios de seleção estabelecidos. Despertou-nos, de fato, grande admiração o labor que esses e outros varões, que também fizeram parte do Gabinete, foram capazes de empreender para levar a diante seu intento.

Nessa pesquisa não foi possível, por ater-nos aos limites previstos para um trabalho de conclusão de curso, analisar com minúcias o perfil do RGPL como biblioteca. Pelas leituras que fizemos, percebemos várias características *sui generis*, e podemos afirmar que além de extremamente pioneiros no formato que aplicaram à Instituição, foi um Gabinete que deu certo, que progrediu seguindo um planejamento rígido.

Conforme procedíamos à leitura das Atas, linhas escritas numa caligrafia nem sempre favorável ao leitor moderno, as figuras estáticas dos bustos e quadros que adornam o Real Gabinete Português de Leitura passaram a ter voz e expressar seus pensamentos. E assim, à medida que avançávamos na prospecção, as camadas mais profundas de história da Instituição se descobriram e artefatos e objetos recoberto pelo tempo desvelaram um panorama encantador. Sobretudo para a biblioteconomia esses “achados arqueológicos” adquirem uma relevância muito especial porque mostra como *fazer biblioteconômico* – mesmo que ainda não formalizado – era desenvolvido naqueles tempos de um jovem Estado independente.

A escolha do Real Gabinete Português de Leitura como **objeto de pesquisa** trouxe algumas dificuldades, que ao final do trabalho podemos classificar como indutivas a novas investigações. O fato de nos últimos anos não ter ele figurado no âmbito da biblioteconomia, tornou nossa empreitada um desafio que sem dúvida só foi possível pela na acertada escolha da orientadora e o conseqüente comprometimento absoluto dela.

O **problema da pesquisa** foi satisfatoriamente atendido tendo por alicerce a teoria a de Formação e Desenvolvimento de Coleções (FDC). Procedemos à leitura das Atas da Diretoria e do Relatório de 1837 mais de uma dezena de vezes para extrair os elementos que comporiam a Política de Seleção, conforme foi esclarecido na introdução, não houve uma estruturação formal desse documento. Por essa razão, na mesma medida que foi árdua foi extremamente compensatório ver

aos poucos emergindo dessas fontes os critérios e procedimentos que formam uma Política de Seleção.

Esse documento, sabidamente essencial para qualquer biblioteca, embora não compilado pelos membros do RGPL no passado, foi executado em todos seus itens sugeridos pelos teóricos com extrema meticulosidade e critério. Fica evidente que os diretores e acionistas da Instituição tinham um objetivo muito claro a alcançar: transformar a biblioteca do RGPL num dos acervos mais importantes e mais modernos do país, pois como expusemos exaustivamente, primaram pelo critério de atualidade. Assim, é possível verificar no Catálogo de 1840 e 1844 obras datadas de 1838 a 1843.

Durante a elaboração do projeto do trabalho de conclusão de curso, não identificamos na literatura moderna, teóricos de Formação e Desenvolvimento de Coleções (FDC) que tratassem de acervos retrospectivos. Tendo como delimitador o **objetivo geral** estruturado, empreendemos um grande levantamento bibliográfico a fim de entender como era praticada a FDC no passado. O sucesso dessa atividade foi tão satisfatório que ao final tivemos que selecionar os autores com os quais trabalharíamos. A revisão de literatura contribuiu sobremaneira para afirmar que a necessidade de selecionar com planejamento estão longe de ser uma preocupação moderna. Durante o processo de pesquisa surpreendeu-nos localizar grande quantidade de bibliografia do século XIX referente à administração e organização de bibliotecas, dentre os quais podemos citar: Gabriel Peignot, Jules Cousin, Jacques Charles Brunet e L. A. Constantin.

Vimos como esses teóricos – sobretudo franceses – pensavam a Formação e Desenvolvimento de Coleção já de maneira sistemática e orientavam com veemência sua aplicação, diante da expansão bibliográfica. Para eles essa expansão deveria estar condicionada a critérios de seleção bem estabelecidos para a boa formação do acervo que se pretendia. Notamos ainda que há um vácuo teórico e metodológico entre a teoria de FDC antes do século XX e os teóricos dos anos 80, mas essa análise será objeto de pesquisa em outro momento dentro do grupo de pesquisa “Biblioteconomia, Cultura e Sociedade”, do qual fazemos parte.

A respeito desse grupo de pesquisa, o convite surgiu da própria orientadora que foi essencialmente responsável pelo ânimo para levar a cabo esse longo trabalho.

Quanto aos leitores do RGPL pudemos identificar que seu perfil estava estritamente ligado aos interesses que a colônia no Rio de Janeiro em relação ao letramento em expansão na Europa. Conforme foi verificado na análise procedida junto ao catálogo de 1844, o perfil de suas leituras no âmbito bibliográfico, volta-se para leitura de romances. Na leitura de periódicos buscavam, sobretudo os comerciais, das praças de Lisboa e Porto, sem, contudo, perderem de vista o mercado interno. A presença de mulheres representou uma grande surpresa, pois não localizamos informações semelhantes em outros Gabinetes do período.

A grande dificuldade que tivemos nessa pesquisa foi identificar, cotejando as fontes, os critérios de seleção que formariam a Política de Seleção do GPL. Mesmo correndo o risco de análises anacrônicas, não poderíamos nos furtar de algumas inferências, mesmo diante das mais claras evidências. Ao confrontarmos os critérios delineados por Vergueiro, por exemplo, aferimos que a Comissão de Seleção do GPL seguiu parâmetros muito próximos do que os teóricos modernos consideram como ideal. A mesma falta de tempo que hoje muito se queixam para justificar a ausência da Política de Seleção, também eles na época tinham (obviamente guardando as devidas proporções), pois não se dedicavam apenas aos afazeres da Instituição. A maioria deles eram advogados, médicos ou comerciantes, por isso reservavam algumas horas de sua rotina de trabalho para as necessidades administrativas do Gabinete.

Foi um desafio e um grande prazer poder trazer informações praticamente inéditas acerca da formação do acervo de uma das mais importantes bibliotecas do país, e principalmente fazer uma análise à luz da biblioteconomia. Com isso, esperamos contribuir de alguma maneira pesquisa histórica dessa área. Acreditamos que devemos nos conscientizar de um princípio já muito bem estabelecido: sem entender o passado não há como avançar rumo ao futuro. Quando isso não é feito criam-se conceitos deficientes e falaciosos. A biblioteconomia possui um *corpus* teórico muito antigo que não deve ser esquecido e é nessa seara que pretendemos seguir.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia. Quem lia no Brasil Colonial? In: CONGRESSO BRASILEIRO DA COMUNICAÇÃO, 24., 2001, Campo Grande, MS. **Anais...** Campo Grande, MS: Intercom, 2001.

ABREU, Márcia et al. **Caminhos do romance no Brasil: séculos XVIII e XIX**. Disponível em: <<http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos/ensaios/caminhos.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2006.

ALVES, Jorge Fernandes. Ler, escrever e contar na emigração oitocentista. **Revista de História das Idéias**, Coimbra, v. 20, p. 289-313. 1999.

AMADO, Maria Teresa. “Biblioteca” e ordens dos saberes: da Biblioteca-Livraria à Biblioteca-Catálogo na Espanha dos Astúrias. **Cultura: Rev. de História e Teoria das Idéias**, v. 9, p. 23-44, Lisboa, 1997.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. **NBR 6024**: informação e documentação: numeração progressiva das seções de um documento escrito: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

\_\_\_\_\_. **NBR 6027**: informação e documentação: sumário: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

\_\_\_\_\_. **NBR 6028**: informação e documentação: resumo: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

\_\_\_\_\_. **NBR 6033**: ordem alfabética. Rio de Janeiro, 1989.

\_\_\_\_\_. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

AUGUSTI, Valéria. Literatura prescritiva, público leitor e práticas de leitura em bibliotecas do Rio de Janeiro do século XIX. **Leitura, teoria & prática**, Campinas, n. 32, p. 12-20, dez. 1998.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: FONTES históricas. São Paulo: Contexto, 2005. p. 23-79.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BARROS MARTINS, A. A. de. **Esboço histórico do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Typ. do “Jornnal do Commercio” de Rodrigues & C., 1901.

\_\_\_\_\_. **Esboço histórico do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro: 1837-1912**. Rio de Janeiro: Typ. do “Jornnal do Commercio” de Rodrigues & C., 1913.

BECK, Willian. In: ENCYCLOPEDIA of library an information science. New York: Marcel Dekker, 1979. v. 27.

BRUNET, Jacques Charles. **Manuel du libraire et de l'amateur de livres**. 5. ed. Paris: Librairie de Firmin Didot Frères, 1860-1865. 5 v.

CARVALHO, José Murilo de. **Construção da ordem**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

CARVALHO, Kátia de. Real Gabinete Português de Leitura: o livro como construção da imagem do imigrante. In: \_\_\_\_\_. **Travessia das letras**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1999. p. 107-128.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. 2. ed. Brasília, DF: Editora UnB, 1999.

CIM, Albert. **Une bibliothèque: l'art d'acheter les livres, de les classes, de les conserver et de s'en servir**. Paris: E. Flammarion, 1902.

CONSTANTIN, L. A. **Bibliothconomia: o nueno manual completo de las bibliotecas**. Traducido del frances por D. Dionisio Hidalgo. Madrid, 1865.

COUSIN, Jules. **De l'organisation et d'administration des bibliothèques publiques et privées: Manuel théorique & pratique du bibliothécaire**. Paris: A. Durant et Pedone-Lauriel, 1882. p. VII.

DEACETO, Marisa Midore. **No império das letras: circulação e consumo de livros na São Paulo oitocentista**. 2005. 387f. Tese (Doutorado em História Econômica)–Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

O DESPERTADOR. Rio de Janeiro, n. 1, 27 mar. 1838.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, n. 1, 27 mar. 1838.

DIARIO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro, ano. 22, 1 jul. 1843.

DIAS, Carlos Malheiro. Discurso. In: GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA. **Sessão comemorativa do 347º Aniversario da Morte de Camões e do 90º Aniversario da Fundação do Gabinete**. Rio de Janeiro, 1927. p. 1-19.

DOMINGOS, Manuela D. O público dos Gabinetes de Leitura. In: ESTUDOS de sociologia da cultura: livros e leituras do século XIX. Lisboa: Instituto Português de Ensino a Distância: Centro de Estudos de História e Cultura Portuguesa, 1985. p. 135-191. (Coleção Temas de Cultura Portuguesa, n.10).

ESPASA. **Enciclopédia Universal Ilustrada Europeo-Americana**. Madrid: Espasa-Calpe, 1958. T. VIII.

ESTEVES, Rosa. Gabinetes de Leitura em Portugal no séc. XIX: 1815-1853. **Revista da Universidade de Aveiro**, v. 1, p. 213-235, 1984.

EVANS, G. Edward. **Developing library and information center collections**. 4. ed. Englewood, Colorado: Libraries Unlimited, 2000.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2002. p. 94.

FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. **Palácio de destinos cruzados: homens e livros no Rio de Janeiro, 1870-1920**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999. 240p.

\_\_\_\_\_. Livros, bibliotecas e censores: os impedimentos para os leitores no Brasil do século XIX. In: ARQUIVO NACIONAL. **Mundo Luso-brasileiro**. 2005. Disponível em: <<http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=456&sid=62&tpl=printerview>>. Acesso em: 02 fev. 2006.

\_\_\_\_\_. O que liam os cariocas no século XIX?. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28., 2005, Rio de Janeiro. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2005. Disponível em: <<http://repositorio.portcom.intercom.org.br/bitstream/1904/17536/1/R2053-1.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2006.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Desenvolvimento e avaliação de coleções**. Brasília, DF: Thesaurus, 1998.

GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. **Actas da Assembleia Geral**. 1837-1860.

GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. **Actas da Sessão da Diretoria**. 1837-1847.

GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. **Actas da Sessão do Conselho Deliberativo**. 1879-1930.

GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. **Catalogo dos livros do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Typ. Americana de I. P. da Costa, 1840.

GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. **Catalogo dos livros do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro seguido de um suplemento das obras entradas no Gabinete depois de começada a impressão**. Rio de Janeiro: Typ. Americana de I. P. da Costa, 1844.

GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. **Estatutos**. Rio de Janeiro: Typ. Americana de I. P. da Costa, 1841.

GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. **Estatutos**. Rio de Janeiro: Na Typ. de J. E. S. Cabral, 1844.

GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. **Livro do Copiador**. 1837-1868.

GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. **Obras que se acham fóra com bilhetes**. Abril de 1842.

GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. **Relação das obras fora do Gabinete...** 26 jul. 1846.

GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA NO RIO DE JANEIRO. **Relatório apresentado à Assembleia da Sociedade do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro, em sessão extraordinária de 10 de setembro de 1837, a primeira celebrada no local do estabelecimento [...]**. Rio de Janeiro: Imprensa Americana de I. P. da Costa, 1837.

GERSON, Brasil. **História das ruas do Rio**. 5. ed., rev. ampl. Rio de Janeiro: Lacerda, 2000.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 8. ed. Rio de Janeiro: São Paulo: Record, 2004.

GUEDES, Fernando. **O livro e a leitura em Portugal: subsídios para a sua história, séculos XVIII-XIX**. Lisboa; São Paulo: Verbo, 1987.

HALLEWELL, Lawrence. **O livro no Brasil: sua história**. São Paulo: EDUSP, 1982.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 17 jan. 1837.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, 5 jan. 1838.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, 8 jan. 1838.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, 9 jan. 1838.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, 10 jan. 1838.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, 23 dez. 1839.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, 7 abr. 1840.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, 7 jan. 1846.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, 16 jan. 1846.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A leitura rarefeita: leitura e livro no Brasil**. São Paulo: Ática, 2002.

LASSO DE LA VEGA, Javier. **Manual de biblioteconomia: organizacion tecnica y cientifica de las biblioteca**. Madrid: Mayfe, 1952.

LEITE, J. F. Marques; JORDÃO, A. J. Novaes. **Dicionário latim vernáculo: etimologia, literatura, história, mitologia, geografia**. 2. ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Lux, 1956.

L'ILLUSTRATION. Paris, 7 set. 1844.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. **Pesquisa em comunicação**. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

MACIEL, Alba Costa; MENDONÇA, Marília Alvarenga Rocha. **Bibliotecas como organizações**. Rio de Janeiro: Interciência, 2000.

MARTINS, Ana Luiza. **Gabinetes de leitura da província de São Paulo: a pluralidade de um espaço esquecido: 1847-1890.** 1990. 370f. Dissertação (Mestrado em História)—Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca.** 3. ed. São Paulo: Ática, 2001.

MILANESI, Luís. **Biblioteca.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

MONTORO, Reinaldo Carlos. Notícia histórica do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro fundado em 1837. In: CAMÕES, Luiz. **Os Lusíadas.** Lisboa: Na Officina de Castro Irmão, 1880. p. 399-422. (Edição consagrada a comemorar o Terceiro Centenario do Poeta da Nacionalidade Portuguesa pelo Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro).

NAUDÉ, Gabriel. **Advis pour dresser une bibliothèque...** Paris: F. Targa, 1627.

OLIVEIRA MARTINS, J. P. **Portugal contemporaneo.** Lisboa: Livraria Bertrand, 1881. Tomo I.

ORTIGÃO, José Duarte Ramalho. Discurso. In: GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA DO RIO DE JANEIRO. **50º Aniversario:** 1887. Rio de Janeiro: Typ. Italia, Curvello d'Avila & C., 1888.

PARENT-LARDEUR, Françoise. **Les cabinets de lecture: la lecture publique à Paris sous la Restauration.** Paris: Payot, 1982.

PAULO, Heloisa. O emigrante e a leitura: a colônia portuguesa do Brasil e as suas publicações. **Revista de História das Idéias,** Coimbra, v. 20, p. 421-444. 1999.

PEIGNOT, Gabriel. **Manuel du bibliophile, ou traité du choix des livres...** Dijon: chez Victor Lagier Libraire, 1828.

PETZHOLDT, Guilio. **Manuale del bibliotecário.** Milano: Vecchiarelli, 1894.

PINHEIRO, Ana Virgínia. Da Real Biblioteca a Biblioteca Nacional. In: PEREIRA, Paulo Roberto (Org.). **Brasiliana da Biblioteca Nacional: guia de fontes sobre o Brasil.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. p. 241-250.

\_\_\_\_\_. Do labirinto ao invisível: a história do livro raro no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 19., 2000, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, 2000. Disponível em: <<http://dici.ibict.br/archive/00000679/01/T020.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2006.

\_\_\_\_\_. O espírito e o corpo do livro raro: fragmentos de uma teoria para ver e tocar. **Revista Museu.** Disponível em: <[http://www.revistamuseu.com.br/artigos/art\\_.asp?id=1674](http://www.revistamuseu.com.br/artigos/art_.asp?id=1674)>. Acesso em: 27 jul. 2004.

\_\_\_\_\_. **Organização e administração de bibliotecas: planos de aula.** Rio de Janeiro, 2007. (Apostila de aula).

PRADO, Heloisa de Almeida. Aquisição e seleção de material. In: \_\_\_\_\_. **Organização e administração de bibliotecas.** 2. ed. rev. São Paulo: T. A. Queiroz, 1992. p. 26-29.

REBELO, Carlos Alberto. As instituições de leitura. In: \_\_\_\_\_. **A difusão da leitura pública: as bibliotecas populares, 1870-1910**. Porto: Campo das Letras, 2002. p. 69-107.

REVEL, Jacques. Entre dois mundos: a biblioteca de Gabriel Naudé. In: O PODER das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente. Sob a direção de Marc Baratin e Christian Jacob; tradução de Marcela Montara. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000. p. 217-224.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. Livros e leituras no século XIX. **Revista de História das Idéias**, Coimbra, v. 20, p. 187-209. 1999.

RIOS FILHO, Adolfo Morales de los. **O Rio de Janeiro Imperial**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

SENNA, Ernesto. Gabinete Portuguez de Leitura. In: \_\_\_\_\_. **Notas de um repórter**. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1895. p. 60-65.

SÉNÈQUE. **Lettres de Sénèques, à Lucilius**: lettre II. Disponível em: <[http://ugo.bratelli.free.fr/Seneque/A\\_Lucilius02.htm](http://ugo.bratelli.free.fr/Seneque/A_Lucilius02.htm)>, acesso em 30 mar. 2007.

SILVA, Terezinha Elisabeth da. Bibliotecas: metáfora da memória. **Rev. Eletr. Bibliotecon.Ci. Inf.**, Florianópolis, n. 21, 1. sem., p. 85-94, 2006. Disponível em: <[http://www.encontros-bibli.ufsc.br/Edicao\\_21/silva.pdf](http://www.encontros-bibli.ufsc.br/Edicao_21/silva.pdf)>. Acesso em: 12 dez. 2006.

SCHAPOCHNIK, Nelson. **Os jardins das delícias**: gabinetes literários, bibliotecas e figurações da leitura na corte imperial. 1999. 270f. Tese (Doutorado em História)–Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

\_\_\_\_\_. Um palácio de livros nos trópicos: metáfora, projetos e concretizações. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIA DA COMUNICAÇÃO, 25., 2002, Salvador, BA. **Anais...** Salvador: INTERCOM, 2002. Disponível em: <[http://reposcom.portcom.intercom.org.br/dspace/bitstream/1904/18727/1/2002\\_NP4schapchnik.pdf](http://reposcom.portcom.intercom.org.br/dspace/bitstream/1904/18727/1/2002_NP4schapchnik.pdf)>. Acesso em: 01 dez. 2006.

\_\_\_\_\_. **Uma biblioteca desaparecida**: The Rio de Janeiro British Subscription Library. Disponível em: <<http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/estudos/ensaios/bibliotecadesaparecida.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2006.

SPOFFORD, A. R. Binding and preservation of books. In: DEPARTMENT OF THE INTERIOR. BUREAU OF EDUCATION. **Public Libraries in the United States of America**: their history, condition and management. Washington: Government printing office, 1876. Part 1.

TABORDA, Humberto. **História do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro**. [Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 1937].

TAVARES, António Rodrigues. **Fundamentos e actualidades do Real Gabinete Português de Leitura**. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 1977. (Edição comemorativa do 140º aniversário de fundação).

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Sistema Integrado de Bibliotecas. **Subsídios para o estabelecimento de política de desenvolvimento de acervo para as bibliotecas do SIBi/USP**. São Paulo, 1998. (Cadernos de Estudos, 7).

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis : APB, 1989.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Seleção de Materiais de Informação: princípios e técnicas**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1997.

VILLALTA, Luiz Carlos. A história do livro e da leitura no Brasil Colonial: balanço historiográfico e proposição de uma pesquisa sobre o Romance. **Convergência Lusíada**, Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, n. 21, p. 165-185, 2005.

WIKIPEDIA. **Gabriel Pignot**. Disponível em: <[http://fr.wikipedia.org/wiki/Gabriel\\_Peignot](http://fr.wikipedia.org/wiki/Gabriel_Peignot)>. Acesso em: 30 mar. 2007.

WEITZEL, Simone da Rocha. O desenvolvimento de coleções e a organização do conhecimento: suas origens e desafios. **Rev. Perspect. Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 61-67, jan./jun. 2002.

\_\_\_\_\_. **Formação e desenvolvimento de coleções**. Rio de Janeiro, 2006. Transparências de aula da Disciplina Formação e desenvolvimento de coleções baseada na literatura do programa, oferecida no segundo semestre de 2006. Parte I. (a).

\_\_\_\_\_. **Formação e desenvolvimento de coleções**. Rio de Janeiro, 2006. Transparências de aula da Disciplina Formação e desenvolvimento de coleções baseada na literatura do programa, oferecida no segundo semestre de 2006. Parte II. (b).

\_\_\_\_\_. **Elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias**. Rio de Janeiro: Interciência, 2006. (c).

ZAID, Gabriel. **Livros demais!:** sobre escrever e publicar. São Paulo: Summus, 2004.

ZIVKOVIC, Zoran. Biblioteca particular. In: \_\_\_\_\_. **Biblioteca**. Tradução do sérvio de Arijana Medvedec. Lisboa: Cavalos de Ferro, 2005. p. 23-34.